Kauê Lopes dos Santos

SOB MESMO TETO

Pobreza e globalização na periferia de São Paulo

Mestrado em Arquitetura e Urbanismo

Dissertação apresentada à Faculdade
de Arquitetura e Urbanismo
da Universidade de São Paulo para a
obtenção do **Título de Mestre**
em Habitat, sob orientação
do **Professor. Dr.**
João Sette Whitaker Ferreira

Universidade de São Paulo

USP

São Paulo - 2011

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

E-MAIL: kauegeo@gmail.com

Santos, Kauê Lopes dos
S237s Sob mesmo teto: pobreza e globalização na periferia de São Paulo / Kauê Lopes dos Santos. --São Paulo, 2011.
163 p. : il.

Dissertação (Mestrado - Área de Concentração: Habitat) – FAUUSP.
Orientador: João Sette Whitaker Ferreira

1.Pobreza 2.Consumo 3.Periferia 4.Cidades 5.População urbana (Aspectos socioeconômicos) 6.Capital financeiro
I.Título

CDU 304

Comissão Julgadora

*Dedico este trabalho aos meus pais,
Luiz Carlos dos Santos e Ana Lucia Lopes
e aos meus irmãos Ynaê e Uyrá,
por todos os anos.*

“Vivemos em um mundo confuso e confusamente percebido”

Milton Santos, *Por uma nova globalização*, 2000.

Resumo

Em tempos de globalização, o capital financeiro tornou-se um aspecto essencial no estudo da pobreza urbana brasileira, uma vez que a expansão da disponibilidade e do acesso ao crédito viabilizou a aquisição de bens eletrônicos modernos por parte daqueles que vivem nas periferias metropolitanas. Em São Paulo, a particularidade desse processo reside no fato de que não houve uma mudança significativa na renda familiar tampouco nos índices de desemprego da população. Além disso, apesar das fortes mudanças no padrão de consumo nas periferias, seus habitantes continuam vivendo sob situação precária em bairros marcados pela falta de investimento em infraestruturas e serviços básicos.

A partir desses contrastes na vida da população de baixa renda, procuramos entender em que medida o capital financeiro está transformando a pobreza urbana e o espaço periférico.

Palavras-chave: *pobreza, capital financeiro, cidade, consumo, periferia*

Abstract

In the Globalization Era, the financial capital has become an essential aspect to explain the Brazilian urban poverty, once the increasing availability and access to credit have allowed the acquisition of modern eletronic by those who live in the metropolitan periphery. In São Paulo City, the particularity of this process lies in the fact that there have been no much change in the familial income neither in the unemployment rate. Despite the consumption standard changing in peripheries, people still live under precarious situation at neighborhoods that lack investment in their basics infrastructures and services.

Given these contrasts in the lives of low income population, we aim to understand to what extent financial capital is transforming urban poverty and the peripheral space.

Key-words: *poverty, financial capital, city, consumption, periphery.*

Agradecimentos

Os anos de uma pesquisa são também anos de diálogos enriquecedores e solidariedades diversas. Agradecer é um exercício de franqueza e reconhecimento de todos aqueles que contribuíram, de alguma maneira, ao longo deste estudo.

Primeiramente, gostaria de agradecer às imensuráveis contribuições de meus pais, Luiz Carlos dos Santos e Ana Lucia Lopes, em toda minha formação. Não falo apenas de formação profissional, já que eles são professores como eu, mas também de formação acadêmica: a primeira biblioteca à qual tive acesso foi a deles, cheia de livros encapados, como os de Carlos Marx, Frederico dos Anjos e Lenine, bastante amarelados, ainda da época da ditadura.

Ao meu orientador, o Professor João Sette Whitaker Ferreira, gostaria de agradecer pelas conversas e discussões sobre o tema da pesquisa, pela leitura sempre

cuidadosa dos meus escritos e por abrigar um geógrafo “sem teto” na área de Habitat da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Às professoras María Mónica Arroyo e Maria Lúcia Martins, gostaria de agradecer não apenas às críticas e sugestões feitas durante o exame de qualificação, mas também às aulas de graduação e pós-graduação que muito me fizeram pensar e construir este texto.

Gostaria também de fazer um agradecimento especial à Gislaine Souza, Magno Henrique e Camila de Sousa Ferreira por toda a ajuda e solidariedade prestada nos trabalhos de campo na Brasilândia e no Jardim Ângela. Minhas observações empíricas não teriam sido as mesmas sem eles.

Embora não compartilhe mais o teto com meus irmãos, Ynaê e Uyrá Lopes dos Santos, ainda dividimos o gosto pela história, pela sociologia, pela fotografia, pelas viagens e pelos bolinhos de chuva em dias de frio.

Por fim, também gostaria de lembrar daqueles amigos que me acompanharam durante os últimos anos. Amigos da escola, da faculdade, do trabalho, do carnaval da vida: Pedro, George, Conrado, Diego, Gabriel, Dandara, Luciana, Juliana, Tatiana, Ana, Daiane, Mariana, Valéria, Pepe, Deborah, Alain, Vanessa e Rodrigo. Amigos, todos eles, valiosos.

Lista de Mapas

Mapa 1: Subprefeituras e Distritos de São Paulo, SP, 2008	19
Mapa 2: Expansão da urbanizada São Paulo, SP, 1881-2002	37
Mapa 3: Distribuição de domicílios segundo faixa de renda em São Paulo, SP, 2000	41
Mapa 4: Domicílios sem Rede Canalizada de Água, São Paulo, SP, 2000	50
Mapa 5: Domicílios sem Coleta de Lixo, São Paulo, SP, 2000	52
Mapa 6: Domicílios sem Rede de Esgoto , São Paulo, SP, 2000	54
Mapa 7: Analfabetismo em São Paulo, SP, 2000	59
Mapa 8: Demanda por creche e pré-escola em São Paulo, SP, 2006	60
Mapa 9: Homicídios dolosos em São Paulo, SP, 2000	64
Mapa 10: Concentração de financeiras por distrito em São Paulo, SP, 2006	98
Mapa 11: Concentração de grandes lojas varejistas por Distrito em São Paulo, SP, 2009	99
Mapa 12: Localização da financeiras, Zona Norte e Centro de São Paulo, SP, 2006	100
Mapa 13: Localização das grandes redes varejistas, Zona Norte e Centro de São Paulo, SP, 2009	101
Mapa 14: Localização da financeiras, Zona Oeste e Sul de São Paulo, SP, 2006	102
Mapa 15: Localização das grandes redes varejistas, Zona Oeste e Sul de São Paulo, SP, 2009	103
Mapa 16: Localização da financeiras, Zona Leste de São Paulo, SP, 2006	104
Mapa 17: Localização das grandes redes varejistas, Zona Leste de São Paulo, SP, 2009	105
Mapa 18: Densidade demográfica e financeiras, São Paulo, SP, 2006	106

Lista de Imagens

Imagem 1: Acúmulo de Lixo na Brasilândia, São Paulo, SP, 2010	51
Imagem 2: Esgoto correndo à céu aberto na Brasilândia, São Paulo, SP, 2010	52
Imagem 3: Esgoto correndo à céu aberto na Brasilândia, São Paulo, SP, 2010	56
Imagem 4: Torre de transmissão de energia na Brasilândia, São Paulo, SP, 2010	118
Imagem 5: Gambiarra de energia elétrica no Jardim Ângela, São Paulo, SP, 2011	119
Imagem 6: Torre de transmissão de sinal de celular no Jardim Ângela, São Paulo, SP, 2011	120
Imagem 7: Comércio popular no Jardim Ângela, São Paulo, SP, 2011	124
Imagem 8: Cabelereiro na Brasilândia, São Paulo, SP, 2010	125
Imagem 9: Lanhouse na Brasilândia, , São Paulo, SP, 2010	128
Imagem 10: Lanhouse no Jardim Ângela, São Paulo, SP, 2011	129
Imagem 11: Propaganda de oficina de reparo de informática, Jardim Ângela, São Paulo, SP, 2011	130
Imagem 12: Oficina de reparo de aparelhos celular, Jardim Ângela, São Paulo, SP, 2011	130
Imagem 13: Jovem utilizando o aparelho de telefone celular na Brasilândia, São Paulo, SP, 2010	136
Imagem 14: Jovens utilizando a internet na Brasilândia, São Paulo, SP, 2010	136
Imagem 15: Jovens andando de bicicleta no Jardim Ângela, São Paulo, SP, 2011	137
Imagem 16: Jovens jogando futebol no Jardim Ângela, São Paulo, SP, 2011	137
Imagem 17: Jovens empinando pipa na Brasilândia, São Paulo, SP, 2010	138
Imagem 18: Igreja evangélica no Jardim Ângela, São Paulo, SP, 2011	139

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Classe socioeconômica segundo renda mensal (%)	42
Gráfico 2: Vínculos de trabalho (%)	45
Gráfico 3: Desempenho de outra atividade (%)	46
Gráfico 4: Vínculo de trabalho dos familiares (%)	47
Gráfico 5: Avaliação do sistema de drenagem (%)	55
Gráfico 6: Avaliação do sistema de eletricidade (%)	57
Gráfico 7: Avaliação do sistema de ensino (%)	61
Gráfico 8: Avaliação do sistema de transporte (%)	63
Gráfico 9: Avaliação do sistema de segurança (%)	64
Gráfico 10: Avaliação de áreas de lazer (%)	65
Gráfico 11: Principais atividades de lazer (%)	66
Gráfico 12: Novidades nas dinâmicas de lazer (%)	133
Sessão de Gráficos A: Quantidade de equipamentos	86
Sessão de Gráficos B: Forma de pagamento	92
Sessão de Gráficos C: Local de compra	108

Lista de Quadros e Tabelas

Quadro 1: Principais características dos dois circuitos da economia urbana na década de 1970	126
Quadro 2: Transformações nas Condições de Vida dos moradores da periferia de São Paulo, antes e depois da década de 1990	147
Tabela 1: Classes socioeconômicas segundo renda mensal (%)	42
Tabela 2: Taxas de Desemprego por Regiões, Município de São Paulo, 1989-2003	43
Tabela 3: Situação de trabalho atual (%)	44
Tabela 4: Vínculos de trabalho (%)	45
Tabela 5: Desempenho de outra atividade (%)	46
Tabela 6: Situação de trabalho dos familiares (%)	47
Tabela 7: Avaliação do sistema de água (%)	49
Tabela 8: Avaliação do sistema de eletricidade (%)	57
Tabela 9: Avaliação do sistema de ensino (%)	60
Tabela 10: Avaliação do sistema de saúde (%)	62

Sumário

Introdução	15
Capítulo I: Sob o teto da pobreza	21
1.1. Algumas considerações sobre a pobreza	22
1.2. A formação da periferia de São Paulo	28
1.3. Renda, trabalho e necessidades básicas insatisfeitas (NBI) nas margens da metrópole	39
1.3.1. <i>Rendimento familiar e situação de trabalho</i>	39
1.3.2. <i>Acesso às infraestruturas e serviços públicos</i>	48
1.3.2.1. <i>Água</i>	49
1.3.2.2. <i>Coleta de Lixo</i>	51
1.3.2.3. <i>Esgoto</i>	53
1.3.2.4. <i>Energia Elétrica</i>	57
1.3.2.5. <i>Educação</i>	58
1.3.2.6. <i>Saúde</i>	61
1.3.2.7. <i>Transporte</i>	62
1.3.2.8. <i>Segurança</i>	63
1.3.2.9. <i>Lazer</i>	65
Capítulo II: Sob o teto da globalização	69
2.1. Algumas considerações sobre a globalização	70
2.2. A expansão do mercado de crédito e a reestruturação do sistema financeiro nacional	75
2.3. De um estudo na década de 1970, às manchetes do século XXI	79
2.4. Consumo de eletroeletrônicos e eletrodomésticos na periferia paulistana	83
2.5. A popularização das finanças em São Paulo	87
2.5.1. <i>Publicidade: apelo ao crédito, apelo ao consumo</i>	93
2.5.2. <i>Decisão locacional: apelo ao consumidor</i>	95
2.5.3. <i>A força das Casas Bahia</i>	107

2.6. A expansão do endividamento	111
Capítulo III: Contradições sob o mesmo teto: as transformações na periferia	113
3.1. Novas redes elétricas e de telefonia móvel	114
3.2. Novas atividades econômicas	121
3.3. Novo lazer	132
Considerações Finais: Uma nova pobreza urbana? Um novo espaço periférico?	141
Bibliografia	152
Endereços Eletrônicos	158
Artigo em mídia impressa/internet	159
Anexos	160

Introdução

Nos últimos anos, diferentes institutos de pesquisa socioeconômica sinalizam que o padrão de consumo da população brasileira – sobretudo nas cidades – apresenta-se em um processo de franca expansão, de modo que as evidências desse fato poderiam ser observadas, inclusive, nas moradias mais pobres.

Na maior metrópole brasileira, esse processo de expansão torna-se paradigmático por não ter decorrido de um aumento vigoroso da renda familiar. No caso das classes sociais de menor poder aquisitivo, o papel de propulsor do processo em questão teria sido o crédito formal, que se popularizou em meados da década de 1990 por meio da atuação das financeiras e das grandes redes varejistas, possibilitando a presença de sofisticados bens (sobretudo de eletroeletrônicos e eletrodomésticos) em moradias localizadas na periferia da cidade.

Os mecanismos adotados pelas instituições financeiras no processo de *popularização do crédito* foi tema de nossa pesquisa de iniciação científica¹ há quatro anos atrás. O que buscávamos compreender naquele momento era a influência do *dinheiro adiantado* na organização das atividades econômicas pouco capitalizadas de São Paulo. A partir das evidências surgidas ao longo dessa pesquisa, foi possível levantar questionamentos mais amplos sobre aquilo que havíamos denominado *financeirização da pobreza*.

Tais questionamentos caldearam muitas reflexões contidas no presente estudo, de modo que nosso principal objetivo nesta dissertação é compreender os impactos que os novos padrões de consumo – estabelecidos via crédito – operam sobre a pobreza urbana e sobre o espaço periférico paulistano na atualidade, nos tempos da *globalização*.

Não há novidades no fato de que a população pobre das cidades brasileiras consome bens eletroeletrônicos e eletrodomésticos. Em um estudo elaborado em fins da década de 1970, os urbanistas Ermínia Maricato e Telmo Pamplona analisaram a presença de produtos considerados até então *modernos* (geladeira,

¹ A pesquisa de iniciação científica intitulada *O sistema financeiro e sua capilaridade no circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo* – financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Processo: 05/04755) – transformou-se no Trabalho de Graduação Individual intitulado *Uma financeirização da pobreza?* Este trabalho foi apresentado no Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP), em Dezembro 2007, sob orientação da Professora Dra. Maria Laura Silveira.

fogão, televisão, rádio, etc.) nos precários lares das periferias da Região Metropolitana de São Paulo. A justificativa argumentada pelos autores para o consumo desses bens encontrava-se na ampliação da jornada de trabalho e do número de membros da família em trabalho remunerado: elementos responsáveis pela ampliação da renda familiar (MARICATO e PAMPLONA, 1977, p. 3).

Na atualidade, é a aliança entre a oferta desburocratizada do crédito e a publicidade que parece autorizar o consumo de bens de alta densidade tecnológica – como computadores conectados à internet e aparelhos de telefone celular – por parte da população de baixo poder aquisitivo, habitante de precárias moradias localizadas em bairros marcados pela ineficiência ou ausência de infraestruturas e serviços públicos.

O convívio entre o moderno e o precário, uma das características do nosso subdesenvolvimento, se torna latente sob o teto das casas localizadas nas margens da cidade, revelando um contraste que deve ser interpretado.

Trata-se de uma nova pobreza urbana? Ou, ao contrário, os novos padrões de consumo representam a passagem para um novo patamar socioeconômico? Mas neste caso, o que dizer das casas equipadas com tecnologia informatizada mas que, em contrapartida, não possuem saneamento básico?

**

O ponto de partida da pesquisa consistiu no estudo sobre as formas de interpretar o fenômeno da pobreza, de modo que a abordagem por nós selecionada foi aquela que tem como elemento central de análise as *condições de vida* dos indivíduos.

Uma das derivações dessa abordagem é o Índice de Necessidades Básicas Insatisfeitas (NBI), que objetiva uma interpretação de caráter qualitativo, multidimensional e processual da pobreza, indo além dos estudos quantitativos centrados nas informações de rendimento dos indivíduos (SALAMA, 1999 e

ROCHA, 2010). Segundo Pierre Salama (1999), as necessidades básicas correspondem ao acesso à água, drenagem (saneamento básico), eletricidade, moradia, educação infantil e assistência escolar, tempo livre e também a posse de móveis no lar. Caso alguma dessas necessidades não seja satisfeita, o indivíduo, ou a família, pode ser considerado pobre.

Não de outra forma, nosso estudo desenvolveu-se tendo as NBI como referência de mensuração da pobreza. A partir desse elemento, desenvolvemos diversas leituras e análises de estatísticas visando compreender as relações entre a pobreza, o espaço urbano e as finanças, no contexto da globalização. As consultas bibliográficas focaram autores de diferentes áreas das ciências humanas, como urbanistas, geógrafos, sociólogos, economistas e historiadores.

Além das leituras, foi de suma importância as entrevistas e os trabalhos de campo elaborados na periferia de São Paulo – nos distritos da Brasilândia na zona norte e do Jardim Ângela na zona sul (nas subprefeituras 3 e 18, respectivamente, de acordo com o Mapa 1, página 19) – uma vez que tais bairros se caracterizam pela alta densidade de favelas e pela carência de investimentos nas áreas de saneamento básico, saúde, educação e segurança sendo, portanto, amostras empíricas representativas para os objetivos pretendidos na pesquisa.

As perguntas feitas aos moradores referiam-se ao seu histórico familiar, suas condições de renda, trabalho, consumo e acessibilidade às infraestruturas e serviços urbanos. Ao todo foram realizadas 100 entrevistas, cinquenta em cada distrito, sendo que as aplicadas na Brasilândia ocorreram nos meses de maio e junho de 2010 e as aplicadas no Jardim Ângela ocorreram nos meses de agosto e setembro do mesmo ano. Homens e mulheres acima de 18 anos e, em grande parte, em idade economicamente ativa, foram entrevistados.

Mapa 1: Subprefeituras e Distritos de São Paulo, SP, 2008

Desse modo, as reflexões contidas nesta dissertação foram estruturadas em três capítulos, a saber:

O Capítulo I, *Sob o teto da pobreza*, busca sintetizar as variadas abordagens do conceito de *pobreza* no decorrer do século XX. Em seguida, tendo em vista a relação entre pobreza e espaço urbano, caracterizamos os principais traços da formação da periferia paulistana para estabelecer uma análise empírica sobre as condições de vida, renda e trabalho da população que habita os distritos da Brasilândia e do Jardim Ângela.

No Capítulo II, *Sob o teto da globalização*, elaboramos uma caracterização do fenômeno da globalização e de como ele permitiu uma ampliação do mercado de crédito no país. Novamente, fazemos uma análise empírica sobre o padrão de consumo dos moradores dos bairros estudados, além de analisarmos a atuação das redes de varejo e das financeiras em sua busca por clientes. Por fim, damos atenção à questão do endividamento da população paulistana, que ocorre em função da ampliação da oferta de crédito.

O Capítulo III, *Contradições sob o mesmo teto: as transformações na periferia*, consiste na análise dos diferentes impactos gerados pelo novo padrão de consumo *globalizado* na periferia de São Paulo, sobretudo nas redes de energia elétrica e telecomunicações, no desenvolvimento de economias pouco capitalizadas e nas dinâmicas de uso do tempo livre e lazer dos moradores.

Por fim, nas Considerações Finais, a reflexão elaborada busca questionar os efeitos do novo consumo nas noções de cidadania e, sobretudo, no próprio conceito de pobreza. Estaríamos, portanto, diante de uma nova pobreza urbana? E de um novo espaço periférico?

Sob o teto da pobreza

1.1. Algumas considerações sobre a pobreza

Estudada em diferentes disciplinas das ciências humanas, a pobreza constitui-se como um fenômeno bastante complexo, visto que se transforma ao longo do tempo e atribui certo caráter de efemeridade às suas abordagens e definições.

Segundo Serge Paugam, as análises mais sistematizadas sobre esse fenômeno tiveram início no século XIX², graças a sensibilidade de pensadores como Alexis de Tocqueville e Karl Marx, que testemunhavam, naquela época, a inflação de uma classe indigente nos grandes centros urbano-industriais europeus, sobretudo na Inglaterra (PAUGAM, 2005).

A abordagem de Tocqueville – apresentada no início do século XIX no livro *Memórias do pauperismo* – foi de grande importância nos meios acadêmicos por ter relativizado a noção de pobreza, uma vez que apontou para o fato de que as necessidades e os desejos dos indivíduos variam de acordo com a sociedade e com o período histórico no qual estão inseridos (TOCQUEVILLE, 1983).

Já os estudos de Marx, apresentados em meados do século XIX no livro *O Capital*, abordavam a questão do *pauperismo* – um tipo de pobreza mais severa e humilhante – que se desenvolvia graças à formação do *exército industrial de reserva* e do *Lumpemproletariado*. Por um lado, o *exército industrial de reserva* refere-se à massa de indivíduos despossuídos dos meios de produção (terra, matérias-primas, máquinas e instrumentos) e não absorvidos pelo mercado, de modo que se tornam impossibilitados de vender sua força de trabalho – única mercadoria que possuem – e, conseqüentemente, de reproduzir sua base material, levando-os a um estado de precariedade e rebaixando o preço da mão-de-obra devido a disponibilidade de sua oferta no mercado. O *Lumpemproletariado*, por sua vez, refere-se a uma classe social urbana formada por *vagabundos, criminosos e prostitutas*, que estariam nas porções inferiores do pauperismo (MARX, 1975).

² Evidentemente, a questão da pobreza já figurava em outros tipos de produções, como as religiosas – sobretudo na moral judaico-cristã – nas quais as interpretações para o fenômeno centravam-se na relação riqueza - pobreza - salvação.

Mesmo apontando para o pioneirismo contido nas reflexões de Tocqueville e Marx, Paugam atribui o papel de fundador da *sociologia da pobreza* à Georg Simmel, que publicou o livro *Os pobres*, no início do século XX. Nessa obra – muito influenciada pela perspectiva de Tocqueville – o autor fundamentou a noção de que os pobres não devem ser analisados em si mesmo, como uma categoria autoexplicativa, mas sim ser considerados em suas relações com a totalidade do corpo social (PAUGAM, 2005; SIMMEL, 1998).

Nessa obra, Simmel explicou também que é a assistência que uma pessoa recebe publicamente de sua coletividade que determina seu *status de pobre* (SIMMEL, 1998), contribuindo, assim, para a formalização de um postulado básico na análise sociológica, no qual “cada sociedade define e dá um *status* distinto aos seus pobres e as maneiras de ajudá-los” (PAUGAM, op. cit., p. 7).

Para além dos trabalhos de Simmel, pode-se afirmar que o século XX testemunhou uma verdadeira multiplicação das formas de abordar, conceituar, e mensurar a pobreza. Segundo Milton Santos, os variados esforços nesse sentido justificam-se pelo fato de que:

O fenômeno da pobreza ganhou, em nossos dias, uma atualidade incontestável por duas razões: em parte pela generalidade do fenômeno que atinge todos os países, embora em particular aflija mais duramente os países subdesenvolvidos, mas também pelo fato de que a urbanização galopante que estes últimos conhecem é acompanhada pela expansão, a um ritmo desigual, da pobreza, mesmo que esta se apresente de forma particular e específica em cada país e nas diferentes cidades de um mesmo país (SANTOS, 2009, p. 9).

Dada a complexidade do fenômeno e a dificuldade de encontrar universalidade em sua definição, abordagem e mensuração, o mesmo autor afirma que:

A pobreza existe em toda parte, mas sua definição é relativa a uma determinada sociedade. Estamos lidando com uma noção historicamente determinada. É por isso que comparações de diferentes séries temporais levam frequentemente à confusão. A

combinação de variáveis, assim como sua definição, mudam ao longo do tempo; a definição dos fenômenos resultantes também muda. De que adianta afirmar que um indivíduo é menos pobre agora, em comparação à situação de dez anos atrás, ou que é menos pobre na cidade em comparação com sua situação no campo, se esse indivíduo não tem mais o mesmo padrão de valores, inclusive no que se refere ao bens materiais? A única medida válida é a atual, dada pela situação relativa do indivíduo na sociedade a que pertence (idem, 2009, p. 18).

Desse modo, a reflexão de Santos converge com as contribuições de Tocqueville e Simmel, pois também identifica as especificidades do fenômeno da pobreza em função da sociedade e do períodos históricos no qual ela se desenvolve.

Todavia, a partir da década de 1970, tal *versatilidade* do conceito de pobreza sofreu tentativas de universalização por parte dos Estados Nacionais e das organizações multilaterais – como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Internacional do Comércio (OIT) –, que passaram a mensurar e comparar as manifestações do fenômeno visando políticas para sua erradicação.

De acordo com Sonia Rocha, a definição mais universal de pobreza – que autorizaria comparações entre diferentes realidades territoriais – seria “*situação* na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada” (ROCHA, 2010, p. 9). Apesar da suposta universalidade na definição acima mencionada, reitera-se aqui que diferentes maneiras de interpretar essa *situação* foram desenvolvidas pelas ciências humanas ao longo do tempo, de modo que se pode identificar três abordagens principais: a monetária, a subjetiva e a das condições de vida (PAUGAM, op. cit.).

Ainda muito empregada na atualidade, a *abordagem monetária* tem como variável-chave os rendimentos e salários dos indivíduos, de modo que se aplica às sociedades monetizadas e permite identificar as pessoas abaixo da linha de indigência (aquelas que não conseguem satisfazer suas necessidades nutricionais básicas) e abaixo da linha da pobreza (aquelas que satisfazem as necessidades nutricionais básicas, mas não o conjunto de necessidades consideradas mínimas em determinada sociedade). Essa abordagem desenvolveu-se a partir dos esforços de

Joseph Rowntree que, em 1901, estabeleceu – com base no preço e no conjunto de itens de consumo necessários na sociedade urbano-industrial inglesa – um parâmetro para ser usado como *linha de pobreza* (ROCHA, op. cit.).

No entanto, quando se pretende comparar realidades espaciais e temporais distintas, tal abordagem revela limitações significativas, pois a renda é uma variável que muda de acordo com o tempo e com os lugares. Desse modo, muitas análises contidas em artigos e matérias de jornais e revistas que insistem em comparar a pobreza entre países e regiões somente pelo viés monetário, podem cometer equívocos no que concerne a qualidade de vida dos indivíduos considerados pobres, pois *ter* um dólar por dia no país mais pobre do mundo é diferente de *ter* o mesmo dólar no país mais rico.

Uma outra abordagem é a *subjetiva* que, utilizada principalmente por antropólogos que se baseiam em dados obtidos em entrevistas, seria capaz de dar voz e expor a pobreza à partir da perspectiva daqueles que a vivenciam em seu cotidiano. No entanto, essa abordagem – apesar da riqueza de detalhes que alcança sobre a população estudada – é muito criticada por sociólogos devido ao fato de que os entrevistados não possuíam, em teoria, condições de definir-se em um campo de referências sociais e espaciais significativamente amplo (PAUGAM, op. cit.).

Por fim, não se pautando na falta de determinado bem material, mas no acúmulo de deficiências, figura a abordagem das *condições de vida*, que se faz presente em inúmeras pesquisas e discussões metodológicas atuais, visando a formulação de indicadores sociais e de políticas públicas de combate à pobreza.

Esse tipo de abordagem colabora com a apreciação daquilo que foi denominado *pobreza relativa* que, diferente da *pobreza absoluta*, não se refere somente às questões de necessidades para a sobrevivência física do indivíduo, mas sim às necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida na sociedade em questão (ROCHA, op. cit.).

Essa abordagem surgiu na década de 1970, a partir do momento em que Peter Townsend desenvolveu uma série de estudos utilizando o conceito de *deprivação*, que muito se ajustou a noção de *condições de vida*. O conceito em questão servia

para mensurar a pobreza, que seria deflagrada em função da falta de acesso à alimentação, vestuário, aquecimento, eletricidade, móveis, condições de moradia, trabalho, saúde, educação, meio-ambiente, atividades familiares, lazer e relações sociais. A abordagem de Townsend acabou por influenciar a formulação de um padrão denominado *Necessidades Básicas Insatisfeitas* (NBI) que, por sua vez, estruturou o desenvolvimento de diversos índices como o *Physical Quality of Life Index* (PQLI) [Índice de Qualidade Física de Vida] de 1977 e, anos mais tarde, do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), de 1990.

O PLQI, concebido por Moris e Lieser, reunia em um único índice três características consideradas elementares para mensurar as *condições de vida* de uma sociedade: a mortalidade infantil, a esperança de vida com até um ano de idade e a taxa de alfabetização (ROCHA, op. cit.). Como ressalta Rocha, “ao incorporar a variável alfabetização, o PLQI deixa de ser um indicador físico e culturalmente neutro, e passa a valorar, em parte, o progresso social como entendido nas sociedades modernas” (idem, op. cit., p. 21).

Desde fins da década de 1970 e ao longo de toda a década de 1980, diversos foram os esforços acadêmicos visando a elaboração de outros índices para além do PLQI. Nesse período, muitas economias nacionais encontravam-se endividadas, em fase de forte recessão, de cortes de gastos públicos e com altos índices de inflação e desemprego, de modo que a pobreza alastrou-se pelos espaços urbanos e rurais de muitos territórios, como o brasileiro. Nesse contexto surge, em 1990, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado pelo Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

Segundo Rocha, tal índice estrutura-se na média aritmética de outros três indicadores: a esperança de vida ao nascer, o nível educacional e o PIB *per capita*, de modo que se abandona a “restrição à renda como indicador, que caracteriza a abordagem das *basic needs* [necessidades básicas], mas sem chegar a utiliza-la direta ou indiretamente como linha da pobreza” (idem, op. cit., p. 24).

Desde a década de 1990, o IDH tornou-se um dos indicadores sociais mais utilizados no mundo. No entanto, como é composto por variáveis que são médias aritméticas, ele acaba por mascarar “a ocorrência de situações extremas associadas

à desigualdade de bem-estar entre indivíduos” (idem, op. cit., p. 24). Assim, o próprio Pnud propôs em 1997 o Índice de Pobreza Humana (IPH) que, nos países em desenvolvimento (IPH-1) leva em consideração: o percentual de pessoas com esperança de vida inferior a quarenta anos, a proporção de adultos analfabetos e o resultado da média dos indicadores de população sem acesso à água tratada e crianças com menos de cinco anos com peso insuficiente (idem, op. cit.).

É importante salientar que todos os índices supracitados foram e/ou são de suma importância nas comparações entre realidades espaciais distintas, sobretudo nas escalas regionais e nacionais. Desse modo, eles funcionam como um instrumento essencial no estabelecimento de políticas para o combate à pobreza.

Em uma escala mais detalhada, a escala das cidades, nada impede que seja elaborada uma interpretação sobre a pobreza baseada nas três abordagens aqui mencionadas (*a monetária, a subjetiva e a das necessidades básicas*): valendo-se de informações sobre renda, acesso à bens materiais, infraestrutura e serviços públicos, bem como das perspectivas dos indivíduos que vivem a pobreza em seu cotidiano, vislumbra-se a possibilidade de um aprofundamento no entendimento do fenômeno aqui analisado.

No espaço urbano, pode-se observar que a pobreza ganha complexas e específicas feições, difíceis de serem observadas quando se pensa na escala do território nacional. No caso brasileiro, em função da forma com que a sociedade organizou a economia e a distribuição de suas riquezas – historicamente concentradas nas mãos das elites – tem-se que a estrutura de classes ganhou visibilidade na paisagem através da implementação de um padrão de ordenamento das cidades marcadamente segregado. A pobreza materializa-se em diferentes áreas da totalidade urbana e serve, o tempo todo, como contrapeso as formas materializadas da riqueza.

Tomando como referência a cidade de São Paulo – rotulada por muitos, de forma equivocada, como *cidade global* (FERREIRA, 2007) – busca-se ainda neste capítulo analisar a relação entre a pobreza e o espaço urbano e, em seguida, caracterizar as condições de renda, trabalho e necessidades básicas insatisfeitas (NBI) de famílias que habitam algumas das áreas mais pobres da cidade mais rica do país.

1.2. A formação da periferia de São Paulo

O fenômeno da pobreza materializa-se por diferentes espaços, tornando a paisagem fiel testemunha das contradições nas quais as sociedades capitalistas se estruturam, sobretudo nos países do Terceiro Mundo. No que tange ao espaço urbano, Odette Seabra afirma que sua morfologia social:

[...] traduz tendências lógicas e sistêmicas da reprodução da sociedade e que traduz, também, a ação consciente dos agentes que se movem no urbano a procura de negócios, de trabalho ou de lugar, num confronto que se torna muito aberto e no qual se verifica a territorialização das práticas (SEABRA, 2004, p. 272).

Assim, quando se busca compreender a relação entre os pobres e o espaço urbano, deve-se levar em consideração o fato de que as cidades são construídas e transformadas em função de confrontos de interesses das diferentes classes sociais. Como resultado desse confronto, Santos afirma que todas as cidades brasileiras exibem, com diferença de grau e intensidade:

[...] problemáticas parecidas. Seu tamanho, tipo de atividade, região em que se inserem etc. são elementos de diferenciação, mas em todas elas, problemas como os do desemprego, da habitação, dos transportes, do lazer, da água, dos esgotos, da educação e saúde são genéricos e revelam enormes carências. Quanto maior as cidades, mais visíveis se tornam as mazelas (SANTOS, 2008, p. 105).

Tal afirmação evidencia a presença de muitos problemas que afetam, fundamentalmente, as classes sociais de menor poder aquisitivo. Essas classes vivem sob precárias condições de vida e são obrigadas a ocupar as áreas mais desvalorizadas do espaço urbano. De acordo com Eunice Durham:

A população pobre está em toda parte nas grandes cidades. Habita cortiços e casas de cômodos, apropria-se das zonas deterioradas e subsiste como enclaves nos interstícios dos bairros mais ricos. Mas

há um lugar onde se concentra, um espaço que lhe é próprio e onde se constitui a expressão mais clara de seu modo de vida. É a chamada ‘periferia’” (DURHAM, 2004, p. 382).

Na realidade urbana brasileira, a periferia foi historicamente significada como o espaço que estabelece relação de oposição ao centro. Se o ultimo carrega consigo os elementos da modernidade, do dinamismo econômico e da riqueza, a periferia é considerada, recorrentemente, o lugar do atraso, da lentidão e, seguramente, da pobreza.

Complexo arranjo espacial, antes de tudo, a periferia é o lugar onde estão as moradias da população de baixa renda. Trata-se de “aglomerados distantes dos centros, clandestinos ou não, carente de infraestrutura, onde passa a residir crescente quantidade de mão-de-obra necessária para fazer girar a maquinaria econômica” (KOWARICK, 1993, p. 35).

Segundo Durham, a formação das periferias urbanas não é um fenômeno novo nem especificamente brasileiro. Em São Paulo, afirma a autora:

[...] onde a vigorosa expansão urbana data do século XIX e é contemporânea da migração estrangeira, a cidade crescia desordenadamente já havia um século. Entretanto, a partir da década de 1950, o crescimento urbano não só aumenta de intensidade, mas adquire características específicas que distinguem as novas periferias das antigas fímbrias urbanas (DURHAM, op. cit., p. 182).

Tem-se que, no âmbito econômico, a cidade já afirmava o seu papel de centralidade desde a década de 1930, quando o país deu fim à hegemonia agrário-exportadora e iniciou sua fase de predominância da economia urbano-industrial³, reformulando o pacto de poder das elites que comandavam o Estado, bem como parte das normatizações tangentes às questões trabalhistas (OLIVEIRA, 2006, p. 37).

³ Segundo Florestan Fernandes, o período de estruturação da indústria brasileira – assinalado pelo autor como as quatro décadas após a Primeira Grande Guerra – não representou a formação de uma burguesia, nem a crise da oligarquia. O processo de industrialização foi caldeado por uma classe dominante de caráter híbrido, pois houve uma coalescência estrutural dos vários estratos sociais e das várias categorias econômicas que formavam as “classes possuidoras” (FERNANDES, 2006). Assim, operou-se uma transformação da base econômica do país sem que houvesse uma ruptura política (OLIVEIRA, 2006).

Em meados do século XX, a necessidade da jovem indústria nacional em ampliar a classe de operários e, conseqüentemente, o exército industrial de reserva – valendo-se da terminologia marxista – operou um maciço movimento migratório para São Paulo, no qual “se dá a passagem de uma economia tradicional para um sistema capitalista em expansão, redistribuindo a mão-de-obra e estabelecendo laços profundos e complexos entre regiões subdesenvolvidas e regiões em desenvolvimento” (DURHAM, op. cit., p. 187)⁴.

Nesse momento, composto principalmente por nordestinos, o fluxo migratório que se direcionava à cidade partia de uma idealização acerca das oportunidades diferenciadas de trabalho no território nacional, uma vez em que a situação no campo estava marcada pela concentração fundiária, pela introdução de tecnologia na produção rural – destinada à exportação – e também pelo desprezo no avanço das relações trabalhistas, que já havia ganho o espaço urbano (MARICATO, 2001).

Em um panorama geral das migrações no Brasil, há uma transição marcante entre as décadas de 1940 e 1980, quando a população urbana passa de 26,3% para 68,8% do total nacional. No final desse período, aproximadamente 40 milhões de pessoas – ou seja, 33,6% da população – havia migrado do local de origem. Somente entre 1970 e 1980 incorpora-se à população urbana mais de 30 milhões de novos habitantes (SANTOS, 2008, p.74).

Essa parcela significativa da população é atraída pela possibilidade de melhoria de vida, sobretudo através de relatos de amigos e parentes que foram *tentar a vida* na cidade grande (DURHAM, op. cit.)⁵. Todavia, o desenvolvimento da indústria

⁴ O processo de industrialização – associado às cidades – ganha intensidade com a Política Nacional de Desenvolvimento da década de 1950: na busca pela ampliação do mercado consumidor interno, viabiliza-se a implantação de infraestruturas de transporte e comunicação pelo território, ao passo que a classe média também se expande em meio à profusão de bens de consumo duráveis. Dado o arranque industrial, o Produto Interno Bruto (PIB) entre as décadas de 1940 e 1980 cresceu índices superiores a 7% ao ano e as taxas de natalidade e mortalidade entraram em forte queda (SANTOS, 2008). Como é sabido, esse período foi marcado por políticas econômicas estruturadas na ideologia do desenvolvimentismo que trazia – ao menos no plano discursivo – a noção de modernização do país como justificativa às transformações em curso.

⁵ Nas palavras de Eunice Durham, “Os migrantes explicam sempre a migração como uma tentativa de ‘melhorar de vida’, embora raramente consigam precisar em que consistem essas possibilidades de melhoria, ou quais elementos negativos da situação anterior. [...] a emigração é provocada por tensões que se manifestam no campo econômico e que se traduzem em salários baixos, rendimentos insuficientes na produção agrícola e falta de emprego remunerado como alternativa. Nota-se também que a migração não decorre, em geral, de uma situação anormal de fome ou miséria. Ao contrário, a migração aparece o mais das vezes como resposta a condições normais de existência. O trabalhador

moderna – sobretudo nas cidades dos países de Terceiro Mundo – é marcadamente seletivo e gera um montante de empregos aquém da quantidade de mão de obra disponível, formando o exercito industrial de reserva, já mencionado.

Portanto, o crescimento econômico da metrópole paulistana foi acompanhado também pela expansão da pobreza urbana. O fato das elites urbanas – associadas ao capital industrial, financeiro e imobiliário – selecionarem e valorizarem as parcelas da cidade que lhe asseguram maior acessibilidade, conforto e lucro, dotando-as de infraestrutura e serviços urbanos providos pelo Estado (FERREIRA, 2007), faz com que, nas palavras de Santos, ocorra a denominada *urbanização corporativa* (SANTOS, op. cit.).

Nesse tipo de urbanização observa-se uma relação de interdependência entre tamanho urbano, modelo rodoviário, carência de infraestrutura, especulação fundiária e imobiliária, problemas de transporte, extroversão e periferização da população, “gerando, graças às dimensões da pobreza e seu componente geográfico, um modelo específico de centro periferia” (idem, op. cit., p. 106). Assim, a cidade se expande horizontalmente cheia de vazios, pois há especulação, havendo especulação, há criação mercantil de escassez e acentua-se o problema do acesso a terra e à habitação. É nesse contexto que, através do “binômio loteamento clandestino e ônibus urbano, a periferia da cidade de São Paulo se expandiu horizontalmente nas décadas de 40, 50, 60 e 70 [...]” (MARICATO, 2001, p. 3), como mostra o Mapa 2 (página 37).

Desde meados do século XX, a população de baixa renda – sobretudo de origem migrante – fixa-se na periferia, transformando-a, dentro de suas condições, no sentido de garantir o próprio teto. Segundo Ermínia Maricato, a “autoconstrução parcelada da moradia durante vários anos foi a principal alternativa de habitação para a população migrante se instalar em algumas das principais cidades brasileiras” (MARICATO, 1979, p.73-74). A mesma autora afirma que:

abandona a zona rural ou os pequenos centros quando percebe que ‘não pode melhorar de vida’, isto é, que sua miséria é condição permanente. [...] Fundamentalmente, a emigração decorre de uma situação econômica desfavorável, que é vista como permanente. A esses aspectos negativos se opõe a expectativa positiva das possibilidades que a vida urbana ou o trabalho na agricultura ‘do sul’ poderão propiciar” (DURHAM, op. cit., p.188).

[...] a maioria da população trabalhadora resolve o problema da habitação, trabalhando nos fins de semana, ou nas horas de folga, contando com a ajuda de amigos ou parentes, ou contando apenas com a própria força de trabalho (marido, mulher e filhos). [...] chamamos de autoconstrução o processo de construção da casa (própria ou não [não própria no caso de construção em áreas invadidas, favelas principalmente, onde há sempre a possibilidade do despejo]), seja apenas pelos seus moradores, seja pelos moradores auxiliados por parentes, amigos e vizinhos, seja ainda pelos moradores auxiliados por algum profissional (pedreiro, encanador, eletricista) remunerado. (idem, op. cit, p.73-74).

O fato do trabalhador construir a sua moradia com o próprio rendimento de trabalho e utilizando seu tempo livre, é analisado por diversos autores, como Francisco de Oliveira e Lúcio Kowarick que argumentam, sob a perspectiva marxista, que o processo em questão configura uma super-exploração da mão de obra, ou ainda uma “espoliação urbana” (KOWARICK, 1993, 2009), já que a casa – entendida como mercadoria e elemento necessário na reprodução da força de trabalho – não entra no gasto do patrão nem do Estado.

Assim, durante de décadas a pobreza materializou-se no espaço urbano e famílias foram adensando a periferia em loteamentos ilegais onde a carência de infraestrutura e serviços urbanos – asfaltamento, redes de água, esgoto, luz, telefone, escolas, creches, áreas de lazer, hospitais e postos de saúde – atestam a competência das ações do Estado no ordenamento sócio-espacial. As fragmentadas políticas públicas aplicadas em torno da questão da moradia popular não deram conta da realidade que margeava um centro tão dinâmico, fluido e moderno.

Em uma breve cronologia das políticas voltadas à moradia no Brasil têm-se, em 1964, a criação do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e do Banco Nacional de Habitação (BNH), que utilizavam recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Em nome dos desassistidos, as políticas praticadas promoveram, além da flexibilização das leis trabalhistas:

[...] a verticalização das áreas residenciais mais centrais; contribuindo para o aumento especulativo do solo; dinamizando a

promoção e a construção de imóveis (o mercado imobiliário atinge um novo patamar e uma nova escala); diversificando a indústria de materiais de construção; subsidiando apartamentos para as classes médias urbanas; patrocinando a formação e consolidação de grandes empresas nacionais de edificação e mesmo de construção pesada, nas faraônicas obras de saneamento básico. (MARICATO, 2001, p.22).

Efetivamente, o SFH financiou 4,8 milhões de moradias: cerca de 25% do número de habitações construídas no Brasil entre 1964 e 1986. Todavia, o número de moradores de favelas não parou de crescer nesse período. Essas políticas públicas possuíam um caráter extremamente ambíguo, de modo que, das 4,8 milhões de unidades residenciais financiadas pelo SFH, somente 1/3 foi objeto da promoção pública através da construção de conjuntos habitacionais “supostamente destinados a moradores com renda menor que 5 salários mínimos” (idem, op. cit., p. 22). Ainda nas palavras de Maricato:

[...] a política praticada pelo SFH combinou o atendimento dos interesses dos empresários privados (construção, promotores imobiliários, banqueiros e proprietários de terra) com os interesses de políticos clientelistas (governadores, prefeitos, deputados, vereadores), quando não aconteceu destes fazerem parte daquele grupo. Na verdade essa política foi fundamental para a estruturação de um mercado imobiliário de corte capitalista. Ela constituiu também um dos expedientes de concentração de renda, na medida em que privilegiou a produção de habitação subsidiada para a classe média em detrimento dos setores de mais baixa renda. [...]. Combinando investimento público com ação reguladora, o Estado garante a estruturação de um mercado imobiliário capitalista para uma parcela restrita da população, enquanto que para a maioria resta as opções das favelas, dos cortiços, ou do loteamento ilegal, na periferia sem urbanização, de todas as metrópoles (idem, op. cit., p. 22-23).

Àquilo que resta como opção à população de baixa renda foi influenciado com a promulgação da Lei Federal 6766 em 1979, a chamada Lei Lehman⁶. Tal lei fundamentou uma ação reguladora do parcelamento e uso do solo, acarretando significativa restrição da oferta de moradia para a população trabalhadora e gerando um *boom* na formação das favelas que, até a década de 1970, não representavam uma alternativa importante à população pobre de São Paulo (idem, op. cit.).

Como resultado, ocorreu uma redução dos loteamentos ilegais identificados pela Secretaria Municipal de Planejamento de São Paulo: havia, em 1981, 3.567 loteamentos ilegais, ocupando 35% da área do município que passaram para 2.600 no ano de 1989, após uma série de políticas de regularização com base na lei.

Todavia é importante ressaltar que as periferias não urbanizadas seguiram em processo de adensamento e expansão, transbordando para os municípios limítrofes à capital paulista através dos lotes ilegais, da autoconstrução e das linhas de ônibus e trem intermunicipal. Os últimos trinta anos também foram marcados por políticas de urbanização de favelas e mutirões, no entanto, a metrópole paulistana chega, no século XXI, com cerca de 50% de uso ilegal do solo e ilegalidade das edificações.

Diante da *urbanização caótica*, denominada por Darcy Ribeiro, proletários, autônomos e desempregados massificam-se no *povo* que habita as margens da cidade (RIBEIRO, 1995). É o povo que, através de sua vivência, organiza-se e cria mecanismos de reivindicação e de resistência à realidade urbana⁷. Afinal, é preciso ter moradia:

⁶ A referida Lei foi apoiada por movimentos de moradores de loteamentos irregulares que buscavam – principalmente – a criminalização do loteador "clandestino", além da possibilidade de suspensão do pagamento para efeito de viabilizar a execução de obras urbanísticas e a atribuição ao município ou Ministério Público a representação das comunidades através do interesse difuso. Todavia, a mesma lei contribuiu no fortalecimento do mercado imobiliário formal e para a segregação ambiental, pois evitava que o terreno, cada vez mais escasso na metrópole, fosse parcelada irregularmente pelo mercado informal – devido a exigências urbanísticas e burocráticas (MARICATO, 2001, p. 24).

⁷ Sendo o modo de produção capitalista produtor de desigualdades, ele traz consigo a possibilidade do surgimento de questionamentos à ordem instaurada. Nas cidades brasileiras, esses questionamentos formulam-se – decisivamente – na periferia e tornam-se movimentos que tencionam transformações na pobreza urbana. Os movimentos sociais urbanos, desde a década de 1960, colocaram em questão o modelo de desenvolvimento urbano, de modo que a noção de “direito à cidade” ganhou espaço e tornou-se base filosófico-ideológica das lutas e conflitos sociais em torno da implementação de políticas urbanas que assistissem às classes mais pobres e que passaram a figurar na Constituição de 1988.

A própria população urbana, largada a seu destino, encontra soluções para seus maiores problemas. Soluções esdrúxulas é verdade, mas são as únicas que estão ao seu alcance. (RIBEIRO, op. cit., p. 204).

Dada a localização de seu sítio, São Paulo seguiu o padrão de expansão da “metrópole interior” (VILLAÇA, 1998, p. 114), ampliando seus domínios em todas as direções à partir do centro (Mapa 2, página 37). Conforme já descrito, tal modelo de expansão – alicerçado no modo de produção capitalista – produziu vazios na cidade devido à ação especulativa do mercado imobiliário, de modo que a população trabalhadora de baixa renda foi, sistematicamente, colocada à margem das áreas mais valorizadas embora, muitas vezes, nelas trabalhassem.

Os pobres na cidade buscaram, assim, o chão disponível: aquele em que a *gula* do mercado imobiliário não alcançasse, uma vez que ele se direciona somente para as áreas onde a lucratividade é certa graças aos adensamentos de infraestruturas e serviços urbanos.

Aos que não possuíam moradia nem condições financeiras de obtê-las no mercado formal, sobraram os sítios mais longe do centro, de acentuada declividade e, muitas vezes, localizadas em áreas protegidas ambientalmente, como os mananciais, que são extremamente normatizados do ponto de vista do uso e da ocupação do solo (MARTINS, 2006).

Observando o Mapa 2, entre as décadas de 1950 e 1960, tornou-se visível um padrão de ocupação mais contíguo, em todos os sentidos, irradiado a partir do centro expandido. No entanto, a partir de 1963 até o início do século XXI, observa-se um padrão marcadamente descontínuo, através de manchas de ocupação que alcançaram os limites administrativos da cidade.

Tais limites são caracterizados, conforme já mencionado, pela presença de altas declividades ou de áreas de manancial e proteção ambiental, ou seja, áreas normatizadas em que o mercado imobiliário não pode atuar e as políticas urbanas de valorização – efetivadas por meio da construção de infraestruturas e serviços urbanos – são constrangidas pela legislação.

Com o desenvolvimento de uma urbanização segregadora que incorporou diferentemente novas áreas no tecido urbano, a topografia dos terrenos que *sobravam* às classes sociais menos abastadas era diversificada em função do *mosaico* geomorfológico da cidade, conforme metáfora de Aziz Ab' Saber (1975). Chãos com diferentes declividades e substratos pedológicos e rochosos não adequados à construção estavam *disponíveis* à materialização da pobreza.

Ribeiro argumenta que a população de baixa renda “aprende a edificar favelas nas morrarias mais íngremes fora de todos os regulamentos urbanísticos” (RIBEIRO, op. cit., p. 204). Nas palavras de Maricato, “as cidades brasileiras passaram a ter “multidões [...] concentradas em vastas regiões – morros, alagados, várzeas, ou mesmo planícies – marcadas pela pobreza homogênea” (MARICATO, op. cit., p. 22).

Tecendo suas considerações sobre as favelas, Santos atesta que sua:

infraestrutura e a qualidade e construção são praticamente nulas, face ao caráter ilegal da instalação e, principalmente, ao nível de renda dos habitantes [...]. As casas são exíguas, seu tipo de construção (madeira, esteira, barro batido, zinco) varia segundo a herança cultural ligada à região de origem do novo cidadão (SANTOS, 1981, p. 180).

As *soluções esdrúxulas* mencionadas por Ribeiro, ou a *arquitetura do possível*, discutida por Maricato, trazem à tona uma realidade urbana periférica em que a técnica acessível deriva de um saber local e de poucos recursos financeiros: uma técnica que, evidentemente, também intervém no espaço físico da metrópole transformando-o, mas que não consegue subverter os efeitos de processos como enchentes e desbarrancamentos (movimentos de massa), que necessitam de alto investimento público em infraestrutura para ser evitados.

Mapa 2: Expansão da urbanizada São Paulo, SP, 1881-2002

Atravessando décadas, a pobreza tem se materializado no espaço urbano, tornando-se cada vez mais visível. Esse processo não é exclusivamente paulistano ou brasileiro já que, para Mike Davis, está em trânsito uma significativa expansão das favelas em todo o planeta (DAVIS, 2006).

Em linhas gerais, a periferia de São Paulo formou-se como resultado da lógica de segregação sócio-espacial. Seja na década de 1950, seja no ano 2000, tem-se moradias construídas em meio às dinâmicas de solidariedade, através do uso das técnicas acessíveis, sobre terrenos montanhosos ou alagáveis descartados pelos interesses do setor imobiliário e abandonados deliberadamente pelo Estado.

Sob os tetos autoconstruídos da periferia de São Paulo, encontram-se famílias com distintas composições e trajetórias. A pobreza persiste no cotidiano face às situações de rendimento, trabalho e acessibilidade às infraestruturas e serviços urbanos.

1.3. Renda, trabalho e necessidades básicas insatisfeitas (NBI) nas margens da metrópole

Conforme já discutido anteriormente, a pobreza no espaço urbano pode ser interpretada mediante a utilização de diferentes abordagens. Assim, além de dados estatísticos sobre os rendimentos e os acessos às infraestruturas e serviços da população (abordagens monetárias e de condições de vida, respectivamente), busca-se aqui apresentar alguns resultados obtidos por meio de entrevistas com moradores dos distritos da Brasilândia e do Jardim Ângela.

1.3.1. *Rendimento familiar e situação de trabalho*

Por mais que seja questionável o peso que a variável *renda* possua nos estudos sobre o fenômeno da pobreza – pois não corresponde precisamente ao poder de compra em função da inflação – é importante que ela ajude a compor o quadro de análise aqui pretendido, já que corresponde ao resultado do processo de venda da força de trabalho no mercado.

Nos últimos catorze anos, houve uma queda de 54% no rendimento médio mensal dos moradores da cidade de São Paulo: de R\$2546 em 1985 para R\$1376 em 2009. Esse comportamento também é registrado segundo a atividade econômica: na indústria de transformação a queda da renda média foi de R\$2909 para R\$1479; na construção civil foi de R\$2233 para R\$ 1531; no comércio foi de R\$2328 para R\$1098 e nos serviços foi de R\$2795 para R\$1533. Em função das mudanças no piso do salário mínimo, o único setor em que houve aumento foi o dos serviços domésticos, que passou de R\$494 para R\$562 (Fundação Seade, 2011).

Deve-se observar também uma brusca queda registrada no rendimento médio familiar e no rendimento *per capita* dos últimos catorze anos: o primeiro foi de R\$5013 em 1985 para R\$2292 em 2009, enquanto o segundo foi de R\$1615 para R\$938, mesmo face à redução no número de membros por famílias na cidade São Paulo, de 3,8 para 3,1.

Como os dados mencionados foram calculados na qualidade de média municipal, é importante salientar a existência de muitas discrepâncias quando se faz uma observação no âmbito do espaço intra-urbano: conforme mostra o Mapa 3 (página 41), a maior concentração de domicílios que possuem renda de até três salários mínimos estão distribuídos em distritos localizados nas periferias das zonas norte, sul e leste.

Utilizando a classificação de classes socioeconômicas desenvolvida pela Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2011) – referentes aos rendimentos familiares obtidos por meio de trabalho, aposentadoria ou benefícios de programas sociais – pode observar através das entrevistas que 33% dos entrevistados residentes na Brasilândia (zona norte) e no Jardim Ângela (zona sul) pertencem a classe C (rendimento entre R\$1064 e R\$4591), 27% a classe D (rendimento entre R\$768 e R\$1064) e 40% a classe E (com rendimento inferior a R\$768), como mostra o Gráfico 1 (página 42).

É fundamental mencionar também que, muitas vezes, o rendimento das famílias mais pobres conta com a injeção de verba das políticas públicas de distribuição de renda – sobretudo o Bolsa Família, implementado pelo Ministério de Desenvolvimento Social em 2004 – que possuía um alcance de 35% das famílias da Região Metropolitana de São Paulo em 2006, segundo a Pesquisa de Condições de Vida (PCV) da Fundação Seade (2011).

Mapa 3: Distribuição de domicílios segundo faixa de renda em São Paulo, SP, 2000

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000. Projeção Estatística da Amostra.
Secretaria Municipal de Planejamento – Sempla/Depto. de Estatística e Produção de Informação – Dipro.
Nota: As porcentagens indicam a relação entre domicílios de determinada faixa de renda e o número total de domicílios permanentes, ambas as variáveis referentes a cada uma das 456 Áreas de Ponderação da Amostra do Censo IBGE/2000 definidas para o Município de São Paulo.

Gráfico 1

Fonte: Elaboração própria com base em pesquisa de campo, 2010.

A Tabela 1, abaixo, mostra a distribuição dos entrevistados nas classes econômicas segundo o bairro analisado:

Tabela 1

Classes socioeconômica segundo renda mensal (%)		
Região	Brasilândia	Jd. Ângela
Classe A/B	0	0
Classe C	38	28
Classe D	23	30
Classe E	39	42
Total	100	100

Fonte: elaboração própria com base em pesquisa de campo, 2010.

No que tange a situação de trabalho, tem-se que, no ano de 1989, as regiões da cidade que possuíam as maiores taxas de desemprego eram compostas por alguns distritos da zona leste e da zona sul, revelando percentuais de 10,5 e 10,3%

respectivamente (Fundação Seade, 2011). Em 2003, após catorze anos, o desemprego aumentou em toda a capital paulista, mas principalmente na “Região Leste II” e na “Região Sul II”, que mantiveram os números mais elevados: 23,5% e 21,5%, respectivamente (Tabela 2, abaixo).

As regiões supracitadas eram compostas por alguns dos distritos mais carentes da cidade – Cidade Tiradentes, Itaquera, São Miguel (na zona leste), Capão Redondo, Cidade Ademar, Cidade Dutra, Grajaú, Jardim Ângela, Jardim São Luís, Marsilac, Parelheiros, Pedreira (na zona sul). Tais áreas integram a periferia de São Paulo que, sintetizada nas palavras de Durham, “é formada pelos bairros mais distantes, mais pobres, menos servidos por transportes e serviços públicos” (DURHAM, op. cit., p.382).

Em 2009, 12,9% dos trabalhadores de São Paulo encontravam-se desempregados. No entanto, a metrópole já havia registrado índices piores poucos anos antes, como em 2004, quando a taxa de desemprego marcou 18,1% da população (Fundação Seade, 2011).

Tabela 2

Taxas de Desemprego por Regiões, Município de São Paulo, 1989-2003

Em porcentagem

Taxa de Desemprego	Região Centro	Região Leste 1	Região Leste 2	Região Norte 1	Região Norte 2	Região Oeste	Região Sul 1	Região Sul 2
1989	5,7	7,6	10,5	7,1	7,8	6,6	6,4	10,3
1995	7,1	12,0	15,1	11,7	13,3	9,0	9,8	14,9
1998	11,2	17,6	21,7	15,7	16,3	12,1	11,4	19,1
2000	11,1	16,4	18,8	15,7	16,1	11,4	11,6	19,2
2003	12,4	17,3	23,5	17,4	19,4	13,4	13,3	21,5

Fonte: Elaboração própria com base nas informações da SEP. Convênio Seade-Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED (2004).

Outra dinâmica importante relacionada a situação de trabalho, diz respeito à distribuição percentual da população ocupada em alguma atividade econômica. Os dados estatísticos indicam um aumento no número de pessoas trabalhando no setor terciário da economia: a atividade comercial ocupava 14,9% da população de São Paulo em 1988, percentual que se eleva para 16,7% em 2004. Enquanto isso, na atividade de prestação de serviços, o percentual aumentou de 44,5% para 56,4% no mesmo período (Fundação Seade, 2011). Uma interpretação possível desse processo reside no fato de que:

Historicamente, o setor de serviços como um todo já apresentava na economia brasileira um inchamento, influenciado pelo efeito combinado do drástico êxodo rural com a geração de empregos no setor industrial insuficiente ao universo de trabalhadores disponível no mercado de trabalho urbano (POCHMANN, 2005, p. 58).

Com relação a amostra obtida nas entrevistas, nota-se uma diferença marcante entre a quantidade de entrevistados que se encontram empregados na Brasilândia (84%) daqueles do Jardim Ângela (56%), conforme indicado na Tabela 3 (abaixo).

Tabela 3

Situação de trabalho atual (%)		
Região	Brasilândia	Jd. Ângela
Empregado (a)	84	56
Desempregado (a)	16	44
Total	100	100

Fonte: elaboração própria com base em pesquisa de campo, 2010.

Quando observado os vínculos de trabalho dos entrevistados – amostra geral e amostra segundo distrito – tem-se as situações mostradas na Tabela 4 e no Gráfico 2, respectivamente (página 45):

Tabela 4

Vínculos de trabalho (%)		
Região	Brasilândia	Jd. Ângela
Autônomo	7	14
Formal	41	43
Informal	40	36
Aposentado	12	7
Total	100	100

Fonte: elaboração própria com base em pesquisa de campo, 2010.

Gráfico 2

Fonte: elaboração própria com base em pesquisa de campo, 2010.

Observa-se que não houve variações significativas entre os dois distritos analisados. Assim, de acordo com a amostra total representada, pode-se considerar que 41% dos entrevistados são registrados com carteira assinada, 39% trabalha sem carteira assinada – são considerados, portanto, integrantes do mercado de trabalho informal –, 10% são autônomos e há ainda 10% de aposentados que, apesar de não serem considerados parte da População Economicamente Ativa (PEA), possuem um impacto significativo na composição da renda familiar.

As entrevistas mostraram também que somente 14% dos empregados exercem algum outro tipo de atividade remunerada extra, o chamado *bico*, e geralmente o fazem sem carteira assinada, trabalhando como pedreiro, eletricista ou encanador. Conforme mostra o Gráfico 3 e a Tabela 5 (abaixo), não houve variações significativas em função dos distritos:

Gráfico 3

Fonte: elaboração própria com base em pesquisa de campo, 2010.

Tabela 5

Desempenho de outra atividade (%)		
Região	Brasilândia	Jd. Ângela
Sim	15	78
Não	85	22
Total	100	100

Fonte: elaboração própria com base em pesquisa de campo, 2010.

Com relação a participação de familiares no mundo do trabalho (Tabela 6, página 47), tem-se que:

Tabela 6

Situação de trabalho dos familiares (%)		
Região	Brasilândia	Jd. Ângela
Empregado (a)	51	78
Desempregado (a)	49	22
Total	100	100

Fonte: elaboração própria com base em pesquisa de campo, 2010.

Enquanto 51% dos entrevistados da Brasilândia possuem familiares que trabalham e colaboram no orçamento domiciliar, esse número aumenta para 78% no Jardim Ângela.

Entre os familiares que trabalham, 63% o fazem com carteira assinada, 19% sem carteira assinada, 2% são aposentados e 10% são autônomos, conforme a amostra geral, no Gráfico 4 (abaixo).

Gráfico 4

Fonte: elaboração própria com base em pesquisa de campo, 2010.

As informações aqui apresentadas já permitem identificar um quadro que tende a precarização das condições de vida dos moradores da periferia paulista, face à queda dos rendimentos mensais, os elevados índices de desemprego e de trabalhadores sem carteira assinada, além da quantidade de pessoas que trabalham em mais de um emprego visando a manutenção do orçamento familiar.

Todos esses elementos caracterizam a situação de trabalho nas metrópoles contemporâneas e decorrem daquilo que David Harvey denominou *reestruturação produtiva* (HARVEY, 1992), que será discutida com maior profundidade no Capítulo II. Em poucas palavras, essa reestruturação faz com que o setor industrial – cada vez mais robotizado e distante dos grandes centros urbanos – empregue menos pessoas, realocando grande parte da população para as atividades terciárias, sobretudo as informais que, por sua vez, caracterizam um aumento da desburocratização dos direitos trabalhistas e uma maior penetração da ideologia neoliberal no mercado de trabalho.

1.3.2. Acesso às infraestruturas e serviços públicos

As infraestruturas e serviços são elementos de suma importância na valorização do espaço urbano e na qualidade de vida da população. Água, esgoto, coleta de lixo, energia elétrica, educação, saúde, transporte, segurança e lazer deveriam – na lógica do Estado moderno – ser oferecidos de forma democrática à totalidade do corpo social, garantindo-lhe cidadania.

Valendo-se de entrevistas, mapas, fotografias e dados estatísticos, objetiva-se aqui identificar as diferentes qualidades das infraestruturas e serviços do tecido urbano paulistano e, em especial, nos distritos periféricos da Brasilândia e do Jardim Ângela.

1.3.2.1. Água

Há dez anos atrás, o mapa de domicílios sem água encanada no município de São Paulo (Mapa 4, página 50) demonstrava uma diferença significativa na distribuição do recurso entre os distritos centrais da metrópole e aqueles da periferia. Comparando os dados referentes à Brasilândia e ao Jardim Ângela, observa-se também uma diferença marcante: enquanto no primeiro distrito havia entre 1101 e 1500 casas sem água encanada, no segundo esse número ultrapassava os 1500.

A avaliação da Secretaria Municipal de Planejamento (Sempla, 2011) mostra que a oferta de água no ano de 2008 cobriu 100% dos domicílios paulistanos. Importa então qualificar essa cobertura que, segundo os moradores entrevistados, não obteve uma boa avaliação, conforme mostra a Tabela 7 (abaixo).

Tabela 7

Avaliação do sistema de água (%)		
Região	Brasilândia	Jd. Ângela
Satisfatório	36	64
Insatisfatório	64	36
Total	100	100

Fonte: elaboração própria com base em pesquisa de campo, 2010.

Enquanto no Jardim Ângela o sistema de abastecimento de água é considerado satisfatório por parte de 64% dos entrevistados, ele é considerado insatisfatório por também 64% dos moradores ouvidos na Brasilândia, que declararam:

- “a [distribuição de] água está péssima! Até às 9 horas tem água, passou das 9 horas, a gente só fica com águas às 22 horas”;
- “sempre falta água no final de semana”;
- “é difícil faltar água, embora hoje faltou”;

Por mais que o acesso a água tratada e potável seja um elemento fundamental na apreciação de qualidade de vida da população, a rede de distribuição do recurso foi estabelecida de forma desigual na cidade de São Paulo.

Mapa 4: Domicílios sem Rede Canalizada de Água, São Paulo, SP, 2000

1.3.2.2. Coleta de Lixo

De acordo com as informações da Fundação Seade (2011), a coleta de lixo no município de São Paulo no ano de 2000 era de 99,46%. No entanto, o Mapa 5 (página 52) aponta algumas discrepâncias na escala do espaço intra-urbano. Novamente, os bairros periféricos são justamente aqueles menos servidos pelo serviço público de coleta de lixo. Distritos como Jardim São Luis, Jardim Ângela e Grajaú, apresentavam no ano de 2000 mais de 5000 casas não assistidas pelo serviço.

Onze anos depois, ainda é possível observar a ineficiência da coleta nos bairros periféricos, como mostra a Imagem 1 (abaixo), obtida na Brasilândia:

Imagem 1: Acúmulo de Lixo na Brasilândia, São Paulo, SP, 2010

Fotografia: Camila de Sousa Ferreira, 2010.

Mapa 5: Domicílios sem Coleta de Lixo, São Paulo, SP, 2000

1.3.2.3. Esgoto

Associada à oferta de água potável e a coleta de lixo, a drenagem compõe aquilo que se denomina *saneamento básico* e é fundamental na garantia de melhores condições de saúde para a população, ajudando na contenção de diversas doenças – como cólera, disenteria, etc. – que afetam a mortalidade infantil, sobretudo nas áreas urbanas.

Os esforços recentes mais divulgados em termos de políticas governamentais para o saneamento básico são aqueles que integram o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), implementado em 2007 pelo governo federal em escala nacional.

Em termos gerais, o PAC estabeleceu metas para cumprir até 2010, incluindo: aumentar o acesso à água potável à mais 24,5 milhões de pessoas; ampliar a coleta de lixo para mais 31,1 milhões e garantir o acesso a drenagem para mais 25,4 milhões de brasileiros.

Todavia, na metrópole paulistana os números tem se mostrado bastante pessimistas quando a temática é drenagem. Analisando o Mapa 6 (página 54), sobre domicílios sem rede de esgoto do ano 2000, novamente os bairros periféricos apresentam a pior assistência: enquanto na Brasilândia o número de casas sem rede de esgoto estava entre 8501 e 14000, no Jardim Ângela, esse número era superior a 22 mil.

Apesar dos dados oficiais da Sempla (2011) apontarem para uma coleta de 97% dos esgoto na cidade no ano de 2008 –, a mostra obtida em campo deflagra uma avaliação negativa do sistema, tendo sido considerado insatisfatório por 63% dos entrevistados na amostra geral (Gráfico 5, página 55), sem que houvesse diferenças significativas entre os distritos. A insatisfação do sistema pode ser compreendida, quando visualiza-se a situação na Brasilândia (Imagens 2 e 3, páginas 55 e 56, respectivamente).

Mapa 6: Domicílios sem Rede de Esgoto , São Paulo, SP, 2000

Gráfico 5

Fonte: elaboração própria com base em pesquisa de campo, 2010.

Imagem 2: Esgoto correndo à céu aberto na Brasilândia, São Paulo, SP, 2010

Fotografia: Camila de Sousa Ferreira, 2010.

Imagem 3: Esgoto correndo à céu aberto na Brasilândia, São Paulo, SP, 2010

Fotografia: Camila de Sousa Ferreira, 2010.

1.3.2.4. Energia Elétrica

O consumo de energia elétrica no município de São Paulo apresentou uma notável expansão desde 1980 – quando abastecia 1,6 milhões de domicílios – até 2008, quando chegou em 3,8 milhões de lares na cidade (Sempla, 2011).

Na amostra geral obtida, a aceitação do sistema de energia ficou em 66%, como mostra o Gráfico 6 (página 57). Todavia, houve uma sensível diferença entre as avaliações dos moradores da Brasilândia e do Jardim Ângela: enquanto o sistema é considerado satisfatório para 56% no primeiro distrito, ele tem uma avaliação positiva para 76% no segundo (Tabela 8, página 57). Notadamente, a eletricidade foi a rede que obteve a melhor avaliação em toda a pesquisa apresentada:

Gráfico 6

Fonte: elaboração própria com base em pesquisa de campo, 2010.

Tabela 8

Avaliação do sistema de eletricidade (%)		
Região	Brasilândia	Jd. Ângela
Satisfatório	56	76
Insatisfatório	44	24
Total	100	100

Fonte: elaboração própria com base em pesquisa de campo, 2010

Entre os depoimentos dos moradores, há também muitas considerações sobre uma recente mudança por parte companhia que presta serviços de eletricidade na cidade (a AES Eletropaulo) e que agora tem executado uma política de acabar com as ligações ilegais – as chamadas *gambiarrras* ou *gatos* – em função da regularização da oferta de energia.

Segue alguns dos depoimentos obtidos nas entrevistas no distrito da Brasilândia:

- “antigamente era gambiarra, não era luz boa”;
- “hoje todo mundo tem luz, os gatos foram tirados e todo mundo paga”;
- “a gente não pode reclamar, que a gente tem também”.

Outra constatação importante foi a de que, apesar de muitos entrevistados classificarem como satisfatória a iluminação em suas casas, estes asseguraram que a iluminação pública ainda não é das melhores, o que os faz evitar caminhadas pelas vias públicas à noite, devido a violência e a criminalidade.

1.3.2.5. Educação

No que tange a educação, a periferia novamente registra os piores índices da capital paulista. O Mapa 7 (página 59), refere-se ao analfabetismo na cidade de São Paulo em 2000, quando a metrópole chegou a extremos de 14% da população analfabeta nas áreas mais pobres, número que se abrandava para 9% na Brasilândia e no Jardim Ângela.

A demanda por creches e pré-escolas (Mapa 8, página 60) também é mais elevada nos distritos periféricos, onde as mães necessitam desse tipo de serviço uma vez que frequentemente trabalham para sustentar a família ou incrementar o orçamento dentro de casa.

Mapa 7: Analfabetismo em São Paulo, SP, 2000

Mapa 8: Demanda por creche e pré-escola em São Paulo, SP, 2006

Com relação a avaliação da rede pública de ensino (Tabela 9, abaixo e Gráfico 7, página 61), tem-se que:

Tabela 9

Avaliação do sistema de ensino (%)		
Região	Brasilândia	Jd. Ângela
Satisfatório	42	46
Insatisfatório	58	54
Total	100	100

Fonte: elaboração própria com base em pesquisa de campo, 2010

Gráfico 7

Fonte: elaboração própria com base em pesquisa de campo, 2010.

Não foi observada significativa variação local entre distritos. Considerando a amostra total, tem-se que 56% dos entrevistados consideram insatisfatórias as escolas do bairro. Muitas das queixas registradas referiam-se aos fatos já conhecidos: escolas distantes e muitos alunos dentro da mesma sala – mesmo com a presença do Centro Educacional Unificado (CEU) Paz, na Brasilândia, e da Escola Técnica Estadual (ETEC), no Jardim Ângela.

1.3.2.6. Saúde

Uma vez que os maiores hospitais da cidade estão sempre com muitas pessoas em fila de espera e localizam-se nas áreas mais centrais – como o Hospital das Clínicas em Pinheiros – os problemas mais emergenciais da população que habita as periferias são resolvidos nos próprios distritos, em hospitais públicos menores e unidades de saúde.

No que se refere à opinião dos moradores dos distritos analisados sobre o sistema de saúde pública (Tabela 10, página 62), tem-se que:

Tabela 10

Avaliação do sistema de saúde (%)		
Região	Brasilândia	Jd. Ângela
Satisfatório	27	20
Insatisfatório	73	80
Total	100	100

Fonte: elaboração própria com base em pesquisa de campo, 2010.

A insatisfação chega aos 72% entre os entrevistados que moram na Brasilândia, e esse número aumenta para 80% no Jardim Ângela. Houve, na avaliação de muitos moradores, uma melhora significativa na saúde pública em função da instalação da Assistência Médica Ambulatorial (AMA) em ambos os distritos nos últimos anos. As AMA's assistem – sem agendamento – pacientes portadores de doenças de baixa e média complexidade nas áreas de pediatria, cirurgia geral, ginecologia e clínica médica. De todo modo, a avaliação dos moradores ainda é muito pessimista em uma das mais importantes na caracterização das condições de vida da população.

1.3.2.7. Transporte

A realidade do transporte público em São Paulo é criticada recorrentemente devido a baixa cobertura territorial – sobretudo no caso do metrô –, mas também pelo preço e pela insatisfatória quantidade de carros de trens e ônibus, o que os torna opções muito procuradas e cheias. É importante ressaltar que próximo à Brasilândia e ao Jardim Ângela não há linhas de metrô nem de trem. Como não houve variações significativas com relação as avaliações do sistema de transporte segundo os distritos analisados, apresenta-se aqui o Gráfico 8 (página 63) com a amostra geral, no qual se pode observar que o sistema de transporte é considerado insatisfatório por 67% dos entrevistados:

Gráfico 8

Fonte: elaboração própria com base em pesquisa de campo, 2010.

Por fim, é importante mencionar que apenas 21% dos entrevistados possuem automóveis, já que essa opção é bastante cara não apenas pelo preço do produto, como pela manutenção e pelos impostos.

1.3.2.8. Segurança

A questão da segurança pública é uma das mais levantadas na atualidade pelos veículos de comunicação em função da ocorrência de crimes de diferentes tipos e também pela falta de credibilidade da polícia na opinião pública.

Com relação aos crimes de homicídio doloso, levantados pela Sempla (2011), tem-se que estes ocorreram com maior frequência justamente nos distritos periféricos analisados, conforme demonstra o Mapa 9 (página 64). Evidentemente, este não é o único critério utilizado na avaliação sobre segurança pública, mas é um indicativo de grande importância.

Mapa 9: Homicídios dolosos em São Paulo, SP, 2000

Com relação às entrevistas obtidas – dez anos após a elaboração do mapa – observa-se que 75% estão insatisfeitos com a segurança pública (Gráfico 9, abaixo).

Gráfico 9

Fonte: elaboração própria com base em pesquisa de campo, 2010.

Sabe-se que as áreas periféricas são menos assistidas pelo poder público em todos os sentidos, de modo que o crime organizado se territorializa nas franjas da cidade, onde o poder institucional e seu aparato de vigia atua oras corrompida e com *vista grossa*, oras com abuso de autoridade e violência. Muitos relatos diziam que a segurança tem melhorado, mas as pessoas ainda temem circular a noite e muitos já viram corpos jogados nas ruas pelo amanhecer.

1.3.2.9. Lazer

Empinar pipa, andar de bicicleta, rodar peão, jogar e assistir futebol, conversar no bar, acompanhar a novela: são diversas as formas de utilizar o tempo livre e estas variam, evidentemente, em função da faixa etária, da classe social e, conseqüentemente, da área em que se vive. O Estado investe parte de seus recursos em áreas de lazer como parques e praças, mas esses investimentos se concentram nas áreas centrais, sobrando pouco para a periferia, novamente.

A amostra total revela que, tanto no Jardim Ângela quanto na Brasilândia, a maioria absoluta dos entrevistados (95%) consideram insatisfatórias as áreas públicas de lazer, conforme aponta o Gráfico 10 (abaixo):

Gráfico 10

Fonte: elaboração própria com base em pesquisa de campo, 2010.

Face à escassez de áreas públicas de lazer, a maioria das atividades mencionadas pelos entrevistados são justamente aquelas que ocorrem em espaços privados, como: assistir televisão em casa (27%), acessar a internet em lanhouses (15%), ir à festas e bares (9%), frequentar a igreja (8%) e visitar familiares (3%), conforme mostra o Gráfico 11 (abaixo):

Gráfico 11

Fonte: elaboração própria com base em pesquisa de campo, 2010.

Poucos são aqueles que vão com frequência ao cinema ou teatro (3%), ao shopping ou restaurantes (4%) e nenhum entrevistado afirmou visitar museus. É importante reiterar que esses espaços concentram-se também nos bairros mais centrais da cidade (KOULIOUMBA, 2002) e a sua frequência corresponde à significativos gastos com deslocamentos e compra de ingressos.

A utilização dos espaços públicos se dá por meio da prática de esportes (13%) – sobretudo o futebol que ocorre na própria rua ou nas quadras escolares – e da visitação à parques e praças do bairro (5%).

Mais uma vez se constata a precariedade nas condições de vida da população que mora na periferia de São Paulo. Todas as abordagens sobre a pobreza – apresentadas no início desse capítulo e, em seguida aplicadas nos distritos da Brasilândia e do Jardim Ângela – conduzem a sua definição mais universal: a “*situação* na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada” (ROCHA, 2010, p. 9).

Os dados estatísticos sobre a cidade e as entrevistas com os moradores dos bairros supracitados, compõe um quadro no qual a população da periferia recebe baixos salários, enfrenta a precarização e a flexibilização das relações trabalhistas e conta com um acesso deficiente às infraestruturas e serviços públicos. Indivíduos e famílias inteiras são privadas de cidadania em função do bairro em que vivem.

Apesar do tempo livre da maioria dos entrevistados ser utilizado para atividades de lazer que pouco os mobilizam politicamente – como a televisão, o videogame e a prática esportiva –, muitos se organizam em movimentos sociais na luta por melhorias nas condições de vida (KOWARICK, 1993), sobretudo com relação às questões de transporte público e habitação.

Grande parte das considerações feitas ao longo deste capítulo já foram levantadas por estudiosos das cidades brasileiras em outros momentos (SANTOS, 2008; VILLAÇA, 1998; MARICATO, 2001), o que acaba por conferir a manutenção do padrão de segregação sócio-espacial da metrópole paulistana. No entanto, a complexidade do fenômeno da pobreza e da formação das periferias urbanas não se desfaz com a constatação acima mencionada. As transformações caldeadas pelo tempo impõe uma série de variáveis que penetram a sociedade e o território, alterando sua composição e, eventualmente, a sua lógica.

Os últimos anos registraram inovações no âmbito da política e da tecnologia que conduziram ao desenvolvimento da chamada *globalização da economia*. Nessa globalização, a informação e as finanças foram tornadas variáveis chave do sistema capitalista (SANTOS, 2000), dotadas de um significativo grau de capilaridade no corpo social, inclusive nos estratos de menor poder aquisitivo.

Graças a recente e desburocratizada oferta de crédito e a forte publicidade, observa-se que a população urbana pobre amplia seu consumo de bens eletrodomésticos e eletroeletrônicos sofisticados (computadores, acesso a internet, aparelhos de telefonia celular, televisões de plasma, etc.) operando visíveis contrastes em suas condições de vida.

Assim, cabe aqui perguntar: estaríamos diante de uma nova pobreza urbana e de uma nova periferia nos *tempos da globalização*?

Sob o teto da globalização

2.1. Algumas considerações sobre a globalização

Aquilo que se entende por *tempos de globalização* refere-se a um novo contexto econômico e político internacional, iniciado na década de 1970 em consequência do esgotamento, nos países centrais, do modelo do Bem-Estar Social e do sistema econômico de Bretton Woods. Tratado sob diversas denominações, como processo de *reestruturação produtiva* (HARVEY, 1992), *sociedade informacional* (CASTELLS, 2008) ou *capitalismo financeiro* (CHESNAIS, 2005).

O fato é que tal período corresponde a uma transformação da economia mundial, com consequências diretas nas economias dos países de Terceiro Mundo. Trata-se, em resumo, de um movimento de adequação à crise de superprodução decorrente da revolução da informática, que levou à exacerbação da divisão internacional do trabalho, à financeirização da economia, e à busca de novos mercados de consumo, também nos países da periferia do capitalismo. Tal processo, que redefiniu as relações espaço-tempo (HARVEY, 1992), teve consequências sobre o espaço. Esta pesquisa se propõe a observar eventuais mudanças ocorridas na periferia de São Paulo justamente no contexto dessas mudanças no novo cenário econômico, e por isso faz-se necessário, neste momento, uma apresentação mais detalhada da questão.

Desse modo, assim como a pobreza, a *globalização* também é um fenômeno de complexa significação, mobilizando esforços interpretativos em diferentes áreas das ciências humanas.

Com relação à origem do termo, François Chesnais afirma que

O adjetivo 'global' surgiu no começo dos anos 80, nas grandes escolas americanas de administração de empresas, as célebres 'business management schools' de Harvard, Columbia, Stanford, etc. Foi popularizado nas obras e artigos dos mais hábeis consultores de estratégia e marketing formados nessas escolas [...] Fez sua estreia em nível mundial pelo viés da imprensa econômica e financeira de língua inglesa, e em pouquíssimo tempo invadiu o discurso político

neoliberal. Em matéria de administração de empresas, o termo era matizado tendo como destinatário os grandes grupos, para passar a seguinte mensagem: em todo lugar onde se possa gerar lucros os obstáculos à expansão das atividades de vocês foram levantados, graças a liberalização e à desregulamentação; a telemática e os satélites colocam em suas mãos formidáveis instrumentos de comunicação e controle; reorganizem-se e reformulem, em consequência, suas estratégias internacionais (CHESNAIS, 1996, p.23).

Desse modo, o termo surge na esfera da economia e chega no território nacional na década de 1990, abundantemente empregado “pelas classes dominantes brasileiras, pelos setores empresariais e pela grande mídia e transformado em sinônimo de ‘modernidade’” (FERREIRA, 2007, p.94).

Recorrentemente, a ideia contida no conceito de globalização seria a de que o planeta vem experimentando, nos últimos anos, um *aumento significativo das dinâmicas de interdependência entre as economias*, com a intensificação de diferentes tipos de fluxos.

Tais fluxos seriam compostos por mercadorias, serviços, capitais, informações e pessoas, tendo se tornado mais intensos em decorrência da Revolução Informacional – chamada também de Terceira Revolução Industrial –, responsável pelo desenvolvimento dos meios de comunicação instantâneos (fax, internet, telefonia móvel, televisão à cabo, dentre outros) e dos meios de transporte mais eficazes.

É importante ter clareza de que “esse sistema tecnológico, em que estamos totalmente imersos na aurora do século XXI, surgiu nos anos 70” (CASTELLS, 2008, p. 91) e, nas palavras de Manuel Castells, possui cinco principais características:

1. *A informação como matéria prima*: uma vez que as novas tecnologias servem para atuar sobre a informação, não somente o contrário, como ocorreu nas outras revoluções tecnológicas;
2. *A marcante penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias*: uma vez que a informação é parte fundamental das atividades humanas, “todos os processo

de nossa existência individual e coletiva são diretamente moldados pelo novo meio tecnológico” (CASTELLS, op. cit., p. 108);

3. A lógica das *redes*, que podem ser aplicadas a qualquer sistema ou conjunto de relações, usando as tecnologias da informação;
4. Com relação ao sistema de redes, a *flexibilidade* também é elemento central, tornando alguns processo reversíveis e permitindo transformações na organização de muitas instituições;
5. Por fim, há a *convergência de tecnologias específicas para um sistema altamente integrado*.

Essas novas tecnologias trouxeram, indiscutivelmente, possibilidades de ampliação e circulação do capital através da implementação daquilo que David Harvey denominou *reestruturação produtiva* (HARVEY, 1992). Essa reestruturação caracterizou-se por um acirramento e maior eficácia na divisão internacional do trabalho, já que as novas tecnologias de comunicação, gestão e transporte permitiram uma segmentação maior da produção pelo mundo, localizando partes dos processos produtivos em países que oferecessem vantagens comparativas (mão-de-obra barata ou pouco regulamentada, menores restrições à poluição, melhores ofertas por terras para as plantas industriais, etc.). Nesse sentido, a precarização das relações de trabalho e da legislação trabalhista nos países periféricos, e no Brasil, com forte terceirização da produção, ou ainda a localização de fábricas para produção primária de produtos têxteis de luxo, no Brasil ou na Ásia, são exemplos desse processo (FERREIRA, 2007).

Além disso, houve uma expansão para a busca de novos mercados de consumo nos países desenvolvidos mais industrializados (chamados pela nomenclatura dominante de “emergentes”). Tais economias como a brasileira, se caracterizavam pela forte concentração de renda, ou seja, pela disponibilidade de uma parcela da população muito capitalizada e potencialmente consumidora dos produtos globais. Para permitir tal processo, foram efetivadas políticas bastante específicas: a abertura da economia e dos entraves aduaneiros para a entrada dos produtos *globais* – preconizada pelo Consenso de Washington –, a estabilização monetária para por fim à inflação e abrir caminho para o crédito ao consumidor – efetivada pelo Plano Real -, a privatização dos serviços de telefonia, água, eletricidade – abrindo

novos mercados para as empresas de serviço dos países desenvolvidos, e assim por diante (idem, op. cit.).

No Brasil, enquanto às novas tecnologias informacionais se materializavam de maneira bastante concentrada na região Sudeste – sobretudo em São Paulo, onde pesava os interesses das grandes empresas dos setores industrial e financeiro – as políticas de caráter neoliberal eram gradativamente implantadas visando uma suposta inserção do país nas dinâmicas de um mercado global.

A economia brasileira sente o efeito das políticas neoliberais com grande intensidade a partir da década de 1990. A forte recessão experimentada nos anos 80 – a chamada década perdida – tornou-se o argumento empregado pelas elites nacionais dirigentes do Estado para promoverem, associadas ao grande capital estrangeiro, uma nova rodada de modernização econômica.

Assim, visando integrar o território nacional nas dinâmicas de uma *economia globalizada*, o governo brasileiro e outros governos de países latino-americanos, passaram a adotar um conjunto de medidas contidas no Consenso de Washington que, formulado em 1989 por economistas dos Estados Unidos, tinha como pontos principais:

1. Disciplina fiscal;
2. Redução dos gastos públicos;
3. Reforma tributária;
4. Juros de mercado;
5. Câmbio de mercado;
6. Abertura comercial;
7. Investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições;
8. Privatização das estatais;
9. Desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas);
10. Direito à propriedade intelectual.

De todo esse receituário que em teoria garantiria a entrada dos países no mundo globalizado, deve-se dar destaque – no caso brasileiro – às políticas de privatização das empresas estatais, às reduções dos gastos públicos e a estabilização da moeda

com a criação do Plano Real, em 1994. Segundo Ferreira, a questão da estabilização monetária foi de fundamental importância na “consolidação de um mercado de consumo estável, baseado sobretudo no crédito” (FERREIRA, op. cit., p.102), já que a população havia enfrentado anos de hiperinflação.

Por meio das políticas neoliberais e das técnicas informacionais, cria-se no território a possibilidade de ampliação e circulação também do capital. Segundo Milton Santos (2000), as *finanças* – junto da informação – são uma variável-chave no entendimento do mundo contemporâneo, já que as instituições financeiras, bancárias e não-bancárias, não atuam somente nas transações internacionais das grandes empresas, mas também nas economias mais pobres, que antes não lhes interessava. Observa-se, assim, o surgimento de uma verdadeira financeirização da economia (CHESNAIS, 2005).

Desse modo, este capítulo buscará entender que, sob o signo das finanças, novas possibilidades de consumo são geradas no período da reestruturação produtiva. Importa, portanto, caracterizar a expansão do mercado de crédito e a reestruturação do sistema financeiro, de modo a compreender a composição do padrão de consumo nas camadas sociais de renda mais baixa.

2.2. A expansão do mercado de crédito e a reestruturação do sistema financeiro nacional

O entendimento da recente expansão do mercado de crédito no Brasil encontra explicação nos conteúdos técnicos e políticos que autorizaram a reestruturação do sistema financeiro nacional nas ultimas décadas, intensificando os fluxos das finanças e possibilitando sua popularização nos estratos sociais mais pobres das cidades brasileiras.

Face uma economia mundial cada vez mais financeirizada, as operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) atingiram R\$1227 bilhões em 2008, valor seis vezes superior ao registrado no ano de 1995, quando as operações atingiram R\$202,6 bilhões, de acordo com o Banco Central do Brasil (BCB, 2011).

Desde meados da década de 1990 no Brasil – com a estabilização da moeda através a implementação do Plano Real –, o comportamento do crédito tem sido sustentado pelo desempenho favorável das operações contratadas por pessoas físicas, que movimentaram R\$12,9 bilhões em 1995 passando para R\$389,5 bilhões em 2008, quantia 30 vezes superior quando comparada aquela de dezesseis anos atrás.

Desde fins do século XX, a procura mais intensa por recursos financeiros esteve relacionada a contratação de linhas de crédito com maiores prazos de pagamento das parcelas, concentrando-se em modalidades vinculadas ao consumo, a exemplo do crediário, do credito pessoal, dos financiamentos para aquisição de bens e do crédito consignado em folha de pagamento (BCB, 2011).

Dentre o universo de produtos oferecidos, o crédito pessoal – operação realizada principalmente por financeiras e grandes redes de varejo – tornou-se uma das formas mais desburocratizadas de acesso ao dinheiro: tal produto octuplicou seu volume de concessão nos últimos anos, passando de R\$16,3 bilhões em 2000 para R\$143,7 bilhões em 2008 (BCB, 2011). Esse aumento esteve ancorado nas políticas de redução das taxas de juros e tem sido peça chave no processo de expansão do consumo em todo o país.

A importância das finanças na contemporaneidade é explicada por François Chesnais, que assegura que a recente configuração do mundo capitalista apresenta um capital portador de juros que ganha, crescentemente, centralidade nas relações econômicas e sociais. Entre as formas de organização capitalista encontram-se, lado a lado, os grupos industriais transnacionais e, menos visíveis, as instituições financeiras, bancárias e não bancárias. Estas instituições seriam constitutivas de um capital específico, aquele que busca "fazer dinheiro sem sair da esfera financeira, sob a forma de juros de empréstimos, dividendos e outros pagamentos recebidos a título de posse de ações e, enfim, de lucros nascidos da especulação bem sucedida" (CHESNAIS, 2005, p. 35) .

Devido aos interesses econômicos das grandes corporações industriais e financeiras, o governo brasileiro incrementou seu espaço nacional primando pela circulação do capital e pela inserção do país nas dinâmicas de um mercado integrado na escala planetária, marca da globalização. De acordo com Mónica Arroyo, para viabilizar esse processo tornou-se necessário construir "uma base material para aumentar a fluidez territorial" e estruturar uma base normativa que imputasse a "porosidade do território" (ARROYO, 1999, p.24).

A *base material* – ou infraestrutural – necessária à modernização do sistema financeiro diz respeito, sobretudo, as redes de telecomunicações, que permitem a circulação de informações e capital. Segundo Leila Dias, tais redes foram rapidamente implantadas no país devido ao atraso que o mesmo se encontrava no âmbito mundial até fins da década de 1960⁸, quando havia apenas duas linhas de microondas no território brasileiro: uma que interligava as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas e outra que interligava Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Brasília e Goiânia. Somente em 1972, após uma ampliação do sistema pelas regiões centro-oeste, sul, nordeste e norte, e que a rede foi reconhecida como nacional, apesar de que apenas 55% dos municípios brasileiros eram servidos pela telefonia (DIAS, 2006, p. 30-32).

Outras formas de comunicação, como o telex e o telégrafo, também concentravam a maior parte dos terminais e da demanda nacional no sudeste, em especial na cidade

⁸ Os governos militares investiram volumosos recursos em infraestruturas de telecomunicações por uma questão geopolítica de ocupação e domínio do território.

de São Paulo – característica que perdurou até meados da década de 1980. Nessa mesma década, as principais metrópoles litorâneas e do centro-oeste foram atingidas pelo sistema de transmissão *transponder* do Intelsat (canais de comunicação via satélite que permitiam trocas mais eficientes com o exterior) (SANTOS e SILVEIRA, 2003, p. 74- 76).

Outro elemento fundamental na modernização das telecomunicações foi a implementação do sistema de comunicação via satélite, ocorrida também na década de 1980, tornando possível uma verdadeira união do território nacional, uma vez que conectou todos os municípios do país e permitiu um extraordinário desenvolvimento das redes de transmissão de dados (DIAS, op. cit.).

Tendo em vista as fortes mudanças econômicas ocorridas na década de 1990 – sobretudo relacionadas às questões de abertura de mercados nacionais e privatizações, típicas da ideologia neoliberal⁹ – registram-se outros marcos, como: a substituição da tecnologia eletromecânica pela tecnologia analógica (base da telefonia internacional na década de 1980) e a implementação da tecnologia digital (vinculada a telefonia fixa e móvel, garantindo a unificação de transmissões de voz e textos e também uma maior eficiência na comunicação) (SANTOS e SILVEIRA, op. cit., p. 79-80). A fibra óptica também foi incorporada no território nessa década, permitindo – junto aos satélites, as redes telefônicas e aos computadores – a conexão internet em 1995.

Todavia, a fluidez do capital não depende apenas da modernização da rede de telecomunicações, mas também de uma *base normativa*, conforme já mencionado. São as leis que ditam as regras de atuação possível das instituições no território nacional, de modo que destacam-se dois momentos marcantes na reestruturação do SFN: a Reforma Financeira de 1964 e algumas resoluções contidas na Constituição de 1988.

A Reforma Financeira – instituída por meio da Lei no. 4.595, em 1964 –

⁹ Segundo Mónica Arroyo, “na década de 1990, um conjunto de políticas – liberalização financeira, abertura comercial e privatizações – foi uma condição indispensável [...] para a inserção dos territórios latino-americanos nos fluxos internacionais de capital” (ARROYO, 2006, p. 178).

caracterizou-se por ter vislumbrado "uma via brasileira de conquista pioneira e de integração territorial". Em outras palavras, ela marcou "o início de um longo processo de integração financeira do território" (DIAS, op. cit., p.33-34), já que buscava reduzir a concentração das redes de agências nas maiores cidades do país e expandir seu número nas áreas menos atendidas até então.

A Constituição de 1988 marcou, por sua vez, o início de um processo de desregulamentação do Sistema Financeiro por meio da Resolução nº 1.524 do Banco Central, que:

[...] facultou aos bancos comerciais, aos bancos de investimento, aos bancos de desenvolvimento, as sociedades de crédito imobiliário e as de crédito, financiamento e investimento a organização de uma única instituição financeira com personalidade jurídica própria, autorizando a criação dos bancos múltiplos ou universais (DIAS, 2006, p.47).

Essa Resolução permitiu a reunião em uma única instituição de todas as operações financeiras, que passaram "a ser tão-somente carteiras ou departamentos dos novos bancos múltiplos" (DIAS, 2006, p.47). Assim, as recém criadas instituições passaram a ofertar diversos serviços financeiros em seus estabelecimentos, dando espaço também – a luz da ideologia neoliberal – a ocorrência de diversas fusões e privatizações no setor bancário, intensificando o papel do capital privado estrangeiro no país por meio da compra de bancos públicos e nacionais. Desde o final do século XX, houve uma significativa redução no número de sedes de bancos no país e tal processo veio na esteira das aquisições e incorporações que ocorreram no setor: entre 1990 e 2004 foram 83 incorporações. Em 1995 eram 252 bancos, enquanto em 2003 eram 169. Foi por meio do processo de privatizações no setor bancário que o capital estrangeiro encontrou um meio eficiente de penetrar na economia.

Uma vez estabelecida a reestruturação do sistema financeiro nacional e a já mencionada estabilidade monetária, o crédito encontrou o terreno ideal para sua multiplicação e diversificação, alcançando, inclusive as classes sociais de baixo poder aquisitivo. Desse modo, importa entender agora em que medida as finanças tem transformado os padrões de consumo da população urbana de baixa renda.

2.3. De um estudo na década de 1970, às manchetes do século XXI

Em 1977, Ermínia Maricato e Telmo Pamplona publicaram na FAUUSP um estudo intitulado *A penetração dos bens ‘modernos’ na habitação proletária* (MARICATO e PAMPLONA, 1977). Tomando como base empírica moradias situadas na periferia do município de Osasco, na Região Metropolitana de São Paulo, os pesquisadores buscavam compreender os mecanismos que permitiam a presença de eletrodomésticos e eletroeletrônicos *modernos* nas moradias das regiões mais pobres da cidade.

Naquela época, os *bens modernos* identificados pelos autores eram representados pelos produtos fabricados nas indústrias de bens de consumo durável, que havia crescido a partir dos avanços de industrialização decorrente das políticas econômicas do governo Juscelino Kubistchek, em meados da década de 1950. O modelo de industrialização brasileiro, a partir de então, deu-se baseado no aumento da infraestrutura – em especial na região sudeste –, na oferta de incentivos fiscais e da abundante e barata mão-de-obra, base para a chamada “industrialização com baixos salários”.

Dessa conjuntura econômica decorreu uma grande ampliação da produção industrial no Brasil, permitindo que

[...] os grandes centros produtores de eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos, automóveis (em sua grande maioria poderosas empresas internacionais) e os centros distribuidores de tais produtos incorporassem os setores de baixa renda ao mercado consumidor, através de mecanismos da chamada ‘administração de demanda’” (MARICATO e PAMPLONA, 1977, p. 4).

Associada à publicidade e ao crédito, a administração de demanda autorizou “o agressivo apelo ao consumo de bens ‘modernos’, [que] encontra eco junto ao proletariado urbano, dado o caráter que esses bens assumem no seu universo de referência material e ideológica” (idem, op. cit., p. 4).

É importante mencionar também que o *apelo ao consumo* fez com que a família proletária – que enfrentava uma forte queda no poder aquisitivo na década de 1970 – muitas vezes buscasse ampliar o número de membros em trabalho remunerado e o número de horas na jornada de trabalho, justamente para manter seu padrão de consumo.

A pesquisa revelou que a penetração dos objetos *modernos* na casa proletária ocorreu também em função de uma substituição do consumo de outros produtos e serviços, que figuravam no orçamento doméstico antes do ingresso desses novos eletrodomésticos e eletroeletrônicos: em 1958, o consumo de equipamento doméstico correspondia a apenas 4,3% das despesas dos operários em São Paulo, ao passo que em 1970, esse percentual subiu para 8,5% (idem, op. cit., p. 16).

Dentre os bens analisados no estudo, observou-se a posse generalizada de televisor (87,7%), geladeira (77,8%), liquidificador (73,7%) e enceradeira (60%). Os autores ainda destacam o consumo de rádio portátil (52%), rádio de mesa (45,7%) e automóvel (38%).¹⁰

O aspecto a destacar da pesquisa estava no contraste que ela apontava, uma vez que esse consumo se verificou em um contexto urbano onde,

As casas permanecem inacabadas e os bairros sem infraestrutura e equipamentos público por muito tempo. Apenas um dos bairros é servido por rede pública de água. Nenhum deles é servido por rede de esgotos, serviço que é substituído pelas fossas, principais agentes de contaminação da água dos poços. Não há limpeza pública, poucas ruas (as principais ou nenhuma) têm asfaltos ou iluminação pública (idem, op. cit., p. 18).

Tal contradição evidenciada pelos autores em fins da década de 1970, apontava para a suposta sofisticação de objetos *modernos* consumidos pela população que habitava moradias precárias nos bairros periféricos. Conforme já mencionado, esse

¹⁰ Dentre os produtos analisados na pesquisa, figuram: fogão à gás, chuveiro elétrico, geladeira, máquina de costura, ferro elétrico, ferro a carvão, liquidificador, batedeira de bolo, enceradeira, aspirador de pó, exaustor, máquina de lavar, rádio de mesa e portátil, televisão, vitrola, gravador, máquina fotográfica, ventilador, máquina de escrever e automóvel.

consumo se viabilizou fundamentalmente pela administração da demanda das grandes indústrias, pela oferta de crédito e pela força persuasiva embutida nos produtos publicitários.

Mais de trinta anos após o estudo de Maricato e Pamplona, a realidade por eles exposta parece não ter mudado, haja visto a recorrência com que o fenômeno dos *bens modernos nas casas pobres* é veiculado pelos jornais, revistas semanais e cadernos econômicos. No entanto, ao invés do uso do termo *proletário*, as notícias recentes, inspiradas nas diversas classificações de renda feita pelos institutos de pesquisa econômica, falam agora em classe C, D e E, sendo as duas últimas referentes a população de renda mais baixa.

A *Revista da Folha* publicou uma reportagem em 2009¹¹ tendo como base alguns depoimentos de pessoas pertencentes à classe C¹² e economistas especializados em questões tangentes ao consumo urbano. A matéria traçou uma linha do tempo citando fatos que conduziram a atual *euforia* do consumo dos segmentos de renda baixa e média, como: a estabilidade da moeda trazida pelo Plano Real em 1994¹³ e sua desvalorização em 1999; a abertura do mercado nacional para marcas de menor qualidade e preço inferior, que atraíram os consumidores de menor poder aquisitivo; o aumento do consumo de energia elétrica por parte da classe C observado em 2001 e o aumento no consumo de tecnologia em 2006. Todos esses fatos – marcadamente oriundos das políticas econômicas neoliberais implementadas no país – conduziram a constatação do crescimento sustentado da classe C.

Ainda no mesmo ano, a *Folha de São Paulo*¹⁴ publicou uma reportagem que atestava – com base em uma pesquisa do Datafolha – que entre 2008 e 2009, houve no Brasil um aumento do consumo: de automóveis, de 34% para 36%; de máquina de lavar roupas, de 59% para 65% e de aparelhos de DVD, de 77% para 79%. Com relação às ambições de compra dos entrevistados, a pesquisa registrou

¹¹ Revista da Folha. *De olho neles: como a classe C virou a grande vedete do consume de tecnologia e moda e provocou a expansão dos serviços na área de educação e lazer*. Publicado em 31/05/2009.

¹² Indivíduos com rendimento entre R\$1115,00 e R\$4807,00, segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2011).

¹³ Conforme já mencionado, essa estabilização foi responsável pela estruturação de um mercado de crédito brasileiro voltado ao consumo.

¹⁴ Folha de São Paulo, Caderno Dinheiro. *Crédito, estímulo e gosto pelo consumo turbinam compras*. Publicado em 01/11/2009.

que 40% querem comprar um computador; 50% querem trocar de celular e 31% querem trocar o aparelho televisor.

A matéria argumenta ainda que em função das políticas de incentivo fiscal e maior acesso ao crédito, os brasileiros de rendimentos mais baixos ampliaram as compras de bens duráveis e estariam encarando um processo de mudança de padrão de vida familiar.

Em 2010, outra matéria publicada pela *Folha de São Paulo*¹⁵ relata que, impulsionado pelo crescimento da classe C – que teria ganho 30 milhões de pessoas nos últimos anos – a presença de televisores nas casa brasileiras aumentou de 85% para 95% entre 2002 e 2009, enquanto a geladeira foi de 87% para 93% no mesmo período. Os produtos com menor presença na casa dos brasileiros seriam o computador (34%) e a máquina de lavar roupas (14%). A reportagem se baseia nos dados da Pesquisa Nacional de Amostra em Domicílio (PNAD), da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em tom menos otimista, a *Revista Carta Capital*¹⁶ chama atenção para o fato de que, a cada dia, o brasileiro se endivida mais, porém, graças ao crescimento da economia, a alta do crédito permanece. A reportagem afirma que 25% do salário dos brasileiros é utilizado atualmente para o pagamento de prestações, juros e encargos.

Seja nas favelas de Osasco, seja em todo território nacional, a aquisição de bens eletroeletrônicos e eletrodomésticos pela massa da população é uma temática que atravessa décadas, mostrando que o Brasil pode ainda estar definindo a sua base de consumo. Nesse sentido, qual seria o atual padrão de consumo dos bens *modernos* na periferia de São Paulo? E para além disso, quais seriam os mecanismo das instituições de crédito e das rede de varejo, no meio urbano, para atrair as camadas sociais de renda mais baixa ao consumo?

¹⁵ Folha de São Paulo, Caderno Dinheiro, *Classe C é a que mais se expande em 2009: Mesmo com a crise, participação total da população aumentou de 45% para 49%, enquanto classes D/E encolheram, diz pesquisa*. Publicado em 15/12/2010.

¹⁶ Carta Capital. *A miragem do calote*. Publicado em 10/10/2010.

2.4. Consumo de eletroeletrônicos e eletrodomésticos na periferia paulistana

Diante do novo quadro econômico exposto no início do Capítulo II, será aqui apresentada a situação de consumo de bens eletroeletrônicos e eletrodomésticos observada nas moradias dos bairros da Brasilândia e do Jardim Ângela.

Alguns bens, como o aparelho televisor, a geladeira, o fogão, o rádio e a máquina de lavar, mantêm-se nas habitações mais pobres desde a década de 1970, como mostraram os estudos de Maricato e Pamplona (op. cit.). No entanto, em função do desenvolvimento das tecnologias informacionais e de sua aplicação nos produtos das indústrias de bens de consumo durável, os últimos anos registraram uma significativa inovação de todos os produtos supracitados, assim como a invenção de novos.

Em outras palavras, o novo conjunto de técnicas da Terceira Revolução Industrial foi sendo, gradativamente, aplicado aos bens de consumo durável: as sensíveis transformações nos aparelhos de televisão – com relação a qualidade da imagem, bem como aos dispositivos de acesso, controle e interatividade; a substituição do videocassete pelo aparelho de DVD; os novos videogames; o microondas; as geladeiras, fogões e máquinas de lavar, cada vez com mais sofisticadas e computadorizadas; a chegada dos microcomputadores e sua conexão a rede mundial de computadores, a internet, e o aparelho de telefonia móvel, o celular.

A presença de eletrodomésticos e eletroeletrônicos na periferia de São Paulo continua sendo marcante. Segundo os dados obtidos na pesquisa de campo – representadas na Sessão de Gráficos A, (página 86) – 98% dos entrevistados possui aparelho de televisão, sendo que 48% tem mais de um aparelho em casa. Associado ao televisor, o aparelho de DVD está presente em 97% dos lares, mostrando a difusão da tecnologia de entretenimento que substituiu o videocassete: 64% possui somente um aparelho, que geralmente é conectado ao televisor da sala.

O aparelho de rádio está presente na casa de 69% dos entrevistados. A incidência não é tão elevada, pois os últimos anos registraram uma difusão do aparelho, que agora está presente também nos celulares.

Conforme mencionado anteriormente, a presença do computador nas moradias brasileiras ainda não é das maiores e, nos distritos estudados, ele está presente na casa de 34% dos moradores que, segundo os mesmos, possuem conexão à internet¹⁷.

O acesso à internet é significativamente recente e, nas classe populares, muito associada à cultura dos jovens. Por esse motivo, a aquisição do computador não figura entre as prioridades de consumos dos chefes de família. Apesar de que hoje se argumente a importância da internet para realização de pesquisas escolares, compra de produtos e lazer, a entrada dos computadores nas casas periféricas ainda encontra certa resistência, dando espaço a multiplicação das lanhouses (privadas) e dos telecentros (públicos)¹⁸.

Já a penetração da telefonia móvel é extremamente intensa, correspondendo ao principal meio de generalização do consumo globalizado e tornando-se presente na vida de 81% dos entrevistados, sendo que 55% das moradias possuem mais de um aparelho em uso. É importante mencionar que a abertura econômica experimentada na década de 1990, também foi responsável pela chegada de marcas de celulares de diferentes países do centro do sistema capitalista, como a Motorola (japonesa), a Nokia (finlandesa), a Blackberry (canadense), Samsung e LG (sul-coreanas), Sony-Ericsson (nipo-sueca), dentre outras.

Deve-se atentar ao fato de que após a diversificação dos planos de celular – pré-pago, pós-pago e planos de controle – e a concorrência entre as operadoras, houve expressiva ampliação do consumo do aparelho. De acordo com a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL, 2011), em 1994 o Brasil tinha menos de 1 milhão de telefones móveis, ao passo que catorze anos depois, em 2008, o país registrou a marca de 150,6 milhões de celulares em operação, ocupando o quinto lugar no

¹⁷ Grande parte das conexões à internet ainda são discadas, segundo relato dos moradores, em função dos altos preços cobrados no uso da tecnologia da banda larga e pelo fato de que, muitas vezes, essas tecnologias não chegam nas periferias.

¹⁸ É importante mencionar que os telecentros foram criados com a finalidade de democratizar o acesso à nova tecnologia da internet e promover a inclusão digital nas áreas mais pobres da cidade, já que o domínio dessa tecnologia tem-se mostrando – cada vez mais – demandado no mundo escolar e do trabalho.

ranking dos maiores mercados de telefonia móvel do mundo, atrás apenas da China, Índia, Estados Unidos e Rússia.

Geladeira e fogão – a chamada linha branca – estão em quase todas as moradias. Os fogões estão em 97%, já a geladeira figura em 98% das casas. Um aspecto importante revelado por alguns entrevistados diz respeito ao fato de que a AES Eletropaulo – empresa encarregada pelos serviços de eletricidade da cidade – realizou a troca de geladeiras antigas por novas, uma vez que estas consomem menos energia.

Por fim, dois outros equipamentos presentes na maioria das habitações são a máquina de lavar, em 62% das moradias e o forno de microondas, em 61%. A incidência não é maior, pois esses produtos concorrem com o tanque de lavar roupas e com o fogão, que não gastam eletricidade.

Diante da constatação da posse generalizada de bens eletrodomésticos e eletroeletrônicos sofisticados na periferia de São Paulo, interessa agora compreender mais profundamente no que consiste a popularização das finanças, que permite no espaço urbano.

Sessão de Gráficos A: Quantidade de equipamentos (Fonte: elaboração própria com base em pesquisa de campo, 2010).

2.5. A popularização das finanças em São Paulo

Na atualidade, o dinheiro circula com mais intensidade e velocidade no território graças às questões normativas, monetárias e infraestruturais, que autorizam instituições financeiras bancárias e não-bancárias a inventar novos produtos, buscando atingir a totalidade do corpo social. Com força e originalidade, “a finança move a economia e a deforma, levando seus tentáculos a todos os aspectos da vida” (SANTOS, 2000, p.44).

A *venda* de dinheiro sob as diversas formas de crédito corresponde ao fato de que o sistema financeiro “descobre fórmulas imaginosas, inventa sempre novos instrumentos, multiplica o que chama de derivativos” (idem, op. cit., p.44). Desse modo, diversificando o universo de produtos oferecidos, as instituições financeiras buscam para si novos e diferentes tipos de clientela ampliando o mercado de crédito em todo o país, conforme já mencionado anteriormente.

Dentre as diversas instituições que popularizaram o crédito em São Paulo, as financeiras – denominadas Sociedade de Crédito Financiamento e Investimento – e as grandes redes de varejo são aquelas que desenvolveram estratégias de atuação bastante peculiares no espaço urbano e que, por meio do crédito pessoal e do crediário, acentuam o processo de popularização das finanças.

Em pesquisa realizada entre os anos de 2006 e 2007,¹⁹ verificou-se os mecanismos de funcionamento das financeiras e seus impactos na economia menos capitalizada da metrópole paulistana, de modo que a análise estabelecida estruturou-se na Teoria dos Circuitos da Economia Urbana, desenvolvida por Milton Santos na década de 1970²⁰ (SANTOS, 2004).

¹⁹ Pesquisa de Iniciação Científica desenvolvida intitulada “Uma financeirização da pobreza? O sistema financeiro e sua capilaridade no circuito inferior da economia urbana da cidade de São Paulo”, orientada pela Professora Dra. Maria Laura Silveira e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), 2007.

²⁰ A teoria dos circuitos da economia urbana, elaborada por Milton Santos na década de 1970 se propõe a entender a organização do espaço urbano nos países do Terceiro Mundo através dos impactos desiguais das modernizações técnicas incidentes no território, responsáveis na formação de dois circuitos econômicos na cidade que, apesar de distintos, estabelecem diversos tipos de interação.

Há cinco anos atrás, as financeiras que atuavam na cidade poderiam ser classificadas como atividades do circuito superior (CS), uma vez que utilizavam modernas técnicas organizacionais – com elevada densidade de ciência e informação –, diversos instrumentos publicitários e pelo fato de que poderiam selecionar as localidades mais interessantes para a instalação de suas lojas (SANTOS, op. cit.).

Naquela época, as principais características das financeiras que atuavam em São Paulo eram:

- Pertenciam aos grandes conglomerados financeiros, nacionais ou estrangeiros: a BV Financeira ao Banco Votorantin; a Citifinancial ao Citigroup; a Finasa ao Bradesco; a Fininvest ao Unibanco; a Ibi ao COFRA Holding AG; a Losango ao HSBC; o Banco Panamericano ao Grupo Silvio Santos e a Taií pertencia ao Itaú;
- Ofereciam, além do crédito pessoal, financiamentos de automóveis, seguros, consórcio, plano de capitalização, crédito para aposentados, pensionistas do INSS e servidores públicos e, em algumas instituições, plano odontológico;
- Realizavam propaganda em intervalos comerciais, jornais, anúncios, folhetos, telefonemas, internet, bilhetes de metrô e ônibus;
- Possuíam uma clientela, majoritariamente, empregada – fosse como autônomo, celetista ou não – e registravam as informações pessoais dos clientes em um extenso banco de dados, contendo: nome completo, idade, estado civil, número de filhos, endereço profissional e residencial, telefones de contato, emprego, valor do salário, quantas vezes já obteve crédito pessoal, dentre outras informações;
- Realizavam consultas no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) e no SERASA²¹ como forma de manterem-se informadas e evitar os indivíduos que estivesse em situação de inadimplência;

²¹ O SPC (Sistema de Proteção ao Crédito) foi criado com o objetivo de centralizar em um único Banco de Dados informações de pessoas físicas e jurídicas, auxiliando na tomada de decisão para concessão de crédito pelas empresas em todo país. É uma empresa privada provedora de serviços e soluções para o mercado de consumo representado pelas CDLS - Câmara de Dirigentes Lojistas nos municípios, que reúne informações do comércio nacional desde os pequenos lojistas até os grandes magazines, indústrias, serviços e mercado financeiro. A SERASA é grande empresa de análises e informações para decisões de crédito e apoio a negócios, atuando em grande parte do território

- Exigiam a apresentação de RG, CPF, comprovante de renda e residência e, em alguns casos, talão de cheques;
- No crédito pessoal, as taxas de juros variavam entre 7% e 12% ao mês, de acordo com a financeira e com o grau de confiabilidade que era atribuído ao cliente: caso este fosse antigo, pagava taxas menores que os clientes novos, que representavam cerca de 50% da clientela total;
- Com relação à quantia liberada, algumas instituições – como a BV Financeira e a GE Money – concediam até 200% do valor da renda do cliente. Já as condições de parcelamento giravam em torno de 12 e 15 meses;
- Realizavam diversas parcerias com redes de varejo, possibilitando a venda de outros produtos, como cartões de crédito e o Crédito Direto ao Consumo (CDC): o Banco Cacique fazia parceria com lojas de material de construção; a BV Financeira com concessionárias automotivas; a Finasa com o supermercado ECON, com as Casas Bahia, com algumas farmácias, lojas de roupas e materiais de construção e postos de gasolina; a Fininvest oferecia linhas de crédito para a loja de materiais de construção Leroy Merlin e os supermercados Makro, Sonda e Super Vizinho; a Ibi para a loja C&A; a Losango para as lojas Arapuã, MIG, Insinuante e alguns postos de gasolina; o Banco Panamericano para as lojas de materiais eletrônicos e de materiais de construção, como a Telha Norte e a C&C e a Taií faz parceria com o supermercado Pão de Açúcar e as Lojas Americanas.

Tendo em vista que as financeiras alcançavam um grande público que não era bancarizado ou que se encontrava endividado – sem ter entretanto o nome no SPC e SERASA – os riscos das operações de crédito aumentavam e, junto com eles, as taxas de juros, já que a clientela não possuía patrimônio, lastro.

Entre 2008 e 2009 houve um significativo recuo das financeiras em função da elevação das taxas de inadimplência e insolvência, que ampliavam o risco nas

nacional e internacional, por meio de acordos com as principais empresas de informações de todos os continentes. Está presente em todas as capitais e principais cidades do Brasil, totalizando 140 pontos estratégicos. A empresa possui também o maior banco de dados da América Latina sobre consumidores, empresas e grupos econômicos.

operações e, conseqüentemente, as taxas de juros das parcelas. Assim, muitas financeiras fecharam suas portas e passaram a ser administradoras de cartões de crédito, operando serviços por telefone, como a Taií, do Itaú.

O recuo das financeiras não significou, porém, uma redução do crédito na cidade. As grandes redes varejistas – como as Casas Bahia, o Ponto Frio, as Pernambucanas, o Magazine Luiza, dentre outras lojas – incrementaram suas vendas no crediário e fidelizaram muitos de seus clientes, fazendo com que a popularização do crédito continuasse sua trajetória ascendente.

Em função de seu elevado grau de organização empresarial, as grandes redes de varejo também integram aquilo que Santos convencionou chamar de circuito superior. Segundo Jacques Ellul (1968), a organização é um dado da técnica aplicada à vida social. Para o mesmo autor “a organização é um processo que consiste em atribuir tarefas a indivíduos ou grupos a fim de atingir, de modo eficiente e econômico, pela coordenação e combinação de todas as suas atividades, objetivos determinados” (ELLUL, 1968, p.10). Portanto, a organização conduziria a uma standardização e racionalização da vida econômica ou administrativa, que pode ser verificada nas atividades mais capitalizadas.

Assim, o setor varejista conta com portentosos recursos técnicos e informacionais, utilizados na administração das ofertas de produtos, dos contatos com os fornecedores, dos fluxos de capital devido às variadas formas de pagamento realizado pela clientela – cartões, crediário, cheque, dinheiro vivo – e da publicidade que cria desejos de consumo para a população de baixa renda. Todos esses elementos tornam a estrutura empresarial extremamente verticalizada. Parte da organização dessas empresas está também nos extensos bancos de dados sobre sua clientela, com o qual torna-se possível fazer cobranças caso haja o atraso no pagamento de parcelas.

Atentando à forma de pagamento de bens eletrodomésticos e eletroeletrônicos na periferia de São Paulo, fica claro a importância da possibilidade de pagamento à prazo na compra dos equipamentos modernos: com exceção dos aparelhos de DVD e telefone celular – que são comparativamente mais baratos e oferecidos gratuitamente pelas operadoras –, todos os outros objetos foram comprados

parcelados pela maioria dos entrevistados: a televisão por 67%; rádio e microondas por 51%; computador e máquina de lavar por 60%; geladeira por 55% e fogão por 58% (Sessão de Gráficos B, página 92).

Assim, a opção de pagamento parcelado, seja através do crediário ou dos cartões de crédito, coloca o mercado financeiro e varejista em movimento. Em sua obra *O Capital* (Livro III, volume V, 1975), Marx explica que “as diferentes operações que [...] dão origem ao comércio de dinheiro, resultam das diversas destinações do próprio dinheiro e de suas funções” (MARX. 1975, p.365). Assim, respondendo às necessidades de consumo do atual período, as financeiras e as redes de varejo tornaram-se instituições especializadas na criação dos produtos que atingem variados segmentos da população urbana, focando-se, principalmente, nas camadas populares.

São dois os elementos fundamentais na análise da atuação dessas atividades econômicas na cidade de São Paulo: a publicidade e a localização das lojas. Eles que serão analisados a seguir.

Sessão de Gráficos B: Forma de pagamento (Fonte: elaboração própria com base em pesquisa de campo, 2010).

2.5.1. Publicidade: apelo ao crédito, apelo ao consumo

A publicidade seria, de acordo como Marilena Chauí (2006) uma forma de propaganda que se dirige a um indivíduo ou público, buscando espalhar-se por um território, de modo a difundir-se e, por extensão, divulgar ideias, valores, opiniões e, de modo geral, informações.

De acordo de Jean Baudrillard (1995), a propaganda publicitária sempre foi um dos principais instrumentos das empresas que buscam vender suas mercadorias. O mesmo autor assegura que ela tem por tarefa "divulgar as características deste ou daquele produto e promover-lhe a venda" (BAUDRILLARD, 1973, p.174), fazendo com que, além do caráter informativo, ela contenha um caráter persuasivo que visa o direcionamento do consumo.

Na atualidade, deve-se levar em consideração que, ironicamente, os bens de consumo duráveis – produzidos em série – são feitos para não durar. Novamente, nas palavras de Baudrillard, “na sociedade de consumo gerações de objetos morrem rapidamente para que outros lhe sucedam – e se a abundância cresce é sempre no limite de uma raridade calculada. Mas este é um problema da duração técnica do objeto. Outra coisa é o da sua atualidade vivida na moda” (idem, op. cit., p.161). Desse modo, justifica-se a necessidade da propaganda, que foi tornada um elemento central para as empresas obterem êxito em suas vendas.

Como ato comunicativo, a propaganda tem duas finalidades, segundo Thomas Kuhn:

A primeira é de alterar os conceitos do receptor, que interpretamos como sendo a função da informação, e a outra é a de mudar suas preferências ou sentimentos, que interpretamos como função da motivação [...]. A primeira finalidade é de informar, independente do efeito sobre as preferencias do receptor, e a segunda é de afetar as preferencias sem dar atenção ao efeito da informação (KUHN, apud. FAGEN, 1971, p.112-113).

No mesmo sentido, Santos afirma que a informação publicitária, tornada onipresente nos dias atuais, tem dois rostos:

[...] um pelo qual ela busca instruir, e um outro, pelo qual ela busca convencer. Esse é o trabalho da publicidade. Se a informação tem, hoje, essas duas caras, a cara de convencer torna-se muito mais presente, na medida em que a publicidade se transformou em algo que antecipa a produção. Brigando pela sobrevivência e hegemonia, em função da competitividade, as empresas não podem existir sem publicidade, que se tornou o nervo do comércio” (SANTOS, 2000, p. 39-40).

Santos afirma ainda que a informação publicitária ganhou o status de *império* devido ao fato de que “as empresas hegemônicas produzem o consumidor antes mesmo de produzir os produtos. Um dado essencial do entendimento do consumo é que a produção do consumidor, hoje, procede à produção dos bens e dos serviços” (idem, op. cit., p. 48).

Dessa maneira, através de explicações simplificadas, elogios exagerados sobre os produtos e slogans curtos que possam ser facilmente memorizados (CHAUI, op. cit.), a publicidade cria o desejo de compra no indivíduo e funciona como "ativadora do mercado, da sociedade de consumo" (ANTONGIOVANNI, 2003, p. 402).

Assim, por meio de rádio, televisão, carros de som, folhetos, faixas e frequentes abordagens nas ruas, a possibilidade de obter dinheiro e bens industrializados sofisticados é anunciada pelas financeiras e grandes redes de varejo: nunca foi tão fácil o acesso ao crédito, sobretudo ao crédito pessoal e ao crediário: a cidade tornou-se o espaço de uma verdadeira *histeria* que combina finança e informação, visando, ao menos no discurso publicitário, as necessidades e os desejos de consumo da população (SANTOS, 2010).

Apesar da informação publicitária circular por todos os pedaços da cidade anunciando a facilidade para obter dinheiro ou consumir utilizando o crediário, as instituições financeiras e redes de varejo assumem um padrão de localização extremamente seletivo na perspectiva espacial.

2.5.2. Decisão locacional: apelo ao consumidor

O interesse empresarial das financeiras e das grandes redes de varejo em busca da sua clientela de baixo poder aquisitivo, faz com que se desenhe, na cidade, áreas que representam aquilo que François Perroux denominou *espaço econômico*, um espaço que:

Como campo de forças [...] é constituído por centros (pólos, sedes) de emanção de forças centrífugas e recepção de forças centrípetas. Cada centro, que é ao mesmo tempo centro de atração e de repulsa, tem o seu próprio campo, que é invadido pelo campo de outros centros (PERROUX, 1967, p.151).

Na metrópole paulistana existe uma diversidade de centros de forças e trocas econômicas: a extensão material e a intensidade de diferentes tipos de fluxos atribuem o papel de centralidade a diversos pontos da cidade. Segundo Flávio Villaça, São Paulo possui:

"Subcentros", que consistem numa replica em tamanho menor do centro municipal, com o qual concorre sem, entretanto a ele se igualar. Atende aos mesmos requisitos de otimização de acesso apresentados [...] para centro da cidade (VILLAÇA, 1998, p.293).

Tais subcentros localizam-se em diversos distritos da cidade de São Paulo e, geralmente, são ocupados por economias diversificadas, sobretudo estabelecimentos comerciais varejistas e atacadistas de diferentes portes, bem como por instituições financeiras.

Os subcentros não se localizam necessariamente em bairros de densidade populacional elevada ou naqueles de renda média alta, mas sim em áreas que oferecem vias de circulação rápida de pessoas – próxima as grandes avenidas – e onde existem um comércio diversificado que envolve tanto grandes empresas varejistas como pequenos prestadores de serviços.

Jean Labasse assegura que as instituições financeiras aprenderam "a guiar-se pelo meio geográfico" (LABASSE, apud. BEAUJEU-GARNIER, 1997, p.372). De outra forma, Jacqueline Beaujeu-Garnier afirma que estas instituições procuram "os

pontos fulcrais e, especialmente, cruzamentos ou esquinas" (BEAJEU-GARNIER, op. cit., p.371), garantindo a sua visibilidade no espaço da cidade e na vida das pessoas.

Tendo em vista seu tamanho e sua importância na economia nacional, a cidade de São Paulo figurava em 2006 como a cidade que possuía o maior número de financeiras no país: 7,3% das lojas da Losango; 16,7% das lojas da Finasa; 5,7% da ASB Financeira; 12,5% do Banco Cacique; 10,3% da BV Financeira; 31,1% da CitiFinancial; 16,3% da Crefisa; 15,9% da Fininvest; 13,9% da GE Money; 13,3% da Ibi; 20,2% do Banco Panamericano e 13,9% das filiais da Taií se localizam na metrópole paulistana (SANTOS, 2007).

O mesmo ocorre com as redes de varejo. De acordo com Luanda Vannuchi (2009), as Casas Bahia possui 99 lojas na cidade, as Lojas Pernambucanas 32, o Ponto Frio 37, Leroy Merlin 5 e as Lojas Marisa contam com 31 lojas (VANNUCHI, 2009).

Marcante também é o fato de que as mesmas localizações que eram apropriadas pelas financeiras em meados da década de 2000, são as mesmas que foram e são – ainda hoje – ocupadas pelas lojas das grandes redes varejistas. As localizações em questão são: Sé, República, Santana, Tatuapé, Penha, Itaquera, Vila Prudente, Praça da Árvore, Itaim Bibi, Santo Amaro, Grajaú, Campo Limpo, Lapa e Pinheiros (ver Mapas 10 e 11, páginas 98 e 99) (SANTOS, 2007; VANNUCHI, 2009).

No centro da cidade, as financeiras e as lojas de varejo se concentravam principalmente na Rua Barão de Itapetininga e na Rua São Bento. Na zona norte, a concentração ocorre principalmente na Rua Voluntários da Pátria, no distrito de Santana (ver Mapas 12 e 13, páginas 100 e 101) (idem, op. cit.).

Já na zona leste, a concentração se dá sobretudo na Rua Tuiuti, no bairro do Tatuapé; na Rua Nossa Senhora da Penha, na Penha; na Rua Flores do Piauí e na Avenida Itaquera, em Itaquera e na Rua Ibitirama, na Vila Prudente (ver Mapas 14 e 15, páginas 102 e 103) (idem, op. cit.).

Na zona sul, as principais concentrações ocorriam na Avenida Jabaquara, na Praça da Árvore; na Rua João Cachoeira, no Itaim Bibi; no Largo Treze de Maio, em Santo

Amaro; na Avenida Dona Belmira Marin, no Grajaú e na Estrada do Campo Limpo, no bairro do Campo Limpo (ver Mapas 16 e 17, páginas 104 e 105) (idem, op. cit.).

A zona oeste por sua vez contava com duas áreas principais de presença maciça das financeiras e do grande varejo: na Lapa, a Avenida Nossa Senhora da Lapa; e, em Pinheiros, o Largo da Batata e a Rua Teodoro Sampaio (ver Mapas 12 e 13, páginas 100 e 101) (idem, op. cit.).

Outro aspecto importante diz respeito ao fato de que grande parte das instituições de crédito localizavam-se nos distritos em que a densidade demográfica é mais elevada, como na Sé, no Tatuapé, na Praça da Árvore, no Campo Limpo e em Pinheiros (ver Mapa 18, página 106) (idem, op. cit.). Assim, além de se preocuparem com o local de trabalho e de consumo da maioria da população, as financeiras preocupam-se também em estar próximas aos locais de residência das classes mais pobres, assumindo um padrão de distribuição menos concentrado que a dos bancos múltiplos e redes de varejo que não possuem como foco as classes de baixo poder aquisitivo (KOULIOUMBA, 2002).

Em São Paulo, pode-se entender que muitos subcentros tornaram-se a referência espacial do *consumo globalizado* para muitos moradores da periferia, uma vez que eles concentram, além do comércio popular e pouco capitalizado, as grandes empresas de varejo que vendem produtos de grandes marcas internacionais (das indústrias de eletrodomésticos, eletroeletrônicos e têxteis –, bem como os *shopping-centers*, as redes de *fast food*, (como McDonalds) e de entretenimento (como o Cinemark, Blockbuster, etc.) (KOULIOUMBA, 2002).

Mapa 10: Concentração de financeiras por distrito em São Paulo, SP, 2006

Fonte: Kauê Lopes dos Santos, 2007, p.58.

Mapa 11: Concentração de grandes lojas varejistas por Distrito em São Paulo, SP,

2009

Fonte: Luanda Vannuchi 2009, p. 42.

Mapa 12: Localização da financeiras, Zona Norte e Centro de São Paulo, SP, 2006

Fonte: Kauê Lopes dos Santos, 2007, p.59.

Mapa 13: Localização das grandes redes varejistas, Zona Norte e Centro de São Paulo, SP, 2009

Fonte: Luanda Vannuchi, 2009, p. 39.

Mapa 14: Localização da financeiras, Zona Oeste e Sul de São Paulo, SP, 2006

Fonte: Kauê Lopes dos Santos, 2007, p.60.

Mapa 15: Localização das grandes redes varejistas, Zona Oeste e Sul de São Paulo, SP, 2009

Fonte: Luanda Vannuchi, 2009, p. 41.

Mapa 16: Localização da financeiras, Zona Leste de São Paulo, SP, 2006

Fonte: Kauê Lopes dos Santos, 2007, p. 61

2009

Mapa 18: Densidade demográfica e financeiras, São Paulo, SP, 2006

Densidade Demográfica

Habitantes por Km² - São Paulo - 2006

Fonte: Kauê Lopes dos Santos, 2007, p.62.

2.5.3. A força das Casas Bahia

Completamente imersa na lógica econômica atual, as Casas Bahia, constitui um dos melhores exemplos para a compreensão das estratégias empreendidas pelas redes de varejo em seu propósito de popularização do crédito e dos bens de consumo duráveis.

Quando perguntado aos moradores da Brasilândia e do Jardim Ângela onde eles haviam comprado seus eletroeletrônicos e eletrodomésticos, a imensa maioria afirmou que a aquisição se deu em alguma das lojas das Casas Bahia (Sessão de Gráficos C, página 108).

Chama atenção o resultado com relação ao domínio que uma empresa de varejo possui sobre as demais na venda de aparelhos eletroeletrônicos. As Casas Bahia venderam: 80% das televisões, 85% dos aparelhos de DVD, 56% dos computadores, 63% dos aparelhos de celular, 73% dos rádios, 77% das máquinas de lavar, 78% das geladeiras, 79% dos fogões e 65% dos fornos de microondas. Em posição secundária ficam outras grandes redes, como o Ponto Frio, o Magazine Luiza, a C&A e as compras de segunda mão, que são mais baratas.

Fundamental entender que a predominância das Casas Bahia sobre a concorrência se deve à vários elementos, como:

- A publicidade incessante na televisão, rádios e jornais;
- As promoções e quantidades de parcelas na venda dos produtos, que revelam ser interessantes quando há parcelas com taxas de juros fixas;
- A estrutura de fidelidade por meio de cartões que oferecem abatimento em preços de outros produtos;
- A localização das lojas em subcentros de consumo popular;
- A estrutura logística de distribuição das mercadorias, que chegam em caminhões da empresa em qualquer lugar, por mais isolado que pareça.

Sessão de Gráficos C: Local de compra (Fonte: elaboração própria com base em pesquisa de campo, 2010).

Atualmente, trata-se de uma das maiores empresas de varejo do mundo, possuindo mais de 500 filiais e oito centros de distribuição, localizados em Jundiaí, Ribeirão Preto, São Bernardo do Campo (São Paulo), Duque de Caxias (Rio de Janeiro), Betim (Minas Gerais), São José dos Pinhais (Paraná) e Camaçari (Bahia). A rede possui ainda 3 mil veículos que rodaram mais de 120 milhões de quilômetros em 2009, chegando a fazer em média 1,2 milhões de entregas por mês em 2008.

Um elemento importante que viabiliza o sucesso de compras nas Casas Bahia é o seu cartão de crédito: isento de tarifa de adesão; com limite de até 40 dias para pagar de acordo com a data da compra e o vencimento da fatura; sem juros nas compras em até 5 vezes; com cobrança de juros variável de acordo com o parcelamento:

- De 6 a 12 vezes, 3,5% ao mês, juros e Custo Efetivo Total (CET) 51,1% ao ano;
- De 13 a 18 vezes, 5,69% ao mês, juros e CET 94,27% ao ano;
- De 19 a 24 vezes, 5,9% ao mês, juros e CET 98,95% ao ano, IOF incluso;

Apesar de ser mais baixas as taxas de juros no cartão do que no crédito pessoal, oferecido nas financeiras, um produto comprado em dois anos no crediário custará, por exemplo aproximadamente o dobro do preço à vista. Todavia, nas palavras da empresa,

A habilidade para entender as necessidades emocionais e os hábitos de compra dos clientes de baixa renda e a capacidade de viabilizar o sonho de consumo por meio do acesso ao crédito resultaram em um modelo de negócio único no que diz respeito ao varejo (<http://site.casasbahia.com.br/start.do>, acessado em Abril de 2011).

O discurso empresarial acima exposto faz saltar aos olhos termos como “necessidades emocionais” e “viabilizar sonhos”. Para Jean Baudrillard (1995), o consumo possui uma lógica social justificada em um discurso sobre as necessidades, discurso este que se assenta em uma “antropologia ingênua: a da propensão natural à felicidade” (idem, op. cit., p.47). Esta felicidade constituiria a referência absoluta do que o autor denomina “sociedade de consumo”, revelando-se como um autêntico equivalente da salvação. Além disso, ela “recolhe e encarna, nas

sociedades modernas, o mito da igualdade”; portanto é preciso que a felicidade seja mensurável” (idem, op. cit., p.47).

Observa-se que a publicidade não se cansa de representar a felicidade através das propagandas em *outdoors*, folhetos, revistas, jornais e televisão. Geralmente, essa felicidade, estampada no rosto dos modelos, só se tornou possível por meio do consumo de determinado produto ou então pela obtenção de crédito para a realização de algum “sonho”. Segundo Sigmund Freud (FREUD *apud*. BAUMAN, 1998, p. 10), “o que chamamos de felicidade [...] vem da satisfação de necessidades represadas e, por sua natureza, só é possível como fenômeno episódico”. Seria o consumo este episódio?

Sabe-se que os ideais de felicidade, igualdade e liberdade instaurados pela propaganda e pelo crédito, e mensurado pela compra de bens materiais, esconde o fato de que o consumo é uma instituição de classe em que “nem todos possuem os mesmos objetos” (BAUDRILLARD, idem, p.58), já que o processo de compra é regulado pelo poder aquisitivo do indivíduo: dado extremamente heterogêneo nas sociedades capitalistas e que, portanto, torna impossível a plena igualdade de consumo.

Sabendo disso, as Casas Bahia focam as camadas populares e investem alto volume de capital em publicidade, de modo que seu slogan “Dedicação total à você” circula pelos mais variados meios de comunicação.

Assim, tem-se uma empresa responsável pela venda da abundante produção de mercadorias contemporânea – pós reestruturação produtiva – e que se vale das duas principais variáveis da globalização – informação e crédito – para garantir o sucesso de suas atividades.

2.6. A expansão do endividamento

Conforme mencionado anteriormente, a maior parte dos moradores da Brasilândia e do Jardim Ângela compram seus sofisticados bens de consumo durável por meio do crédito e do crediário.

De acordo com Baudrillard,

o sistema do crédito coloca [...] um máximo à irresponsabilidade do homem frente a si mesmo: aquele que compra aliena aquele que paga, trata-se do mesmo homem, mas o sistema pelo seu desnível no tempo, faz com que não se tenha consciência disso (BAUDRILLARD, 1973, p.171).

Desse modo, o endividamento tornou-se o resultado evidente da expansão desenfreada do consumo via crédito aliado à queda dos níveis salariais e do desemprego da população, sobretudo na metrópole paulistana. De acordo com a Federação do Comercio de São Paulo (FECOMERCIO-SP, 2011), 52,8% das famílias paulistanas estão endividadas, o que significa que 1,89 milhão de famílias estão com dívidas.

A população de baixa renda e com alto potencial de endividamento sempre foi um elemento de alerta às instituições de crédito. Segundo a Associação das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (ACREFI, 2011), as causas de inadimplência na cidade de São Paulo estão relacionadas, principalmente, ao desemprego e ao descontrole de gastos (consumismo). Mas há também a inadimplência que é resultante do empréstimo de nome, que ocorre quando um indivíduo que necessita de dinheiro (e já se encontra endividado) pede a um amigo ou parente que tome empréstimo em seu lugar.

O crédito, o crediário e o endividamento são elementos que projetam o evento da compra no tempo e acabam por alienar o futuro das camadas sociais de baixo poder aquisitivo, que agora devem organizar seu orçamento levando em consideração pagamento de parcelas. Trata-se de uma nova organização da economia familiar, na qual a racionalidade das grandes redes varejistas e financeiras acaba por influenciar

o planejamento dos mais pobres que acumulam em seus cartões das redes varejistas, as parcelas da televisão, do aparelho de som, do computador, da geladeira, do fogão e de muitos outros bens adquiridos e pagos em vários meses.

Imersos na lógica temporal do capital financeiro, através do pagamento parcelado de prestações, as classes sociais de menor poder aquisitivo experimentam o consumo de sofisticados bens em suas precárias moradias. Resta então questionar em que medida esses novos hábitos de consumo são capazes de transformam a periferia urbana de São Paulo.

Contradições sob o mesmo teto: as transformações na periferia

3.1. Novas redes elétricas e de telefonia móvel

A massa de bens eletroeletrônicos e eletrodomésticos que ganha as moradias mais pobres não para de crescer. A sedução da publicidade, do crédito e os incessantes lançamentos gerados pelas indústrias – que programam a obsolescência de seus produtos – fazem com que um fluxo contínuo se estabeleça entre a poderosa economia das grandes empresas e a numerosa classe popular das cidades brasileiras, em especial da metrópole paulistana.

Tendo em vista o funcionamento de milhares de televisões, aparelhos de DVD, rádios, telefones celulares, microcomputadores, geladeiras, fornos de microondas, máquinas de lavar, etc., importa aqui averiguar como se dá a implementação e modernização das redes de energia elétrica e telecomunicações nas periferias. Será que o novo consumo tem gerado um adensamento de tais infraestruturas?

De maneira geral, conforme já mencionado anteriormente, as redes que compõe as infraestruturas urbanas seguem um padrão de distribuição espacial reticular, responsável pela valorização de determinadas regiões em detrimento de outras, de modo que, no espaço das cidades subdesenvolvidas, os bairros periféricos geralmente são aqueles menos equipados.

Existe uma questão política por detrás das implementações e modernizações tecnológicas no setor de infraestrutura urbana, uma vez que a seletividade da sua distribuição garante a fluidez territorial apenas a algumas localizações, justamente aquelas interessantes à atuação das grandes empresas dos setores industrial, comercial, financeiro e imobiliário.

Esse fato não é novo na história do país. Diversos autores se debruçaram sobre o estudo das peculiaridades do processo de modernização no Brasil, destacadamente Celso Furtado, Maria da C. Tavares, Florestan Fernandes, Milton Santos, Octávio Ianni e Francisco de Oliveira. Em grande parte dos trabalhos, o caráter seletivo da modernização tecnológica é explicado através dos interesses das elites dominantes associadas ao grandes capital – nacional ou estrangeiro – que historicamente concentradoras de renda, minam uma verdadeira e democrática expansão das

benesses da modernidade na sociedade, o que no espaço se traduz na pouca disponibilidade, ou falta generalizada, de infraestrutura e serviços.

Segundo Ferreira (2005), a modernização advinda do recente processo de mundialização do capital manifestou-se em produções pontuais do espaço urbano paulistano. Por meio da construção ideológica de uma suposta *necessidade* de construir uma cidade-global, grandes empresas e promotores imobiliários canalizaram para suas áreas de incorporação volumosos e desproporcionais investimentos públicos, garantindo uma *modernidade* para poucos. Nesse processo não haveria, para o mesmo autor, nada de novo, sendo apenas o discurso da *cidade-global* uma novidade.

Na maior cidade brasileira, a globalização teria, supostamente, se tornado sensível aos olhos com a construção dos prédios inteligentes, das redes de telecomunicações e das vias expressas que promovem – ou ao menos dizem promover, para justificar o discurso ideológico e os investimentos públicos para eles direcionados – uma circulação mais veloz de bens, pessoas, dinheiro e informação. Desde muito, a metrópole é reconhecida como a capital econômica do Brasil, embora alguns vejam nisso novidade suficiente para rotulá-la de *cidade global*.

Novamente, vale destacar que o orçamento público e, de certa maneira, o planejamento urbano têm contribuído historicamente na busca da acessibilidade (VILLAÇA, 1998) e da fluidez espacial a serviço das elites associadas. Assim:

[...] nas nossas cidades, a intervenção estatal foi capaz de produzir recorrentemente a diferenciação espacial desejada pelas elites, e a disputa pela apropriação dos importantes fundos públicos destinados à urbanização caracterizou – e caracteriza até hoje – a atuação das classes dominantes no ramo imobiliário (FERREIRA, 2005, p.6).

Somado a esse traço característico da atuação do Estado na produção do espaço urbano, Maricato aponta ainda a existência de uma regressividade nos investimentos públicos (MARICATO, 2001). Nas palavras da autora:

Tradicionalmente os investimentos públicos, em especial obras do sistema viário, destinadas a circulação de automóveis, reivindicadas por empreiteiras e pela classe média, estão concentradas nas áreas de “primeiro mundo”. A legislação urbana aí é observada (apesar de ser “flexibilizada” pela pequena corrupção). Os serviços de manutenção das áreas públicas aí são eficazes. Embora os equipamentos sociais públicos se concentrem nos bairros de baixa renda, sua manutenção é sofrível. A gestão urbana e o investimento público aprofundam a concentração de renda e a desigualdade (MARICATO, 2001, p. 159).

Resumidamente, a significativa heterogeneidade de infraestrutura no espaço urbano paulistano – também em decorrência do relativo abandono do investimento público nas áreas periféricas – permitiu, durante décadas, a expansão da pobreza em São Paulo. Desse modo, a *capital econômica do país* teve, efetivamente, uma produção do espaço urbano que manteve a tônica de desigualdade e segregação, garantindo fluidez a um pequeno punhado de atores, ao passo que as necessidades básicas, que assegurariam a qualidade de vida, foram sistematicamente negadas a esmagadora maioria da população.

Se durante muitos anos o Estado transformou o espaço urbano tensionado pelos interesses do grande capital privado e não das necessidades coletivas da maioria da população, a situação se acentua em meados da década de 1990, quando os governos federal e estadual, alinhados ideologicamente com os preceitos neoliberais estabelecidos pelo já mencionado Consenso de Washington em 1989, deram início a um dos maiores planos de privatização já registradas na história.

Nas palavras do então governador do estado de São Paulo, Mário Covas, em seu discurso de posse do primeiro mandato:

Um novo modelo está sendo construído, e São Paulo poderá manter nele seu lugar de dínamo e de colmeia de cérebros e de iniciativas. A nova configuração assenta-se em três pilares: uma economia estabilizada e aberta; um estado indutor do crescimento e parceiro do setor privado; uma integração competitiva com a economia internacional (COVAS JUNIOR, Mario. FMC, 2010).

Torna-se evidente no excerto acima a presença da renovada ideologia liberal, pois a busca pela “economia estabilizada e aberta” refere-se a estabilização da moeda e a abertura comercial, ao passo que a declaração de que o Estado deve ser um “indutor do crescimento e parceiro do setor privado” retira da instituição estatal o papel de empresa, tendo em vista que uma das prioridades políticas do neoliberalismo é justamente a redução dos gastos públicos por meio da privatização das estatais.

Assim, a década de 1990 registrou em todo o território nacional dezenas de privatizações nos setores de mineração, transporte, energia, telecomunicação, financeiro, dentre outros, em todo território nacional. No estado de São Paulo, o então governador Mário Covas lançou o Plano Estadual de Desestatização (PED), responsável pela venda da Telecomunicações de São Paulo (Telesp) em 1998 para o grupo espanhol Telefónica e da Eletropaulo em 1999 para o grupo americano AES.

A privatização de empresas estatais que operam serviços de infraestrutura impõe um dado concreto a realidade urbana: a possibilidade de ampliar o lucro por parte das empresas privadas faz com que estas busquem novos clientes, ampliando significativamente sua atuação em áreas até então pouco atendidas por infraestruturas básicas, como luz e telefonia – fixa ou móvel.

Conforme já apresentado no Capítulo I, a infraestrutura que recebeu a melhor avaliação por parte dos moradores da periferia foi justamente a de energia elétrica, que foi considerada satisfatória por 56% dos entrevistados da Brasilândia e por 76% do Jardim Ângela.

Tanto as entrevistas feitas com os moradores dos dois distritos supracitados quanto as visitas à campo, permitem pensar que a privatização da Eletropaulo acabou por operar uma transformação na materialidade do espaço urbano. Seja pela demanda crescente de eletricidade por parte da população, seja pela busca de lucros pela AES Eletropaulo, a ampliação da rede energia elétrica (Imagem 4, página 118) representou a inclusão de 994.781 residências paulistanas entre os anos de 1997 e 2008, sobretudo nas periferias (Fundação Seade, 2001).

Imagem 4: Torre de transmissão de energia na Brasilândia, São Paulo, SP, 2010

Fotografia: Kauê Lopes dos Santos, 2011.

Conforme muitos depoimentos, a AES Eletropaulo tem se esforçado significativamente no sentido de regularizar a distribuição de luz nos lares antes servidas por gambiarras (Imagem 5, página 119), que ainda persistem na paisagem e figuram como alternativa de energia nas moradias mais recentes e menos estruturadas.

Um estudo de 2004, realizado por Renata Bichir, demonstrava a alta cobertura da rede de energia elétrica nos domicílios mais pobres de São Paulo, em 97,4% (BICHIR, 2004, p. 77). Segundo os dados atuais da Sempla (2011), em 2008, a metrópole possuía 3,8 milhões de moradia abastecidas pelo sistema de energia elétrica.

Imagem 5: Gambiarra de energia elétrica no Jardim Ângela, São Paulo, SP, 2011

Fotografia: Kauê Lopes dos Santos, 2011.

Para além da rede de energia, a presença mais expressiva da rede de telefonia fixa e das torres de transmissão de sinal para celular também é marcante na paisagem periférica, como mostra a Imagem 6 (página 120). Após a privatização da Telesp Celular em 1988, uma verdadeira popularização do produto ocorreu, sobretudo em função da concorrência entre muitas operadoras de telefonia móvel, como a italiana TIM, a mexicana Claro, a portuguesa Vivo e a brasileira Oi. Nesse contexto, as linhas de telefone pré-pago ganharam espaço e passaram, gradativamente, a tomar o lugar das linhas de telefone fixa em muitas moradias da periferia.

Imagem 6: Torre de transmissão de sinal de celular no Jardim Ângela, São Paulo, SP,
2011

Fotografia: Kauê Lopes dos Santos, 2011.

Não se deve crer, entretanto, que o interesse das empresas privatizadas – que ampliaram o acesso dos mais pobres às infraestruturas modernas – se assente em uma busca pela democratização da modernidade, mas sim, segundo a lógica da reprodução do capital: a grande economia descobre que os mais pobres também consomem, ampliando assim, seu nicho de atuação.

O espaço urbano periférico do século XXI ainda se assemelha àquele de anos atrás. Efetivamente, os imperativos da economia gestaram um novo consumo que demanda, cada vez mais, novas materialidades em todas as áreas onde há consumidores, de modo que a paisagem urbana ganha alguns novos pontos de redes de transmissão de energia e de telecomunicações. Todavia, a falta de saneamento básico e a precariedade na oferta de serviços ainda dão a tônica da urbanização desigual que o território e as pessoas mais pobres vivenciam.

3.2. Novas atividades econômicas

O novo padrão de consumo das classes sociais de menor poder aquisitivo também opera transformações na economia praticada nas áreas mais pobres da cidade. O uso e a necessidade de manutenção dos produtos eletroeletrônicos e eletrodomésticos fazem florescer novas atividades por todos os cantos da periferia paulistana, como as lanhouses – estabelecimento onde a população paga para ter acesso à computadores conectados à internet – e as oficinas de manutenção e conserto de celulares e computadores.

Essas novas atividades são recentes e surgem em decorrência do consumo de objetos sofisticados produzidos pelas grandes indústrias de bens de consumo durável e permite pensar de que maneira o dinamismo das grandes indústrias impacta a economia mais pobre.

De maneira geral, essa economia também é portadora de um dinamismo e de uma versatilidade que é pouco mencionada. A compreensão de sua organização foi objeto de estudos de muitos intelectuais na década de 1970, como Milton Santos que, conforme já mencionado, desenvolveu nessa época a Teoria dos Circuitos da Economia Urbana.

Em sua obra *O espaço dividido* (2004), Santos explica que a compreensão da economia nas cidades dos países de Terceiro Mundo deve levar em consideração, primordialmente, os sucessivos processos de modernização tecnológica originadas no polo do sistema capitalista. Tais modernizações são portadas pelas atividades que formam o chamado *Circuito Superior* (CS): empresas de elevado grau de organização e capitalização, como as grandes industriais e bancos – sobretudo internacionais – além de algumas agências prestadoras de serviço altamente capitalizadas. O CS possui uma área de atuação extra-regional e frequentemente internacional.

Nesse circuito, o uso do capital é intensivo e a organização das atividades extremamente burocratizada e verticalizada, como no caso já mencionado das instituições financeiras e das grandes redes de varejo. O emprego geralmente é

reduzido e assalariado e opta-se, recorrentemente pela terceirização de alguns serviços. Além disso, quando necessário, essas atividades fazem estoque em grande quantidade e alta qualidade, já que dispõe de espaço e infraestrutura para isso. O preço das mercadorias geralmente são fixos. A margem de lucro é reduzida por unidade de produto, mas importante no volume de negócios, além de que contam com fácil acesso ao crédito formal por parte das instituições financeiras, como mostra o Quadro 1 (página 126).

Historicamente, o Estado tem grande responsabilidade política na atração do CS, oferecendo isenções fiscais e infraestruturas necessárias, conforme mencionado anteriormente. Além disso, em função da alta capitalização, essa economia conta com uma significativa mobilidade territorial, podendo escolher as parcelas do espaço que lhe ofereçam maior acessibilidade seja aos consumidores ou aos fornecedores de matéria prima.

Entretanto, historicamente, a estrutura das grandes atividades empresariais – denominadas aqui de CS – não absorvem toda a mão-de-obra de trabalhadores urbanos, pois é necessária a formação do exército industrial de reserva para reduzir o valor da mão-de-obra no mercado e, assim, abaixar os custos de produção, como já havia explicado Marx no século XIX (MARX, 1975). Assim, como resultado desse processo, outras atividades menos capitalizadas e menos burocratizadas se desenvolvem nas áreas mais pobres da cidade e nos subcentros de consumo popular. Essas atividades visam atender justamente as demandas de trabalho e consumo das classes sociais de menor poder aquisitivo, formando aquilo que o Santos denomina *Circuito Inferior* (CI) (SANTOS, 2004).

Esse circuito, por sua vez conta com o trabalho intensivo de seus funcionários, uma organização desburocratizada, na maior parte dos casos, e capital reduzido. Emprega muitos trabalhadores, não necessariamente assinando suas carteiras. Em função da baixa disposição de espaço e infraestrutura, fazem um estoque reduzido. O preço das mercadorias e serviços não é fixo, como no circuito superior, mas sim algo a ser discutido e negociado na relação entre vendedor e consumidor, de modo que a relação com a clientela ganha um tom marcadamente personalizado e a margem de lucro é elevada por unidade de produto, mas pequena em relação ao volume dos negócios.

Santos afirmava que na década de 1970, o acesso ao crédito do CI era pessoal e não institucional, valendo-se muitas vezes da agiotagem. Todavia, os últimos anos mostraram que a popularização das finanças, discutida no capítulo anterior, também viabilizou a chegada do crédito formal, institucional, voltado às economias menos capitalizadas, com diversas linhas de microcrédito.

Atualmente, observa-se inclusive uma ampliação das possibilidades de pagamento das mercadorias e serviços ofertadas pelo CI. Muitas atividades desse circuito aceitam, além de dinheiro e cheque, cartões, principalmente devido a capilarização das máquinas da empresa Cielo²², que alcançam pequenas atividades econômicas menos capitalizadas face à uma clientela que se torna mais bancarizada a cada dia.

Outro elemento que parece ter se transformado da década de 1970 até os dias atuais é relação com a publicidade feita nesse circuito. Santos apontava como nula a utilização de propaganda, mas hoje observa-se que ela se tornou uma importante estratégia de divulgação dos pequenos negócios, seja através de folhetos ou dos carros de som.

O circuito inferior não conta com o mesmo apoio governamental que a grande economia e tornou-se historicamente um verdadeiro refúgio para a população pobre desempregada. Exemplo de atividades desse circuito são: pequenos estabelecimentos comerciais, como mercearias, quitandas, padarias, mercadinhos, armarinhos, papelarias, dentre outros; pequenas fábricas e oficinas de conserto, como borracharias, mecânicas, lojas de reparo de eletrodomésticos e eletroeletrônico, costureiras; além dos estabelecimentos de serviços de manicure, cabelereiros, barbeiros e agências que empregam eletricitas, pedreiros, encanadores, office-boys, etc. como mostram as Imagens 7 e 8 (páginas 124 e 125, respectivamente).

²² Segundo seu próprio site, a Cielo é a empresa líder em soluções de meios de pagamento eletrônico no Brasil e na América Latina, sendo responsável pelo credenciamento de estabelecimentos comerciais, captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, além de serviços de gestão de rede. A companhia conecta bancos, bandeiras de cartões e lojistas. (<http://www.cielo.com.br/portal/home.html>).

Geralmente essas atividades apresentam uma abrangência de atuação local e, nas grandes cidade e metrópole do Terceiro Mundo, possuem uma clientela mais restrita ao distrito no qual se situam, o que não vale, necessariamente para seus funcionários, que podem enfrentar longas distâncias até o trabalho.

Imagem 7: Comércio popular no Jardim Ângela, São Paulo, SP, 2011

Fotografia: Kauê Lopes dos Santos, 2011.

É importante mencionar que, muitos autores centralizam seus esforços na compreensão da realidade da economia urbana atual por meio da teoria dos circuitos da economia urbana, sobretudo María Laura Silveira (2004a; 2004b; 2006).

Imagem 8: Cabelereiro na Brasilândia, São Paulo, SP, 2010

Fotografia: Camila de Sousa Ferreira, 2010.

Assim, mesmo com mudanças pontuais no que diz respeito à oferta de crédito e a utilização da publicidade, entende-se que a teoria dos circuitos ainda apresenta bastante vigor quando o objetivo é interpretar a economia urbana dos países de Terceiro Mundo: não se trata apenas de classificar a atividade econômica como formal ou informal – que é aquilo que se faz com maior frequência na atualidade –, mas sim de classificá-la em função de uma série de fatores organizacionais que estabelecem uma linha das economias mais pobres e outra das economias ricas, que convivem e interagem no espaço urbano, imputando neste cada vez mais contradições.

O CI – apesar de não figurar como tal nos veículos de comunicação – é dotado de extremo dinamismo, uma vez que existe em função da necessidade de trabalho daqueles que não foram *engolidos* pelo circuito superior, de modo que é a garantia de sobrevivência de muitos.

O Quadro 1 (página 126), abaixo, sintetiza as principais características dos dois circuitos na década de 1970, de acordo com Santos:

Quadro 1: Principais características dos dois circuitos da economia urbana na década de 1970

	Circuito Superior	Circuito Inferior
Tecnologia	<i>Capital intensivo</i>	<i>Trabalho intensivo</i>
Organização	<i>Burocrática</i>	<i>Primitiva</i>
Capitais	<i>Importantes</i>	<i>Reduzidos</i>
Emprego	<i>Reduzido</i>	<i>Volumoso</i>
Assalariado	<i>Dominante</i>	<i>Não-obrigatório</i>
Estoques	<i>Grande quantidade e/ou alta qualidade</i>	<i>Pequena quantidade e/ou qualidade inferior</i>
Preços	<i>Fixos (em geral)</i>	<i>Submetidos a discussão entre comprador e vendedor</i>
Crédito	<i>Bancário institucional</i>	<i>Pessoal não institucional</i>
Margem de lucro	<i>Reduzida por unidade, mas importante pelo volume de negócios (exceção produtos de luxo)</i>	<i>Elevada por unidade, mas pequena em relação ao volume de negócios</i>
Relações com a clientela	<i>Impessoais e/ou com papéis</i>	<i>Diretas, personalizadas</i>
Custos fixos	<i>Importantes</i>	<i>Desprezíveis</i>
Publicidade	<i>Necessária</i>	<i>Nula</i>
Reutilização dos bens	<i>Nula</i>	<i>Frequente</i>
Capital adiantado	<i>Indispensável</i>	<i>Dispensável</i>
Ajuda governamental	<i>Importante</i>	<i>Nula ou quase nula</i>
Dependência direta do exterior	<i>Grande, atividade voltada para o exterior</i>	<i>Reduzida ou nula</i>

Fonte: elaboração própria com base no livro *Economia Espacial*, de Milton Santos (2003).

A cada inovação tecnológica trazida pelo circuito superior, o CI tenta se adequar às novas demandas de seus consumidores, pois estes também são seduzidos pela publicidade dos sofisticados e caros produtos de bens de consumo durável. Desse modo, aqueles que não possuem condições de comprar um computador ou pagar pelo serviço de internet, encontram alternativas nas dezenas de lanhouses que se multiplicam nas periferias das cidades brasileiras.

Em 2010, o Comitê Gestor de Internet no Brasil (CGI/Br) elaborou um relatório de pesquisa sobre o funcionamento das lanhouses espalhadas por cidades de todo o território nacional. Tendo em vista a análise desse relatório, bem como algumas entrevistas informais realizadas na Brasilândia e no Jardim Ângela com proprietários e usuários dos estabelecimentos em questão, pode-se reconhecer tal atividade como integrante do circuito inferior da economia urbana.

De acordo com o relatório da CGIBr, 80% das lanhouses declara-se como um negócio familiar. Observa-se muitas vezes que os proprietários sediam a atividade em suas próprias casas, transformando a sala de estar – na entrada térrea da moradia – na sala de computadores: espaço suficiente para o desenvolvimento do negócio.

Além disso, deve-se notar que cerca de metade das lanhouses dividem espaço com outras atividades complementares – como comércio de informática, assistência técnica de computadores, gráfica/copiadora, papelaria, locadora, lanchonete e bomboniere – oferecendo, até mesmo, cursos de informática e garantindo maior receita e fluxo de clientes no estabelecimento, evidenciando, assim, o já mencionado dinamismo e versatilidade das economias que se desenvolvem nas periferias urbanas brasileiras.

Segundo os cálculos do CGIBr, a maior parte desses estabelecimentos (46%) possui entre 6 e 10 computadores, enquanto 22% possui entre 1 e 5 e 32% possui mais de 10 máquinas. Os jogos e os aplicativos de comunicação (Skype, MSN, etc.) são os mais utilizados pela clientela, que é composta, majoritariamente, por jovens entre 16 e 25 anos, seguida pela faixa de idade que vai dos 25 aos 34 anos.

O horário de funcionamento é extremamente flexível: geralmente o negócio abre as 8 horas da manhã e fecha às 21 horas, mas muitos ficam abertos até a meia noite. A maior parte – cerca de 77% dos estabelecimentos entrevistados – abre aos sábados e domingos, justamente quando obtém os maiores lucros.

Com relação à quantidade de usuários atendidos, 47% das lanhouses atende até 150 pessoas por semana; 31% atende entre 150 e 400 e 16% entre 401 e 1000, sendo que o tempo utilizado em média pela maioria dos usuários é entre 1 e 2 horas e o preço cobrado pelo estabelecimento oscila entre R\$1,00 e R\$3,00 por hora.

A busca pelas lanhouses se dá principalmente pela falta de computador pessoal ou de internet no domicílio do cliente. Os motivos citados para o uso do estabelecimento foram: jogos de computador, diversão, impressão de documentos, socialização, utilização dos outros serviços oferecidos, infraestrutura melhor que a domiciliar e os

cursos oferecidos, revelando o forte impacto que a atividade desempenha nas faixas etárias mais jovens.

Assim, essa nova economia que surge nos espaços pobres da cidade, possui um grau de capitalização não elevado – apesar do uso de computadores e softwares que colaboram na organização financeira da atividade – e uma abrangência de atuação local, sendo utilizada sobretudo pela população moradora do distrito no qual se situam. As Imagens 9 e 10 (páginas 128 e 129, respectivamente) a seguir mostram algumas lanhouses localizadas na Brasilândia e no Jardim Ângela.

Imagem 9: Lanhouse na Brasilândia, São Paulo, SP, 2010

Fotografia: Camila de Sousa Ferreira, 2010.

Imagem 10: Lanhouse no Jardim Ângela, São Paulo, SP, 2011

Fotografia: Kauê Lopes dos Santos, 2011.

Para além das lanhouses, que definitivamente marcam a entrada de muitas pessoas na sociedade da informação²³, observa-se também a multiplicação das oficinas de conserto e reparo dos novos e sofisticados bens eletroeletrônicos, como mostram as imagens à seguir, que retratam uma propaganda em poste de uma oficina de manutenção de equipamentos de informática (Imagem 11, página 130) e uma loja de assistência técnica para aparelhos de telefone celular (Imagem 12, página 130).

²³ Deve-se também fazer referência às políticas públicas municipais que, nos últimos anos, implementaram os telecentros: espaços nos quais a população de baixa renda tem acesso à cursos de informática e internet (para fazer trabalhos e pesquisas escolares e currículos). Os telecentros, também funcionam como um meio de ampliação do acesso das pessoas na sociedade da informação, garantindo a inclusão digital de muitos. Todavia, pelo fato de que os entrevistados não mencionaram os telecentros nas entrevistas, estes não serão objeto de análises mais profundas.

Imagem 11: Propaganda de oficina de reparo de informática, Jardim Ângela, São Paulo, SP, 2011

Fotografia: Kauê Lopes dos Santos, 2011.

Imagem 12: Oficina de reparo de aparelhos celular, Jardim Ângela, São Paulo, SP, 2011

Fotografia: Kauê Lopes dos Santos, 2011.

O desenvolvimento desse tipo de atividade responde ao fato de que o acesso ao consumo de bens modernos pelos mais pobres não significa necessariamente que estes consomem de forma desenfreada, como se observa nas camadas sócias mais abastadas. Em outras palavras, o sujeito que possui um celular ou um computador quebrado na periferia de São Paulo, prefere – por motivos financeiros – recorrer a manutenção desse objeto em oficinas de assistência técnica do que de simplesmente substituí-lo por um novo, indo contracorrente do modelo de obsolescência programada das grandes indústrias.

Portanto, o novo consumo – ou o anseio pelo consumo de bens modernos – associados às tecnologias informacionais, faz com que a periferia responda às demandas do CS globalizado por meio da criação de novas atividades econômicas. É a entrada dos aparelhos celulares e dos aparelhos de informática produzidos pela grande indústria internacional que faz a economia das margens da cidade também se adequar a reestruturação produtiva.

3.3. Novo lazer

Estariam os novos padrões de consumo operando alterações nas dinâmicas de tempo livre e lazer das classes sociais de menor poder aquisitivo?

Sabe-se que, as áreas públicas de lazer, como museus, parques, praças e passeios, também concentram-se nas regiões centrais e que se tornam cada vez mais rarefeitos em direção às áreas periféricas (KOULIOUMBA, 2002).

Conforme já apresentado no Capítulo I, quando avaliada pelos moradores da Brasilândia e do Jardim Ângela, as infraestruturas de lazer são consideradas insatisfatórias pela maioria absoluta dos entrevistados (95%), de modo que somente 5% consideram satisfatórias a oferta de áreas públicas de lazer em seus distritos (Gráfico 10, página 65).

No entanto, o caminhar e a observação nas ruas da periferia de São Paulo revelam que os moradores se divertem em diferentes tipos de atividades, de acordo com a idade: empinar pipa, andar de bicicleta, rodar peão, jogar e assistir futebol, conversar no bar e nas calçadas, acompanhar a novela. São diversas as formas de utilizar o tempo livre nas margens da cidade.

Dentre as principais atividades de lazer mencionadas pelos entrevistados estão: assistir televisão (27%), navegar na internet (15%), jogar futebol (13%), ir em festas e bares (9%), ir à igreja (8%), ir à parques e praças (5%), ir ao shopping (4%), visitar familiares (3%), ir ao cinema ou teatro (3%) e jogar videogame (3%). Vale observar que 95% dessas atividades não ocorrem em infraestruturas de lazer oferecidas pelo Estado, confirmando a insatisfação geral com relação à oferta de parques e praças nos distritos analisados (Gráfico 11, página 66).

Tendo em vista a baixa oferta de áreas públicas de lazer e a miríade de atividades empregadas pela população em seu tempo livre – quando não estão trabalhando ou estudando –, importa agora ponderar quais foram as principais e recentes mudanças nas dinâmicas de lazer dos entrevistados e seus familiares.

Desse modo, as respostas obtidas, 66% garantiram que a internet – utilizada principalmente pelos filhos dos entrevistados nas lanhouses – é a principal novidade nos hábitos de lazer, seguida pelo baile funk (7%), pela televisão e pelas praças. É importante também mencionar que 21% dos entrevistados não observaram mudanças significativas no lazer dos moradores de seus respectivos distritos (Gráfico 12, abaixo).

Gráfico 12

Fonte: elaboração própria com base em pesquisa de campo, 2010.

A maior novidade no lazer dos moradores da Brasilândia e do Jardim Ângela é resultado justamente do já mencionado processo de modernização das redes de telecomunicações e energia. Assim, as novas bases materiais do território acabam por autorizar o funcionamento de novos objetos, como os computadores em sua conexão à internet.

Observa-se na atualidade que a internet ganha cada vez mais espaço no cotidiano urbano, de modo que mesmo as classes sociais menos favorecidas

economicamente encontram algum meio diferenciado de inserção que não o computador pessoal, mas sim as lanhouses.

No entanto, é fundamental mencionar que o acesso à internet, mesmo nas lanhouses, muitas vezes é feito com a tecnologia discada, já que a tecnologia de banda larga, além de mais cara, ainda tem pouca penetração nas áreas periféricas, o que mostra o acesso diferenciado das pessoas às tecnologias informacionais.

Além de ser utilizada para fazer pesquisas escolares, a internet ganha popularidade nas periferias de São Paulo principalmente por aqueles que almejam jogar em rede, bem como navegar em sites de relacionamentos à exemplo do Orkut e do Facebook ou em sites de mensagens instantâneas, como o MSN.

Essa popularização da internet vem ocorrendo desde os últimos cinco anos do século XX, mas ganhou força em meados da década de 2000. A inserção das camadas populares nessa nova tecnologia de comunicação se deve, sobretudo, aos jovens, que possuem maior familiaridade em operar os equipamentos, ou porque seus amigos lhe ensinaram, ou porque tiveram aula de informática na escola.

Outra atividade de lazer – se é que pode ser considerada como tal – é o aparelho de telefone celular. Muitas vezes, durante a pesquisa de campo, observava-se grupos de amigos conversando e portando os aparelhos na mão. Eventualmente, as conversas não ocorriam e podia-se notar cerca de cinco pessoas, sentadas na calçada em roda, olhando fixamente para o celular.

Em uma pesquisa desenvolvida por Claudia Bredarioli (2009), verificou-se o uso dado ao celular por jovens de classe C e D na periferia de São Paulo, sendo que a maior parte o utiliza para falar (48 entrevistados), ou ainda para enviar torpedos (36), para fotografar (25), para jogar (23), para baixar ringtones (9), para ouvir música (8) e ainda para navegar na internet (6). A utilização do aparelho para navegar na internet é baixa provavelmente em função do preço do serviço.

A sedução que os jovens possuem pelas novas tecnologias – tornando-as parte de suas atividades de lazer – é explicado por Gilberto Dupas, quando afirma que:

As novas tecnologias geram produtos de consumo radicalmente novos. Ondas de entusiasmo, apoiadas e lançadas por todos os meios de comunicação propagam-se instantaneamente. O telefone celular e a Internet, símbolos da interconectividade, passam a ser a condição da felicidade (DUPAS, 2001, p. 53 apud. BREDAROLI, 2009, p. 10).

Desse modo, a incessante publicidade elenca aos jovens valores e conceitos de rapidez, conexão e novidade que materializam-se em computadores com os softwares mais modernos e celulares de última geração. O comportamento diante dos objetos consumidos muda, pois:

Para os mais jovens, participam da natureza das coisas o efêmero, o novo e as modas, a mudança e a precariedade, a rapidez e a intensidade, a descontinuidade e o imediato. Sua cultura e suas práticas extraem daí seu próprio movimento. Acomodam-se mal no tempo repetitivo, rotineiro, no tempo vivido moderadamente e no de efeito muito retardado; desse modo confiam o desejo, a afetividade, as relações eletivas e as paixões ao domínio de uma modalidade exigente. A urgência destrói a capacidade de construir e esperar. Bombardeado pela mídia eletrônica que associa a felicidade ao consumo de marcas globais, o jovem excluído – receptor exatamente da mesma mensagem que o incluído – tem como alternativas conseguir a qualquer preço o novo objeto de desejo ou recalcar uma aspiração manipulada pelo interesse comercial (DUPAS, 2001, p.53 apud. BREDAROLI, 2009, p. 1-2).

Assim, as informações sobre este ou aquele produto chegam à todos de alguma forma: o novo computador e o novo celular são objetos de consumo e desejo de grande parte da população jovem, além de ser produtos da era da tecnológica informacional, que faz com que a comunicação mediada por máquinas ganhe papel de centralidade em diferentes esferas da vida, o que acaba por tornar a conectividade exaustivamente consumida e elegida como valor supremo.

As imagens 13 e 14 (página 136) buscam ilustrar a presença do telefone celular e da internet no cotidiano de jovens que vivem no bairro da Brasilândia:

Imagem 13: Jovem utilizando o aparelho de telefone celular na Brasilândia, São Paulo, SP, 2010

Fotografia: Camila de Sousa Ferreira, 2010.

Imagem 14: Jovens utilizando a internet na Brasilândia, São Paulo, SP, 2010

Fotografia: Camila de Sousa Ferreira, 2010.

Sabe-se que os novos hábitos, todavia, não são suficientes para transformar por completo hábitos historicamente construídos. Agora, equaciona-se passado e presente, de modo que, além do celular e da internet, a televisão, o futebol, a pipa, a

bicicleta, a igreja persistem no cotidiano das periferias e são exemplos do gasto de tempo que não é empreendido no trabalho ou nos estudos (Imagens 15, 16, 17 e 18, páginas 137, 138 e 139).

Imagem 15: Jovens andando de bicicleta no Jardim Ângela, São Paulo, SP, 2011

Fotografia: Kauê Lopes dos Santos, 2011.

Imagem 16: Jovens jogando futebol no Jardim Ângela, São Paulo, SP, 2011

Fotografia: Kauê Lopes dos Santos, 2011.

Imagem 17: Jovens empinando pipa na Brasilândia, São Paulo, SP, 2010

Fotografia: Camila de Sousa Ferreira, 2010.

Imagem 18: Igreja evangélica no Jardim Ângela, São Paulo, SP, 2011

Fotografia: Kauê Lopes dos Santos, 2011.

Vale fazer menção ainda que grande maioria das atividades de lazer explicitadas pelos entrevistados – tanto as antigas quanto as novas – ocorrem em espaços privados. Esse elemento permite pensar que *internalização do lazer* verificada nos condomínios fechados das camadas de alto poder aquisitivo, se verifica também nas periferias, pois além dos hábitos já consagrados – televisão, videogames e socializações religiosas e confraternização em bares e festas – o principal novo hábito de consumo, a internet, é acessada sob o teto das moradias e das lanhouses.

O lazer cada vez mais internalizado e sedutor – seja pela proposta de rapidez, seja pela interação ou pela conectividade – tem conduzido também os jovens a passar grande parte de seu tempo livre na frente dos computadores. Nas palavras de um dos entrevistados: “Ah, se eu deixar, ele [filho] passa o dia inteiro na lanhouse, mas eu só deixo se fizer o dever de casa antes”. Muitos pais afirmam ainda que estabelecem um tempo máximo – entre duas e três horas – para os filhos jogarem no computador com os colegas.

As atividades ao ar livre, como o jogo de futebol, a empinada de pipa e a volta de bicicleta ocorrem em ruas e vielas e exigem a atenção dos praticantes em função dos riscos de atropelamentos por motos e automóveis. Há poucas quadras e

parques públicos e, muitas vezes, jovens se arriscam ao empinar pipa nas lajes das moradias.

Conforme já mencionado em muitos outros momentos desta dissertação, repete-se a rarefação de infraestruturas – agora de lazer – nas periferias de São Paulo. Não se pode esquecer que a qualidade do uso do tempo é um dos elementos que definem as condições de vida dos indivíduos e é capaz de inferir uma situação de pobreza.

A maior parte do lazer é garantido, indiretamente, pelo sistema de energia, que viabiliza o consumo de bens eletroeletrônicos capazes de transformar e internalizar o lazer nos bairros mais pobres da metrópole paulistana. É a materialidade do espaço urbano condicionando as formas de agir.

Tendo em vista o novo padrão de consumo da população de baixa renda e as transformações que estes padrões operaram nas periferias de São Paulo, importa finalmente, perguntar: estaríamos diante de uma nova pobreza urbana nos tempos da globalização? E de um novo espaço periférico?

Considerações Finais

Uma nova pobreza urbana?

Um novo espaço periférico?

O fenômeno da pobreza, sobretudo nos espaços urbanos, revela-se de diferentes maneiras aos olhares dos pesquisadores das ciências humanas, como urbanistas, geógrafos, historiadores, economistas, sociólogos, antropólogos, dentre outros. Estes buscam a compreensão do fenômeno por meio de suas manifestações espaciais, temporais, financeiras, sociais ou culturais, evidenciando sua complexidade e penetração nas diferentes áreas do conhecimento.

Conforme mencionado no Capítulo I, *Sob o teto da pobreza*, foram muitas as abordagens desenvolvidas desde meados do século XIX para mensurar, interpretar e conceituar o fenômeno em questão. Todavia, é na década de 1970 que os estudos ganham maior vigor e sistematização, objetivando estabelecer políticas públicas governamentais de combate ao problema, sobretudo no países de Terceiro Mundo.

Ao longo das ultimas décadas, pode-se elencar três abordagens desenvolvidas para estudar a pobreza: a *monetária*, cuja variável central é o rendimento dos indivíduos; a *subjativa*, que atenta às referencias sociais próprias das pessoas considerados pobres; e a das *necessidades básicas*, que considera a questão da acessibilidade e satisfação das famílias à bens e serviços considerados básicos em determinada sociedade. Essas abordagens não são excludentes, de modo que parte do esforço contido nesta dissertação foi justamente o de cruzar variáveis e garantir maior multidimensionalidade ao fenômeno.

Nesse sentido, a moradia revela-se como um elemento concreto da pobreza. Nas cidades brasileiras, os pobres constroem suas casas dentro de condições técnicas e financeiras limitadas, geralmente em áreas distantes do centro e pouco valorizadas pelo mercado imobiliário. Usam seu o tempo livre e a ajuda de amigos e familiares para construir o próprio teto. As casas autoconstruídas são precárias, muitas vezes barracos que se adensam em favelas, e os bairros – esquecidos pelos investimentos públicos, que são canalizados para as áreas mais ricas e centrais – carecem de infraestruturas e serviços urbanos básicos.

Desse modo, cria-se desde meados do século XX, um verdadeiro espaço da pobreza: a periferia. Em São Paulo, ela foi formada por muitos distritos cuja ocupação data de diferentes momentos da história econômica da metrópole e do país, possuindo características sociais e urbanas distintas.

Tomando como referencia empírica os bairros da Brasilândia na zona norte e do Jardim Ângela na zona sul, foi possível apresentar algumas características das áreas em questão e das condições de vida de seus moradores, expressas pelos mesmos.

Nesses bairros, observou-se famílias com baixos rendimentos mensais em que, muitas vezes, os membros se vem obrigados a trabalhar em mais de uma atividade visando incrementar o orçamento doméstico. Grande parte situa-se nas classes D e E, o que praticamente os obriga a utilizar as infraestruturas e serviços oferecidos pelo Estado.

Energia elétrica, água tratada, coleta de lixo, drenagem, educação, saúde, segurança, transporte e áreas de lazer são necessidades básicas que deveriam garantidas pelo poder público. Todavia, a qualidade da oferta dessas infraestruturas e serviços sempre foi comprometida em função das políticas empreendidas pelas elites dirigentes do Estado, que optam – recorrentemente por interesse de classe – em canalizar significativa parcela da verba pública nas áreas centrais, mais interessantes ao grande capital.

No entanto, a própria materialidade das periferias revela um contraste instigante: como é possível que dentro dessas casas – construídas com poucos recursos e precários materiais – exista um adensamento de tecnologias, verificadas na posse de bens industrializados como eletrodomésticos e eletroeletrônicos considerados *modernos*?

Conforme já mencionado, esse contraste não é recente. Em fins da década de 1970, Ermínia Maricato e Telmo Pamplona já haviam estudado a penetração dos produtos supracitados nas casas periféricas. No entanto, dada a Revolução Informacional e sua capilarização na indústria de bens de consumo durável, os produtos que chegam atualmente nas moradias mais pobres são outros e configuram novas dinâmicas sociais, econômicas e espaciais.

Será que, em função dos novos padrões de consumo, estamos diante de uma nova pobreza urbana e de um novo espaço periférico?

O crédito tem sido o grande elemento viabilizador desse consumo nas classes sociais de menor poder aquisitivo. A diversidade de produtos oferecidos pelas instituições financeiras e grandes redes de varejo – como o crédito pessoal, o crédito ao consumo e o crediário – corresponde a porta de entrada de milhares de famílias à um mundo de compras de bens *modernos* e *sofisticados* tão referenciados pela publicidade.

Essa popularização do crédito nas cidades brasileiras mostra a ponta de um processo mais amplo, no qual as finanças foram tornadas o elemento central da atual fase do sistema capitalista. Para tanto, foi necessário que os Estados nacionais criassem as condições técnicas e políticas que assegurassem a fluidez do capital. No caso brasileiro, os esforços foram no sentido de modernizar as infraestruturas de telecomunicações e de desburocratizar o sistema financeiro nacional, o que representou um solavanco nas operações de crédito voltados, principalmente, à pessoa física.

Assim, com as condições criadas no território nacional, as financeiras e as redes varejistas de grande porte passaram a atuar no espaço urbano focando, justamente, os consumidores menos abastados, localizando suas lojas nos subcentros e áreas de consumo popular da metrópole.

Como resultado desse processo, as moradias mais pobres dos distritos da Brasilândia e do Jardim Ângela, passaram a ter tantos os produtos já constatados por estudos da década de 1970 – como televisões, rádios, geladeiras, fogão, etc. – como àqueles que surgiram com a Terceira Revolução Industrial ou Informacional, como os computadores – conectados à internet ou não – e os aparelhos de telefonia celular.

A mudança nos padrões de consumo da periferia de São Paulo operaram algumas sensíveis transformações na materialidade do espaço urbano, bem como nas dinâmicas de lazer, nas pequenas economias urbanas e na organização financeira das famílias.

O aumento do consumo de bens eletrodomésticos e eletroeletrônicos fez com que a demanda por infraestruturas de energia e elétrica e telecomunicações se ampliasse.

Esses dois setores foram privatizados em meados da década de 1990, de modo que a ampliação desses serviços – até as zonas periféricas – passou a significar ampliação da margem de lucro tanto da AES Eletropaulo, quanto da Telefônica e das empresas de telefonia móvel (Tim, Claro, Vivo e Oi).

O acesso às redes de eletricidade e telecomunicação – bem avaliadas pela maioria dos moradores – não deve ser interpretado, todavia, como uma democratização das benesses da modernização, que seria tarefa do Estado de Bem-Estar Social. A privatização das estatais de energia e telecomunicações no Brasil é resultado de políticas neoliberais que penetram o país desde a década de 1990 e que encontram na redução de gastos públicos e na privatização, o terreno ideal para o lucro de empresas privadas.

Assim, a paisagem urbana testemunha a presença de novas torres de transmissão de sinal de telefone celular e de energia elétrica que cruzam bairros dominados pelas moradias precárias, pelo esgoto que circula livre em valas e pelas ruas pouco ou nada asfaltadas onde o lixo se acumula pela falta de coleta.

Alterando de modo muito restrito a materialidade do espaço nas periferias urbanas, o novo consumo instaurou novas economias e práticas de lazer nos bairros analisados.

Essas novas economias desenvolvidas nas margem da cidade são aquelas menos capitalizadas e de organização menos burocráticas, que utilizam, muitas vezes, mão-de-obra familiar e que surgem em função da demanda local da população. Desse modo, registrou-se nos distritos analisados a multiplicação de inúmeras lanhouses e lojas de assistência técnica para aparelhos de telefone celular.

Essas atividades surgem também pelo limite de renda da população das periferias: como nem todas as famílias na possuem condições financeiras suficientes para comprar um computador com acesso a internet, prefere-se a lanhouse; da mesma forma que nem todos possuem condições para comprar um celular novo quando o antigo quebra, de modo que opta-se pelo conserto em estabelecimentos de assistência técnica.

Com relação ao lazer, a conhecida carência de museus, parques e praças na Brasilândia e no Jardim Ângela reduz as possibilidades de uso do tempo livre em espaços abertos, de modo que algumas crianças e jovens ainda se divertem jogando futebol, empinando pipa e andando de bicicleta nas ruas e vielas do bairro.

A televisão, os videogames, a internet – utilizada tanto em casa quanto nas lanhouses – caracterizam o consumo *sofisticado* das camadas populares e são, ao mesmo tempo, responsáveis por uma verdadeira *internalização do lazer*: cada vez mais opta-se por essas atividades que, além de demandarem energia elétrica, ocorrem sob tetos de espaços privados.

Outro elemento que deve ser levado em consideração é o efeito combinado entre *baixo rendimento e oferta de crédito*, que conduz ao endividamento da população.

Endividadas, as classes sociais de menor poder aquisitivo entram em contato com uma matemática que aliena o seu porvir e reorienta o futuro de seu orçamento familiar, já que as dívidas devem ser pagas de qualquer maneira para que não ocorra uma supressão do crédito, elemento viabilizador do consumo.

Assim, o endividamento tornou-se, na atualidade, um elemento recorrente no cotidiano das famílias mais pobres, que já não estabelecem mais o sentimento de aversão à figura do crédito formal, como o faziam há algumas décadas, quando dominava o crédito informal via agiotagem.

Em linhas gerais, o Quadro 2 (página 147) busca sintetizar algumas das mais importantes transformações que ocorreram nas condições de vida dos moradores da periferia de São Paulo após a década de 1990, quando se registrou a já mencionada expansão do mercado de crédito.

Quadro 2: Transformações nas Condições de Vida dos moradores da periferia de São Paulo, antes e depois da década de 1990

	Até a década de 1990	Após da década de 1990
Rendimento familiar	Baixo <i>per capita</i> , muitos membros da família trabalhando.	Baixo <i>per capita</i> , muitos membros da família trabalhando e acréscimos por meio de políticas de redistribuição de renda (como o Bolsa Família).
Emprego	Alto índice de desemprego.	Alto índice de desemprego e aumento da informalidade em função da flexibilização das leis trabalhistas.
Acesso a energia elétrica	Insatisfatório (infraestrutura pública: Eletropaulo).	Satisfatório (infraestrutura privada: AES Eletropaulo).
Acesso a telefonia fixa	Insatisfatório (infraestrutura pública: Telesp).	Satisfatório (infraestrutura privada: Telefônica).
Acesso a telefonia móvel	Inexistente.	Satisfatório (infraestrutura privada: Tim, Claro, Vivo e Oi).
Acesso à saneamento básico	Insatisfatório (infraestrutura pública: Sabesp).	Insatisfatório (infraestrutura pública: Sabesp) e acréscimos por meio de investimentos do PAC.
Acesso à serviços públicos (educação, saúde, segurança e transporte)	Insatisfatório.	Insatisfatório.
Acesso à bens materiais	Satisfatório. Padrão mantido pela quantidade de membros da família trabalhando.	Satisfatório. Padrão mantido pela quantidade de membros da família trabalhando e potencializado pelo crédito ao consumo.
Endividamento	Eventual.	Recorrente.
Atividades de lazer	Socialização em espaços públicos (ruas e praças) em atividades diversas: futebol, pipa, conversas. Socialização em espaços privados: televisão, bares, e igrejas.	Socialização em espaços públicos (ruas e praças) em atividades diversas: futebol, pipa, conversas. Socialização em espaços privados: televisão, DVD, computador conectado à internet (em casa ou nas lanhouses), videogame, bares e igrejas.

Fonte: Elaboração própria, 2011.

As transformações expressas no Quadro 2 evidenciam a década de 1990 como divisor de águas no que diz respeito à alguns aspectos das condições de vida nas periferias de São Paulo, pois é justamente o momento em que a ideologia neoliberal entra com mais força na políticas econômicas nacionais e redefine – através do aumento da oferta de crédito – o padrão de consumo dos brasileiros.

A globalização na qual o consumo tornou-se um imperativo (SANTOS, 2000), coloca um impasse social importante: a *precariedade* na qual vivem os mais pobres, os convoca ao exercício da cidadania, na medida em que devem se organizar coletivamente e lutar pela melhoria de seus bairros. Por outro lado, a sedutora *sofisticação* na qual transitam cada vez mais, os convocam como consumidores, elevando seu status social e, por isso mesmo, sendo objeto de valorização.

A constatação da ampliação e sofisticação do consumo gerou uma euforia nacional nos últimos anos, de modo que muito estudos vêm sendo divulgados propagando a ideia de que a população brasileira estaria passando por um significativo processo de ascensão social, na qual uma *nova classe média* estaria em formação.

No entanto, por mais que se observe o incremento da renda familiar no território nacional, bem como a explosão do consumo, Jessé de Souza explica que:

A denominação “nova classe média” é infeliz, posto que quer dar a impressão que estamos nos tornando aquilo que não somos: uma sociedade em que a classe média é o estrato dominante e os pobres são segmentos marginais. Infelizmente, esse não é o caso (DE SOUZA, 2010, p. 7).

O autor continua afirmando que:

A nova classe dinâmica do capitalismo brasileiro trabalha de 10 a 14 horas por dia, tem dois ou mais empregos, estuda a noite enquanto trabalha de dia e vive para trabalhar e para consumir um pouco daquilo que não podia antes (idem, op. cit., p. 7).

Assim, tendo em vista a supracitada euforia nacional com relação ao consumo nas camadas populares, Milton Santos chama a atenção para o fato de que “defender o consumismo pode ser uma hábil manobra política ou uma forma de oportunismo

sofisticado, com o qual provavelmente se pode *conquistar o povo* e ganhar poder” (SANTOS, 2009, p. 84).

O problema parece estar no fato de que essa euforia mascara – muitas vezes com fins políticos – os problemas que assolam o cotidiano dos pobres no Brasil, já que, como menciona Silvio Caccia Bava, “há um consenso entre os especialistas da área de que a pobreza se mede a partir de consumo privado e das condições de acesso a serviços públicos” (BAVA, 2011, p. 4). Desse modo, crescentemente negligenciado nas pesquisas estatísticas sobre qualidade de vida – que priorizam as variáveis *renda e posse de bens* –, o acesso a serviços públicos mantém sua precariedade nas periferias urbanas, ainda funcionando como elemento fundamental da estratificação social.

Os mais pobres se aproximam dos mais ricos através da noção do indivíduo consumidor e livre, noção essa potencializada na atualidade em função da oferta de crédito. Essa nova lógica – causa e consequência da ideologia neoliberal – transforma os pobres e a pobreza nas cidades.

Consumidoras das novas tecnologias, as classes de baixo poder aquisitivo encontram meios de inclusão na sociedade dita informacional: mesmo que não possuam dinheiro para comprar um computador ou celular com acesso à internet, certamente juntam economias para usar as lanhouses espalhadas pela periferia urbana.

A globalização no Brasil inaugurou o período da internet, da expansão do crédito, da exigência pela conectividade, dos aparelhos de celular, mas também do desemprego estrutural, da flexibilização do trabalho, do analfabetismo, da falta de saneamento básico, etc.: as contradições no cotidianos das classes de menor poder aquisitivo se tornam mais evidentes do que nunca e materializam-se na paisagens urbanas.

Assim, tem-se que no Brasil, como em outros países do Terceiro Mundo, o território nacional é aquele que sente os impactos das sucessivas modernizações tecnológicas (SANTOS, 2004) que convivem e, muitas vezes se adequam, às estruturas arcaicas e precárias herdadas de períodos anteriores.

Uma reflexão sobre o fenômeno supracitado data das primeiras décadas do século XX e ainda possui um vigoroso poder explicativo da realidade, inclusive da brasileira. Tendo como referência o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, Leon Trotsky afirma que:

As leis da história nada têm em comum com os sistemas pedantescos. A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do *processos histórico*, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos *lei do desenvolvimento combinado*, que significa aproximação das diversas etapas, combinação de fases diferenciadas, amalgama das formas arcaicas com as mais modernas (TROTSKY, 1978, p. 25).

Por mais que se possa questionar a noção de *leis* da história, a reflexão de Trotsky acerca do desenvolvimento dos países atrasados, permite pensar que a contradição presente nos mesmos é estabelecida em função de demandas externas, que criam necessidades de mudança, necessidades de modernização. Desse modo, esses países se veem obrigados a *avançar aos saltos*, o que produz padrões de desenvolvimentos desiguais.

Todavia, essa desigualdade dos processos de desenvolvimento, experimentados pelas diferentes nações pelo mundo, acaba por resultar em outra *lei*, na qual é possível observar, em um mesmo território, a combinação de formas arcaicas e modernas.

Os espaços dos países de Terceiro Mundo transformam-se em função desse movimento da história e do modo de produção, no qual as contradições criam formas peculiares de acesso ao mundo moderno.

As transformações no tempo e no espaço são responsáveis também pela re-significação de conceitos, de modo que a pobreza urbana de hoje não é a mesma que a de décadas atrás. Pierre Salama traz um aspecto significativo para a reflexão,

afirmando que “a pobreza conserva os estigmas da sociedade subdesenvolvida e adquire aqueles da sociedade moderna” (SALAMA, 1999, p.183).

O desenvolvimento desigual e combinado, além de ser motor da história, é um aspecto importante para entender o fenômeno da pobreza, sobretudo na contemporaneidade. O imperativo das finanças permitiu a sofisticação dos padrões de consumo das camadas mais pobres das cidades, que experimentam, ao mesmo tempo, a precariedade em seu cotidiano. A pobreza urbana é nova porque possui os conteúdos do atual período da história, e é velha porque ocorre em copresença da falta de serviços e infraestruturas básicas. Sob o mesmo teto, o passado e o futuro caracterizam a contradição que se faz presente.

Assim, tem-se que a globalização e as novas tecnologias pouco tem alterado a estrutura espacial das periferias que não passaram a ter melhores condições de saneamento, educação, segurança, transporte e saúde.

Observa-se mudanças comportamentais no âmbito das pequenas economias e do lazer nas periferias, de modo que a *globalização*, ao trazer os pobres para o mundo do crédito, não potencializaram sua inserção social como cidadãos, mas sim como consumidores. Todavia, essas mudanças não alteraram o padrão de segregação urbana e as condições de precariedade, mas os escamoteia, talvez reforçando aquilo que já existia.

Bibliografia

- AB' SABER, Aziz. *Geomorfologia do sítio urbano de São Paulo*. São Paulo: FFLCH/USP (Tese de Doutorado), 1957.
- ABRAMOVAY, Ricardo. "A densa vida financeira das famílias pobres". In: ABRAMOVAY, R. (Org.): *Laços financeiros na luta contra a pobreza*. São Paulo: Annablume; FAPESP; ADS-CUT; Sebrae, 2004.
- ANTOGIOVANNI, Lídia. "Alguns nexos entre a atividade publicitária e o território brasileiro". In: SANTOS, Milton e María Laura Silveira. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- ARROYO, Mónica. "Globalização e espaço geográfico". *Revista Experimental*, vol. 6, 1999.
- _____. "A vulnerabilidade dos territórios nacionais latino americanos: o papel das finanças". In: ARROYO, M., LEMOS, Amália I. G., SILVEIRA, María Laura. (Orgs.). *Questões territoriais na América Latina*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (Clacso), 2006.
- BAUDRILLARD, Jean. *O sistema de objetos*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- _____. *A sociedade de consumo*. Rio de Janeiro: Elfos, 1995.
- BAUMAN, Zygmund. *O mal-estar da pós modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BAVA, Silvio Caccia. "Recuperar as perdas". *Le monde diplomatique*, ano 4, vol. 43, 2011.
- BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. *Geografia urbana*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.
- BERNARDES, Adriana. "A nova divisão territorial do trabalho brasileira e a produção de informações na cidade de São Paulo (as empresas de consultoria)". In: SANTOS, Milton e María Laura Silveira. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- BICHIR, Renata. "Determinantes do acesso à infraestrutura urbana no município de São Paulo". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 24, 2009.

- BREDARIOLI, Cláudia. "Consumo de internet em lan-houses na periferia de São Paulo". In: II Colóquio Binacional Brasil-México de Ciências da Comunicação. São Paulo, 2009.
- BRETON, Philippe. *A manipulação da palavra*. São Paulo: Loyola, 1999.
- CANCLINI, Nestor García. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais e globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- CHAUI, Marilena. *Simulacro e poder*. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.
- CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- _____. "O capital portador de juros: Acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos". In: CHESNAIS, François (Org.). *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- CONTEL, Fábio B. *Território e finanças: técnicas normas e topologias bancárias no Brasil*. São Paulo. Departamento de Geografia FFLCH/USP (Tese de Doutorado), 2006.
- CORRÊA, Roberto L. "Os centros de gestão do território: uma nota". In: *Território, LAGET – Universidade Federal do Rio de Janeiro*, vol. 1, nº 1, Relume-Dumará, Rio de Janeiro, jul-dez./1996, pp. 23-30.
- _____. "Concentração bancária e os centros de gestão do território". In: CORRÊA, Roberto L. (org.). *Estudos sobre a rede urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- DAVIS, Mike. *Planeta favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- DE SOUZA, Jessé. "Uma nova classe social". *Le monde diplomatique*, ano 4, vol. 40, 2010.
- DIAS, Leila C. "O sistema financeiro: aceleração dos ritmos econômicos e integração territorial". *Anuário do Instituto de Geociências/UFRJ*, Rio de Janeiro, v. 15, 1992, pp. 43-54.
- _____. *Réseaux d'information et réseau urbain au Brésil*. Paris: L'Harmattan, 1995.
- _____. "Por que os bancos são o melhor negócio no país? Hegemonia financeira e geografia das redes bancárias". In: ALBUQUERQUE, Edu S. de (org.). *Que país é esse? Pensando o Brasil contemporâneo*. São Paulo: Globo S.A., 2006.

- DURHAM, Eunice R. *A dinâmica cultural*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.
- DURKHEIM, Émile. “Julgamentos de valor e julgamentos de realidade”. In: *Sociologia e Filosofia*. Rio de Janeiro: Forense, 1970.
- ELLUL, Jacques. *A técnica e o desafio do século*. Rio de Janeiro: Cortez, 1968.
- FAGEN, Richard. *Política e comunicação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
- FAGNANI, Eduardo. “Como conquistar o desenvolvimento social”. *Le monde diplomatique*, ano 4, vol. 43, 2011.
- FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*, Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- _____. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, 2006.
- FERREIRA, João S. W. “A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil”. In: *Anais do Simpósio “Interfaces das representações urbanas em tempos de globalização*, Bauru: Unesp e Sesc, 21 a 26 de agosto de 2005.
- _____. *O mito da cidade global: o papel da ideologia na produção do espaço urbano*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Editora Unesp; Salvador: Anpur, 2007.
- FIORI, José L. “Ajuste, transição e governabilidade: o enigma brasileiro”. In: TAVARES, Maria da C. e José L. Fiori. *(Des) Ajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- FRÚGOLI Jr. *Centralidade em São Paulo*. São Paulo: Cortez, 2000.
- FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- GEERTZ, Clifford. *Peddlers and princes*. Chicago: University of Chicago Press, 1963.
- GORENDER, Jacob. “Globalização, tecnologia e relações de trabalho”. In: *Estudos Avançados*. Vol. 11, nº29. São Paulo Jan/Abr, 1997.
- HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la acción comunicativa: Complementos y estudios previos*. 2. ed. Madrid: Catedra, 1994.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- HOOVER, Edgar M. *Localización de la actividad económica*. México: Fondo de Cultura Económica, 1951.
- KOULIOUMBA, Stamatia. *São Paulo: cidade mundial? Evidências e respostas de uma metrópole em transformação*. FAUUSP (tese de doutorado), 2002.
- KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

- _____. *Escritos urbanos*. São Paulo: Ed. 34, 2009.
- LABASSE, Jean. *Les capitaux et la région*. Paris: Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1958.
- LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- MARICATO, Ermínia. “Autoconstrução, a arquitetura possível”. In: *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial*. São Paulo: Alfa Omega, 1979.
- _____. *Metrópole na periferia do capitalismo*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MARICATO, Ermínia e Telmo Pamplona. *A penetração dos bens modernos na habitação proletária: Estudo de casa Osasco na região da grande São Paulo*. São Paulo: FAU/USP, 1977.
- MARTINS, Maria Lucia Refinetti. *Moradia e mananciais: tensão e diálogo na metrópole*. São Paulo: FAPESP, 2006.
- MARX, Karl. *O Capital: O processo global de produção capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- MEDEIROS, Daniel de Souza e Eliseu Savério Spósito. “A territorialização do sistema bancário na metrópole paulistana”. *GEOUSP – Espaço e tempo*. São Paulo, nº 17, 2005, pp.121-132.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista: o Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- PAUGAM, Serge. *Les formes élémentaires de la pauvreté*. Paris: PUF, 2005.
- PERROUX, François. *A economia do século XX*. Lisboa: Livraria Moraes, 1967.
- POCHMANN, Marcio. *O emprego na globalização*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- ROCHA, Sonia. *Pobreza no Brasil: Afinal, de que se trata?* Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- SALAMA, Pierre. *Riqueza y pobreza em América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999.
- SAMPAIO Jr. Plínio de A. *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente*. Petrópolis: Vozes, 1999.

- SANTOS, Kauê Lopes dos. *Uma financeirização da pobreza?* São Paulo: FFLCH/USP (Trabalho de Graduação Individual), 2007.
- _____. "A New Urban Poverty? The Financial Impact on the Consumption Standard in Brazilian Slums". In: *The international journal of interdisciplinary Social Sciences*, v. 5, p. 519-524, 2010.
- SANTOS, Milton. *Manual de geografia urbana*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- _____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- _____. *Economia espacial: críticas e alternativas*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- _____. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo: EDUSP, 2004.
- _____. *A urbanização brasileira*. São Paulo: EDUSP, 2008.
- _____. *A pobreza urbana*. São Paulo: EDUSP, 2009.
- SANTOS, Milton e Ana Clara Torres Ribeiro. *O conceito de Região Concentrada*. Rio de Janeiro, UFRJ, IPPUR e Departamento de Geografia, mimeo, 1979.
- SANTOS, Milton e María Laura Silveira. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- SEABRA, Odette L. "São Paulo: a cidade, os bairros e a periferia". In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; Ariovaldo U. Oliveira (orgs.). *As geografias de São Paulo*. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- SILVEIRA, María Laura "São Paulo: os dinamismos da pobreza". In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; Ariovaldo U. Oliveira (orgs.). *As geografias de São Paulo*. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2004a.
- _____. "Globalización y circuitos de la economía urbana en ciudades brasileñas". *Cuadernos del CENDES*, Caracas, v. 3, n. 57, 2004b, pp. 1-21.
- _____. "Por que há tantas desigualdades sociais no Brasil?". In: ALBUQUERQUE, Edu S. (org.). *Que país é esse? Pensando o Brasil contemporâneo*. 1 ed. São Paulo: Editora Globo S.A., 2006.
- SIMMEL, Georg. *The Philosophy of Money*. Londres: Routledge, 1997.
- _____. *Les pauvres*. Paris: PUF, 1998.
- TAVARES, Maria da C. "As políticas de ajuste no Brasil: os limites da resistência". In: TAVARES, Maria da C. e José L. Fiori. *(Des) Ajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

- TOCQUEVILLE, Alexis de. *Mémoire sur Le pauperisme. Commentaire*, vol. 23, 1983.
- TROTSKY, Leon. *A História da revolução Russa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- VANNUCHI, Luanda. *Novos nexos na economia urbana da cidade de São Paulo: as grandes redes varejistas e suas interferências no circuito inferior*. FFLCH/USP (Trabalho de Graduação Individual), 2009.
- VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1994.

Endereços eletrônicos visitados

- Agência Nacional de Telefonia (ANATEL): www.anatel.gov.br (acessado em Maio de 2011).
- Associação das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (ACREFI): www.acrefi.org.br (acessado em Janeiro de 2011).
- Banco Central do Brasil (BCB): www.bc.gov.br (acessado em Janeiro de 2011).
- Carta Capital: www.cartacapita.com.br (acessado em Maio de 2011).
- Casas Bahia: www.casasbahia.com.br (acessado em Fevereiro de 2011).
- Cielo: www.cielo.com.br (acessado em Maio de 2011).
- Comitê Gestor de Internet Brasil (CGIBr): www.cgi.br (acessado em Maio de 2011).
- Federação Brasileira de Bancos (Febraban) – www.febraban.org.br (acessado em Fevereiro de 2011).
- Federação do Comércio de São Paulo (FECOMERCIO-SP): www.fecomercio.com.br (acessado em Maio de 2011).
- Folha de São Paulo: www.folha.uol.com.br (acessado em Março de 2011).
- Fundação Getúlio Vargas (FGV): www.fgv.br (acessado em Março de 2011).
- Fundação Mario Covas (FMC): www.fmcovas.org.br (acessado em Maio de 2011).
- Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade): www.seade.gov.br (acessado em Maio de 2011).
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Ibge) - www.ibge.gov.br (acessado em Maio de 2011).
- Secretaria Municipal de Planejamento (Sempla): www.prefeitura.sp.gov.br (visitado em Dezembro de 2011).
- Serasa: www.serasa.com.br (acessado em Maio de 2011)
- Sistema de Proteção ao Crédito (SPC): www.spcnegocios.org.br (acessado em Maio de 2011).

Artigos em mídia impressa/internet

- “De olho neles – Como a classe C virou a grande vedete do consumo de tecnologia e de moda e provocou a expansão de serviços na área de educação e lazer”. In: Revista da Folha, 21/05/2009, ano 17, n. 868.
- “Crédito, estímulo e gosto pelo consumo turbinam compras”. In: Folha de São Paulo, 01/11/2009.
- “Classe C é a que mais se expande em 2009: Mesmo com a crise, participação total da população aumentou de 45% para 49%, enquanto classes D/E encolheram, diz pesquisa”. In: Folha de São Paulo, 15/12/2010.
- “A miragem do calote”. In: Carta Capital, 10/11/ 2010
(<http://www.cartacapital.com.br/economia/a-miragem-do-calote>).

Anexos

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE ARQUITETURA E URBANISMO
HABITAT

Questionário

Contradições sob o mesmo teto

Pesquisador: Kauê Lopes dos Santos
Orientação: Prof. Dr. João Sette W. Ferreira

1. Histórico: Onde o(a) Sr (a). nasceu? Por quais motivos migrou para São Paulo? Migrou com alguém? Quais foram as principais dificuldades encontradas quando chegou a São Paulo?

- 1.a. Quando se instalou na comunidade? Quais recordações têm do lugar na época que chegou?

2. Quem mora com o(a) Sr(a) atualmente em sua residência?

3. O(a) Sr(a). encontra-se empregado?

3.a. Em qual atividade?

3.b. Possui vínculos trabalhistas?

3.c. Possui outras atividades? Quais?

4. Algum outro morador da casa encontra-se empregado?

Atividade (4.a.)	Vínculo (4.b.)	Outras Atividades (4.c.)

5. Qual é o rendimento médio mensal na residência?

6. Com relação ao consumo família, qual é o gasto em sua residência com:

	Gasto
6.a. Alimentação	
6.b. Telefone fixo	
6.c. Telefone celular (pré ou pós pago?)	
6.d. Água	
6.e. Energia Elétrica	
6.f. Educação	
6.g. Saúde	
6.h. Lazer	
6.i. Outros	

7. Com relação à posse de bens duráveis, o (a) Sr(a). possui:

	Quantidade	Forma de Pagamento	Lugar onde comprou
7.a. Televisão			
7.b. DVD			
7.c. Rádio (toca CD?)			
7.d. Computador (com internet?)			
7.e. Máquina de lavar roupas			
7.f. Geladeira			
7.g. Fogão			
7.h. Microondas			
7.i. Aparelhos de telefone celular			
7.j. Automóveis			

8. Com relação à infraestrutura e serviços públicos do entorno, o(a) Sr(a) os considera:

	Boa	Regular	Ruim		Boa	Regular	Ruim
8.a. Água				8.e. Educação			
8.b. Esgoto				8.f. Saúde			
8.c. Luz				8.g. Transporte			
8.d. Gás				8.h. Segurança			
				8.i. Áreas de lazer			

8.j. Recentemente, quais foram as principais mudanças na infraestrutura da comunidade?

9. Quais são as suas principais atividades de lazer?

10. Quais são as principais atividades de lazer dos seus familiares?

	Atividade	Tempo Gasto	Local

11. Recentemente, quais foram as principais mudanças nas atividades de lazer de seus familiares?